

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 56 – Série VII – N.º 657
31 de Julho de 1986
Preço: 40\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 – Telex 18390 Composição e impressão – Heska Portuguesa Distribuição – CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa



Carlos Brito ao «Avante!»

«O Governo viu derrotadas ou adiadas na Assembleia da República quase todas as suas principais propostas e revogados ou modificados decretos em que punha particular empenhamento»

Pág. 5/Semana

Nunca houve um Julho como este

TRABALHADORES RESPONDEM COM A LUTA À POLÍTICA DO GOVERNO

Forte impulso assinala as lutas da classe operária e dos restantes trabalhadores. Apesar de se aproximar o mês que mais gente leva de férias (quando leva!) os conflitos derivados da autêntica guerra social movida pelo Governo obriga um número cada vez maior de trabalhadores e de organizações sindicais a não pensar no descanso e a activar as lutas em sectores como os Transportes, a Saúde, a Metalomecânica (a situação agrava-se na Sorefame e na Siderurgia).

SOLIDARIEDADE

O Governo Cavaco Silva e o patronato provocam o arrastamento de lutas operárias com reflexos na vida quotidiana das populações contando poder virar trabalhadores contra trabalhadores. Cada vitória de um sector em luta hoje é um contributo decisivo para a vitória de outro sector em luta amanhã: a solidariedade e o esclarecimento têm de corresponder ao vigor e combatividade que se afirma de Norte a Sul.

Págs. 1, 2, 3 e 4/Semana

FESTAS

Gaia
Portimão
Sines
Casebres
S. Pedro da Cova
Vila das Aves

ÁLVARO CUNHAL NA REGIÃO DO PORTO

Sábado em Matosinhos

**Domingo
em S. Pedro da Cova
e Vila Nova de Gaia**

Págs. 6 e 7/Semana e Agenda



**Vinho
do Porto:
futuro
incerto
para 25 mil
vinicultores
do Douro**

Págs. 6 e 7
Em Foco

«Em 9 de Dezembro de 1985 saí do quartel vestido com o uniforme de carabineiro (polícia) e ninguém voltou a saber de mim até que a Frente Patriótica Manuel Rodriguez, do Chile, organizou uma conferência de imprensa clandestina para dar a conhecer os motivos da minha deserção.

Dentro da FPMR encontrei a minha verdadeira vocação de militar, pois a partir da sua organização armada vou poder desenvolver o que me ensinaram na escola de carabineiros, mas agora para defender os verdadeiros interesses do povo chileno.

Não receio nada nem ninguém por esta decisão que me coloca do lado em que devo estar.

O meu nome é João António Rios Arce, tenho 20 anos e passei toda a minha vida na sulista cidade de Temuco com os meus pais e mais outros seis irmãos...»

Págs. 4 e 5/Em Foco

Base política e social para necessárias mudanças

Nesta última década do após Abril tornou-se hábito adquirido sempre que a direita ocupa o Poder que na época consagrada ao descanso, à descontração e à recuperação física e psíquica depois de um ano desgastante, os portugueses que vivem do seu trabalho e precisam de trabalhar para viver vêm-se privados de férias tranquilas, muitos não têm sequer férias por carência de recursos mínimos, outros ainda, em número crescente nos dias actuais, nem mesmo «férias» têm.

Como os factos documentam o Governo minoritário de Cavaco/PSD não foge à regra. Neste Verão de 1986 a insegurança social, em resultado da política desestabilizadora do Governo de direita, atingiu dimensões insólitas.

Centenas de milhares de cidadãos vivem no momento actual horas de profunda apreensão pelo dia seguinte. No vasto agregado social dos mais carenciados alastra a mancha do desemprego, dos salários em atraso, da sobreexploração, da fome. No mundo laboral outro recurso não resta de imediato aos trabalhadores senão a luta tenaz, necessária, unida e firme.

Por exclusiva culpa do Governo e de gestores empedernidos da classe patronal, jamais na época estival se viveu no País como neste Verão de 86, um tão vasto e diversificado acervo de lutas de massas no qual um potente movimento grevístico em sectores nevrálgicos da actividade nacional se desenvolve de maneira saliente.

A responsabilidade fundamental do Governo Cavaco/PSD na agitada conjuntura que vivemos é incontroversa. O Governo minoritário de direita não somente se recusa e pressiona o patronato a recusar o diálogo com os representantes sindicais e de outros organismos representativos dos trabalhadores como tende a retomar a atitude reaccionária e repressiva de governos anteriores, metendo-os na cadeia e submetendo-os a julgamentos sumários.

O Governo Cavaco/PSD multiplica as medidas favoráveis e as operações de «charme» para os grandes detentores do capital (os grandes financeiros, industriais e latifundiários) ao mesmo tempo que ameaça e arreganha os dentes para as classes trabalhadoras, se empenha em agravar os conflitos laborais e em fechar portas a soluções negociadas do contencioso social ao nível das empresas.

Simultaneamente, entra em guerra com a Assembleia da República onde está em minoria, recusa-se a executar leis e medidas aprovadas pelo Parlamento contra a vontade governamental expressa e as suas medidas e propostas injustas, nega-se a cumprir acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo favoráveis aos trabalhadores da Reforma Agrária, exhibe um comportamento autoritário e arrogante que agride regras básicas da democracia.

Apesar do árduo trabalho de maquilhagem dos propagandistas da direita aí está bem patente aos olhos do povo a verdadeira cara do Governo Cavaco/PSD.

Nos transportes públicos, na metalomecânica pesada, no sector vidreiro, nos cimentos, nas minas de volfrâmio e estanho, nos lanifícios, em vastos sectores de serviços, greves e lutas várias de notável envergadura multiplicam-se com impressionante participação.

Em empresas públicas de grande peso na economia nacional cresce a resistência e a luta dos trabalhadores contra os projectos do Governo de encerramento e desmantelamento que conduziriam e já estão conduzindo a graves reduções dos postos de trabalho.

Na Rodoviária Nacional, pela sua natureza de grande interesse público, a arrogante recusa do Conselho de Gerência sob pressão do Governo em ouvir e atender reivindicações profundamente sentidas e justas dos trabalhadores, a situação assume foros de verdadeiro atentado contra a economia nacional e os interesses e actividade das populações.

Aos trabalhadores da RN, que nos círculos governamentais são já ameaçados de requisição civil, a prepotência do Governo e dos gestores — a que a UGT cada vez mais isolada no seio dos trabalhadores da empresa presta uma repugnante cobertura — outra alternativa não se abre senão continuar a sua corajosa luta com greves que têm mobilizado mais de 95% dos efectivos.

Igualmente os trabalhadores dos STCP se vêem na emergência de continuar as suas greves altamente participadas pela intransigência do CG sob directizes do Governo na consideração e negociação das suas reivindicações.

Na CP o CG com o maior cinismo recusa-se agora a cumprir os compromissos assumidos com os trabalhadores ferroviários no decurso das últimas greves.

Os trabalhadores dos transportes públicos necessitam de uma grande compreensão dos utentes e principalmente da solidariedade activa dos restantes trabalhadores que se vêem seriamente afectados pela falta de transportes.

A vitória ou a derrota dos trabalhadores da RN, dos STCP e da CP serão vitórias ou derrotas do conjunto da classe operária portuguesa.

Na metalomecânica pesada e na indústria de construção e reparação naval cresce a ameaça de despedimentos em massa, de desmantelamento de empresas, de não pagamento de salários.

Os operários da Sorefame, da Cometna, da Mague, da Siderurgia Nacional, da Lisnave, da Setenave e outras empresas do ramo vivem momentos de apreensões e tensão face aos projectos lesivos dos seus interesses elementares e dos seus postos de trabalho, implícitos nos projectos do Governo e nas pressões dos monopólios da CEE.

Numerosas e participadas concentrações e plenários se estão efectuando naquelas empresas e junto das suas sedes sociais e do Ministério do Trabalho. Na Quimigal, na Petrogal e na TAP intensifica-se a ofensiva da alienação de sectores produtivos ou mais rentáveis na via inconstitucional da reprivatização.

Na indústria de cimentos — CIMPOR e SECIL — os traba-

lhadores recorrem à greve contra os 15, 2% de aumentos que o patronato se dispõe a conceder, que não repõem de forma alguma as perdas do poder de compra no último ano.

Na Covina, nas empresas cristaleiras da Marinha Grande, na Fábrica de Loiça de Sacavém, as greves (na Covina e Marinha) e as concentrações sucedem-se contra os projectos de encerramento das empresas, os despedimentos arbitrários (que na Covina representariam até 1988 mais de 50% dos efectivos), os salários em atraso.

Nas minas da Panasqueira, da Borralha (já encerrada), de Vale das Gatas, Argozelo e Montesinho e Ribeira os trabalhadores erguem-se e resistem às decisões patronais de despedimentos em massa e encerramento das minas.

Os trabalhadores dos armazéns de papel recorrem igualmente à greve.

Na Função Pública os trabalhadores protestam contra o tecto de vencimentos — que o Governo agora ainda baixou e quer impor — de 9% que obteve o acordo da UGT no CPCPS.

Na EPAC os trabalhadores indignados com as negociações e as diligências para liquidação do monopólio estatal do comércio dos cereais exigem a demissão do CG, protestam contra a traficância que significa a venda a empresas privadas da cevada por desnaturar por 30\$00 e depois a sua compra pela EPAC a 40\$00 e ainda contra o subsídio de 10\$00 pagos aos grandes produtores na base de simples facturas e não do produto, aos latifundiários que «produzam» o mínimo de 100 T, que — dizem os trabalhadores — levaria a introduzir o «trigo de papel» num comércio de cereais fraudulento.

Os médicos da zona Sul estão em greve até amanhã desde o dia 30 e os da zona Norte apelam igualmente à greve e à demissão da ministra da Saúde contra as injustiças do mapa de vagas e o corte de 40% nas subvenções dos vencimentos que está nos projectos do Governo.

O Governo acabou por impor a fusão da Anop estatizada com a NP privada no sector da Comunicação Social sob uma cortina de «regie» cooperativa que abrirá o caminho à hegemonia do capital privado na nova empresa a curto prazo.

Paralelamente o Governo minoritário Cavaco/PSD propõe-se intensificar a ofensiva de destruição da Reforma Agrária e condenar ao desemprego novos milhares de assalariados agrícolas, apesar de rejeição pela AR da sua proposta de lei.

Para a justificar o ministro da Agricultura, Álvaro Barreto, não hesita em vir à TV — numa iniciativa montada para uma operação mistificadora dos Inimigos da Reforma Agrária — mentir grosselramente quanto aos resultados obtidos pelas UCP's/Cooperativas do Alentejo e do Ribatejo.

O ministro veio com o maior descaro e — sem que o desmentissem com os dados verdadeiros — acusar a Reforma Agrária de ser a responsável pela queda da produção agro-pecuária do Alentejo!

Silenciou que dos 1 130 000 hectares da área de posse útil da Reforma Agrária em 1975 restam apenas 410 000

Resumo

23

Quarta-feira

O Sindicato da Indústria Mineira do Norte responsabiliza o Governo pelo encerramento das minas e ameaça de des-



Mimeiros: o espectro do desemprego

pedimento, sem indemnização, para cerca de 3 mil trabalhadores ■ Maioria escassa aprova, na generalidade, a lei de Segurança Interna ■ Os alunos do ISEL concentram-se junto à Assembleia da República e nas Galerias da Assembleia, para acompanharem a discussão da lei de Bases do Sistema Educativo ■ Felipe Gonzalez é reeleito presidente do governo pelo Congresso de Deputados, apenas com os votos socialistas ■ Shimon Peres, primeiro-ministro israelita, termina visita a Marrocos após três dias de conversações com o rei Hassan II ■ Ministro nicaraguense denuncia que os Estados Unidos planeiam efectuar bombardeamentos em Manágua e actos de sabotagem contra empresas do Estado.

24

Quinta-feira

Deputados infligem nova derrota ao Governo ao rejeitarem as alterações do Executivo às bases gerais da Reforma Agrária ■ O grupo parlamentar do PCP apresenta na AR um projecto de lei para impedir a actividade em Portugal de membros de organizações que combatem os governos de países africanos de expressão portuguesa ■ O Governo suspende as negociações com a Frente Comum dos Sindicatos da Função Pública ■ Os bancários do Sul e Ilhas não avalizam o acordo de princípio a que a direcção do Sindicato chegou com o Governo, segundo os resultados do referendo ■ A FES-TRU divulga um novo pré-aviso de greve para a próxima semana ■ A EPAC apresenta as melhores propostas no concurso para a importação de cereais ■ Os Estados Unidos efectuam mais um ensaio nuclear subterrâneo no Nevada ■ O socialista Bettino Craxi aceita liderar o governo italiano até Março de 1987.

25

Sexta-feira

É aprovada, no Parlamento, uma lei que faz depender a Alta Autoridade Contra a Corrupção da AR e lhe confere a capacidade para fiscalizar os actos praticados por membros do Governo ■ Centenas de trabalhadores das minas da Borrailha, encerradas desde 15 de Janeiro passado, cortam o trânsito entre Braga e Chaves, numa acção de protesto que visa alertar a opinião pública para a grave situação em que se encontram ■ O PCP apela à mobilização da população na luta pela completa revogação das taxas moderadoras ■ Os médicos policlínicos anunciam uma greve para os dias 30 e 31 de Julho e 1 de Agosto ■ A CGTP-IN denuncia o facto de alguns dos medicamentos mais receitados terem sofrido aumentos na ordem dos 70 por cento, nos últimos 12 meses ■ A União Soviética condena a última explosão nuclear realizada no Nevada que qualifica como uma manifestação de desprezo pela opinião pública e pela moratória unilateral soviética.

26

Sábado

Sindicalistas da RN permanecem sentados à mesa das negociações para manifestarem a sua disponibilidade para em



RN à espera do diálogo

qualquer momento prosseguirem as conversações com o conselho de gerência ■ A direcção do sector de saúde do Porto do PCP considera em comunicado que Leonor Beleza está a criar uma situação insustentável ■ O presidente Ronald Reagan reafirma que não abandonará o projecto da «guerra das estrelas», ao responder às respostas de paz de Mikhail Gorbachov ■ Chedli Klibi, secretário-geral da Liga Árabe, apela à realização de uma reunião urgente para definir uma posição comum sobre o conflito árabe-israelita, à luz do recente encontro entre o rei de Marrocos e o primeiro-ministro de Israel ■ A conferência ministerial da OUA aprova uma moção que condena a Grã-Bretanha, a RFA, a França e os Estados Unidos pela não aplicação de sanções contra a África do Sul.

27

Domingo

A CGTP-IN não aceita o tecto salarial fixado pela UGT, o Governo e o Conselho Permanente de Concertação Social ■ Termina em Évora a V edição do Festival

Sindical de Teatro Amador organizado pela CGTP-IN ■ O rei Hassan II de Marrocos anuncia o abandono da presidência da Liga Árabe ■ É decretado em Nova Delhi o recolher obrigatório nos quatro bairros onde confrontos entre sikhs e hindus causaram meia centena de mortos ■ Um ataque aéreo iraquiano contra fábricas de Arak vitima um número indeterminado de civis ■ Os ministros dos Negócios Estrangeiros dos países da OUA decidem por unanimidade apelar a pressões contra a Grã-Bretanha.

28

Segunda-feira

O Sindicato dos Médicos da Zona Sul responsabiliza a ministra da Saúde pela maior crise de sempre no sector e de agir com vista a abrir caminho a grandes empresas privadas, à custa da destruição do Serviço Nacional de Saúde ■ A frota da pesca de arrasto paralisa a cem por cento em apoio de reivindicações salariais ■ O teatro português está em profunda crise e não recebe do Estado o apoio que seria de esperar, denuncia o Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos num encontro realizado na Sociedade Portuguesa de Autores ■ Sete pessoas são feridas em Nova Delhi devido a confrontos



Confrontos em Nova Delhi

originados pela greve geral convocada pelo partido hindu de extrema-direita ■ O chefe de Estado da República do Congo é eleito presidente da Organização de Unidade Africana (OUA) durante a cimeira na capital da Etiópia ■ Mikhail Gorbachov denuncia em Vladivostok a atitude não construtiva da administração Reagan em relação às propostas soviéticas sobre desarmamento.

29

Terça-feira

Em plenário nacional descentralizado, os trabalhadores da RN decidiram prolongar a greve se não houver uma «evolução positiva» nas posições do Conselho de Gerência da empresa ■ Em carta-aberta enviada aos deputados, o Movimento dos Agricultores Rendeiros do Norte (MARN-Beiras) insurge-se contra a aprovação na generalidade, pela Assembleia da República, do projecto de lei de arrendamento rural apresentado pelo Governo ■ Os trabalhadores da Covina paralisam durante cinco horas «em defesa dos postos de trabalho» ■ 27 mortos é o balanço provisório da explosão de um carro armado em Beirute Ocidental. Momentos depois, aviões israelitas ultrapassam a barreira do som a baixa altitude e simulam um ataque a um dos quartéis-generais do Partido Socialista Progressista Árabe ■ O novo presidente em exercício da OUA lança, no decorrer da cimeira anual da organização, um apelo à acção contra o apartheid.

ha; que 720 000 hectares de terras, 247 454 cabeças de gado, 12 313 máquinas e alfaias foram roubadas, que 230 UCP's foram destruídas pelas ofensivas governamentais, que melhoramentos fundiários e infra-estruturas foram roubados, tudo num montante superior a 16 543 milhares de contos, provocando a liquidação de 53 000 postos de trabalho e o desemprego de mais de 40 000 trabalhadores.

Ao mesmo tempo que mais de 40% das terras roubadas às UCP's e agora de novo na posse dos agrários mantêm-se improdutivas ou subaproveitadas.

O ministro Barreto silenciou completamente o facto de, apesar dessa brutal espoliação, a área cultivada das UCP's passou de 94 500 ha antes das ocupações para 315 000 em 1979/80 e está ainda em 99 500 ha com uma ocupação cultural de 24% contra os 8% no tempo dos agrários; que as produções de sequeiro, mesmo no ano negro de 1985, foram 141% superiores ao tempo dos agrários e que as produções por hectare subiram em alguns casos para mais do dobro enquanto o número de cabeças de gado está fora de quaisquer termos de comparação com o antigamente.

O ministro ocultou o dado essencial de verificação da verdade trazido à 10.ª Conferência da Reforma Agrária dos mais de 340 despachos dos Tribunais (STA) favoráveis às UCP's e até hoje não executados pelo Governo.

Barreto mostrou-se aquilo que é e tem sido como ministro da Agricultura nos últimos anos: um empedernido reaccionário e um refinado mentiroso e inimigo dos trabalhadores.

É neste agitado contencioso social que o Governo sofreu algumas importantes derrotas no plano legislativo, particularmente no final da sessão legislativa da AR que agora terminou os seus trabalhos.

Só a incompreensível preocupação de garantir uma «estabilidade» governativa — que o Governo diariamente «desestabiliza» — levou alguns partidos da oposição a votarem a favor ou a absterem-se no voto em algumas propostas de lei do Governo, entre as quais avulta a do arrendamento rural que põe à mercê da gula dos senhores ricos os muitos milhares de rendeiros e seareiros.

Na reportagem que neste número do «Avante!» fazemos das últimas sessões da AR e das intervenções dos deputados do PCP podem os leitores ficar com uma ideia precisa das convergências vitoriosas dos partidos da oposição democrática maioritária e das condições reais que existem para convergir no plano político numa questão essencial do momento presente — a de uma alternativa de governo e de política ao Governo Cavaco/PSD e à sua política antipopular e antinacional.

Deve relevar-se o facto de todos os partidos da oposição democrática se pronunciarem por uma solução viável e possível no actual quadro parlamentar. De facto é uma solução ao alcance da oposição parlamentar democrática maioritária.

A envergadura do movimento popular de massas mostra que existe manifestamente uma vasta base política e social para uma necessária e urgente mudança na política portuguesa.

Avante!
Proletários de todos os países - UNI-VOS!

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista
Português, Rua Soeiro Pereira Gomes -
1699 - Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro
Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
«Editorial Avante! SARL»
Sede Social: Av. Santos Dumont, 57, 3.º
1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL, Serviços Centrais: Av. Santos
Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 - 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:
Alcárcova de Baixo, 13 - 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:
Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro
Tel. 24417

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B
- 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50
Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º
- 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heka
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/86

Tiragem média do mês de Junho: 33 475

Semana

Avante!

Ano 56 — Série VII
N.º 657

31 de Julho de 1986

2.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



PARALISAÇÕES NOS TRANSPORTES

Formas de luta podem endurecer

Governo
manda prender
em vez de
negociar

Sabia-se no princípio desta semana que a greve da Rodoviária Nacional e dos Transportes Colectivos do Porto podia endurecer. Embora as greves nos transportes tenham sido reduzidas desde início, e em todos os casos desde o princípio deste ano, ao mínimo de tempo e de horário de modo a evitar ainda maiores transtornos e prejuízos do que os normalmente provocados por greves deste tipo nas populações, é de prever que a irresponsabilidade criminosa do Governo, e nomeadamente do secretário de Estado dos Transportes, venha a produzir efeitos secundários da forma de luta adoptada e que, para além dos períodos de paralisação com pré-avisos, os efeitos nocivos das greves se prolonguem pelo mês de Agosto afectando todo o País.

De todo anormal nesta época do ano, em que a classe operária e os restantes trabalhadores iniciam na sua maior parte o período de férias anuais, as lutas verificadas no sector dos transportes e em outros, onde os problemas mais reclamam ou não dispensam a intervenção organizada dos trabalhadores e quadros mais directamente afectados pela acção anti-social do Governo e as suas organizações representativas, designadamente os sindicatos, são sintomáticas do estado a que este Governo conduziu a contratação colectiva e do que se pode esperar de revisões salariais que as gerências deliberadamente protelam durante meses a fio, obrigando o movimento sindical unitário e mesmo sindicatos representativos com direcções divisionistas a recorrer a formas de luta e a su-

portar sacrifícios que outra política social poderia perfeitamente evitar.

Por outro lado, as lutas desenvolvidas principalmente nos transportes desde o princípio do ano e, por maioria de razão as que estão em curso, são um sintoma notório da representatividade e da força das organizações sindicais unitárias, assim como da adesão em massa dos trabalhadores às propostas que essas mesmas organizações sindicais e representativas (ORTs) têm submetido a plénários democráticos nas empresas e fora delas, com mobilização significativa não apenas da recusa, do não frontal à guerra social do Governo Cavaco, mas (e tanto mais quanto essa política se agrava) à política geral da equipa governamental do PSD.

Desta equipa para o sector

que aqui nos ocupa, os transportes, são de realçar as declarações do respectivo secretário de Estado para o qual, pelo menos segundo o «Diário de Notícias» do dia 23, o que é relevante de momento não são as greves que prejudicam milhares e milhares de pessoas. O que é importante para o secretário de Estado Sequeira Braga é o número excessivo de trabalhadores nas empresas públicas do seu sector. Assim o entendeu ele num pequeno-almoço em Lisboa, para o qual convidou alguns jornalistas. Se alguém duvidava ainda da capacidade de diálogo e de negociação da equipa cavquista ficou a saber que ao pequeno-almoço um secretário de Estado, à perna com greves populares como são as do sector, não está nada preocupado com semelhante matéria, mesmo

em jejum. Mas note-se que, segundo declarações públicas do seu gabinete, os sindicalistas presos nesse mesmo dia (23) à tarde, à porta da sua Secretaria (há meses que não conseguem falar com ele de tal altura é a personagem) não foram detidos (vá lá!) por ordem do titular do Secretariado. Mas não foi dito que logo no dia 30 de Junho, horas antes de a greve começar na Rodoviária, o secretário de Estado não recebia os dirigentes sindicais representativos; preferia mandar à reunião um assessor. É evidente que o secretário Sequeira Braga e o Governo que o lá pôs, como não podem utilizar a Polícia para acabar de vez com os sindicatos que merecem esse nome, tentam pelo menos «virar» as formas de luta, legais e de legitimidade comprovada, contra os próprios trabalhadores, quando estes se limitam a reclamar o mesmo que outros trabalhadores do mesmo sector já alcançaram com o recurso à greve.

O Governo Cavaco continua a responder com a repressão e com pequenos-almoços a situações públicas para as quais as nossas leis, as leis portuguesas reclamam negociações com os representantes sindicais de operários e restantes trabalhadores.

Factores para o êxito

Mesmo nas piores situações, de há anos para cá, as organizações sindicais unitárias nunca abandonaram pela sua parte a via (forma de luta também) das negociações. É precisamente o que tem sucedido no sector dos transportes. Mas nenhum Governo pode exigir que as formas de luta não desaboquem na greve, quando pela sua parte nada faz para a evitar. No caso em apreço tem sido o próprio Governo a fomentar e a fazer com que durem as greves. Os sindicatos e os trabalhadores têm-se farto

(é o termo) de explicar publicamente que o que reclamam é justo e economicamente aceitável sem prejuízo para as empresas e para os postos de trabalho. Mas o Governo prefere destruir (mesmo fisicamente, materialmente) essas empresas a satisfazer reivindicações justas e legais. Como comprovadamente é assim, o recurso à luta justifica-se cada vez mais. E para o seu êxito têm contribuído factores essenciais que, para as lutas anteriores efectuadas este ano na Carris, CP, Transtejo, Metro e TIR, foram apontadas no mês passado pelo «Militante» nos termos seguintes:

- **Ligação muito estreita e constante aos trabalhadores por parte dos dirigentes sindicais e ORTs** (órgãos representativos dos trabalhadores);

- **Diversificação das formas de luta utilizadas;**

- **Resposta firme, serena, confiante e criativa dos trabalhadores às manobras, às pressões, às ameaças, à chantagem do Governo, dos conselhos de gerência e dos divisionistas.**

O período do ano a que se referem estes factores essenciais, que constam de um extenso artigo de «O Militante» de Junho, devem produzir, no que importa, efeitos semelhantes aos das lutas com êxito nos transportes entre Janeiro e Maio. A escalada propagandística do Governo, auxiliada pela UGT, que continua a manter a sua natureza de assessora numa «concertação social» mirífica, não se crê que baste para impor o tecto salarial tão caro ao Governo e aos gestores, ainda por cima numa altura em que aparece para «discussão pública», até 14 de Agosto, um projecto de decreto-lei com o qual se pretende «requeritar», como afirma a CGTP, a tentativa do ex-ministro Moraes da AD. Mas a este assunto dedicaremos peça à parte.

A conjugação das negociações — que o Governo sabota, como aconteceu no final da semana passada quando ninguém apareceu da parte da gerência e do Governo, transformando-se a reunião em vigília — com a greve propriamente dita, as concentrações e os plénários nas lutas dos transportes, assiste-se nestes dias de Verão a uma poderosa manifestação da força sindical organizada com uma adesão raramente conseguida num período de férias. Até anteontem, apesar da insistência dos sindicatos nas negociações durante o fim-de-semana, o Governo continuava a fazer demorar a revisão salarial, a mandar prender sindicalistas (foto da direita: em tribunal) e a prolongar a greve na RN e nos STCP-Transportes Colectivos do Porto.



Filipe Leandro Martins

A Pele Branca das Acácias

(...) Os jovens, principalmente os adolescentes, ignoram do mundo as suas dúzias de faces. Mas experimentam-no, arriscam-se nele e dele falam e, aprendendo, acabam por conquistá-lo, descascá-lo, saboreá-lo mesmo, se entretanto não lhe perderem o gosto. (...)

CAMINHO
O Campo da Palavra



Viroses

O ministro do Trabalho cavacal foi de abalada até ao Porto para opôr a sua assinatura (que revela tratar-se do sr. Mira Amaral) ao protocolo que cria uma coisa designada, num assomo de concisão, por Fundo de Apoio à Iniciativa de Jovens Empresários, FAIJE em óbvia abreviatura. A coisa tem os patacos assegurados mediante três dadivosas entidades: o Estado que esportulou 70 mil contos (55 mil do Ministério do Trabalho e 15 mil da Secretaria de Estado da Juventude), o Banco Pinto & Sotto Mayor que avançou com uma linha de crédito de 100 mil contos e mais a carlucciana Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento que não esteve com demasias — 300 mil contos.

O FAIJE tem assim uns módicos 470 mil contos para apoiar a iniciativa dos jovens empresários, o que os deve deixar excitadíssimos. Para terem acesso a uma fatia desta pecúnia, os juniores devem apresentar projectos que serão analisados por uma complexa comissão em que participam representantes de nada menos que três universidades, mais o banco, mais a associação de... jovens empresários. Os 470 mil deles destinam-se exclusivamente a este ano e têm como «âmbito espacial» apenas o Norte do País. Depois do sr. ministro e restantes participantes se terem desincumbido da tarefa de assinarem o protocolo, passou-se às falações — e aqui tudo se tornou, se possível, ainda mais interessante.

O presidente da Associação Comercial Portuguesa fez, segundo a imprensa, duas judiciosas afirmações. Por um lado, terá asseverado que «o salário baixo não leva ao progresso», mas, por outro, produziu uma fulgurante recomendação: a de que se torna imperioso «esquecer a pobreza». Os membros do Governo presentes terão considerado a recomendação inteiramente desnecessária, uma vez que se trata de questões de que já nem se lembram.

O sr. Couto dos Santos, que se encontra actualmente instalado no gabinete do secretário de Estado da Juventude apelou aos jovens para que «sejam diferentes como empresários», mas sempre «em diálogo com os adultos». Mas coube sem dúvida ao sr. Mira Amaral a produção das declarações mais substanciais. Aquele membro do *team* Cavaco opinou que «é preciso dar aos jovens o «vírus» empresarial, o espírito de iniciativa, o gosto pelo lucro que tem andado arredio da sociedade portuguesa». Não satisfeito com a apologia de tal virose, asseverou que «temos de encarar o lucro de forma descomplexada». E como estava inteiramente descomplexado, produziu uma afirmação inquietante: «todas as novas formas de financiamento que escapem às tradicionais são bem-vindas». Ignora-se se o sr. ministro considera as negociatas que deram os milhões do crédito malparado como descomplexadas novas formas de financiamento e, afectuosamente, as declara bem-vindas.

Mas ficou a saber-se ainda o que se segue: para o orador, o meio milhão de contos do FAIJE são para o Executivo «uma aposta na juventude que tem problemas de emprego, mas busca o trabalho por conta própria em vez de um emprego por conta de outrem».

É um disparate à dimensão do cachalote! É toda uma filosofia, todo um programa, toda uma política que aqui se define.

O ministro do Trabalho cavacal descobriu a forma de resolver os problemas do emprego: é fazer de toda a gente patrões.

É claro que há algumas dificuldades: considerando que há por esse país umas centenas de milhar de jovens em busca do primeiro emprego, o FAIJE deve estar em condições de facultar a cada um qualquer coisa como dois ou três contos de réis para se tornarem jovens empresários e trabalharem por conta própria.

Por outro lado, compreende-se a sintonia entre as preocupações de «diálogo com os adultos» manifestadas pelo sr. Couto dos Santos: é que, pretendendo o Governo transformar todos os jovens desempregados em jovens empresários, a estes nada mais restará do que dar emprego a... velhos trabalhadores.

Mas o que é verdadeiramente enternecedor é ouvir um ministro do Trabalho a apregoar a virose empresarial, o gosto pelo lucro! Poderia esperar-se que de tal boca saísse a apologia do gosto pelo trabalho — mas não. Os cavacais ministros não querem um futuro de trabalho — querem um futuro de lucro. Os cavacais ministros não se preocupam com o trabalho — preocupam-se com o lucro.

Os cavacais ministros não querem um país de trabalho e de trabalhadores: sonham com um país de lucros e patrões. O que já se sabia.

■ RC

Trabalhadores

UGT cauciona política da CIP

Ofensiva contra os salários

CGTP salienta número, intensidade e duração das lutas neste Verão

A CGTP rejeitou o projecto governamental sobre contratação colectiva recentemente aprovado com a caução da UGT. Cozinhado pelo Conselho Permanente de Concertação Social, esse projecto reduz os aumentos salariais em 1987 a 9 por cento no primeiro semestre e a 8 por cento no segundo. A CGTP reafirma que continuará a luta pelos objectivos traçados no seu V Congresso em Maio deste ano. Na sua última reunião de Julho, a Comissão Executiva do Conselho Nacional da *Inter* sublinha os «níveis notáveis» atingidos pelas «lutas laborais em curso e as ocorridas nos últimos meses».

A Comissão Executiva (CE) da Central unitária «regozija-se particularmente com os significativos resultados» obtidos no primeiro semestre pela contrata-

cessivas tentativas do Governo para impor limites salariais».

O facto revela que as lutas em maior número, intensidade e

«Actuação anti-sindical de direcções dos bancários»

A propósito das tentativas de imposição de limites aos aumentos salariais por parte do Governo e do organismo criado inclusivamente para esse efeito — o chamado Conselho Permanente de Concertação Social — CPCS — a direcção da CGTP refere «a actuação anti-sindical de direcções dos bancários», que estiveram em greve nos dias 9 e 10 do corrente por reivindicações salariais e outras relacionadas com a contratação colectiva.

no sentido de acabar com todas as **taxas moderadoras** reque-rendo a inconstitucionalidade do respectivo decreto (57/86), e reafirmou «a sua mais viva oposição ao **projecto de lei de segurança interna**», refere ainda a propósito do acordo dos bancários que, contra a sua disposição de luta na qual é acompanhada pelos trabalhadores, de nada valerá «**está conjugação de esforços entre direcções sindicais e Governo**» para «desmobilizar os trabalhadores da luta e limitar, no futuro, a média de aumentos salariais já conseguida no primeiro semestre deste ano».

Fazer cair o poder de compra dos salários

A CGTP-IN que põe o Conselho Permanente de Concertação Social entre aspas, para sublinhar o facto de esse organismo a que pertencem as confederações do grande patronato e a UGT, sua assessora, nada ter de concertação e de social ainda menos, afirma que a tentativa de limitar os aumentos salariais no próximo ano a 8/9 por cento implica critérios que não aceita. Esses critérios, pelos vistos aceites pela UGT, tomam em conta «a **inflação prevista quando a inflação está a balxar**», fazendo com que se prescindia da «**reposição do poder de compra perdido**», e a «**inflação passada, quando a inflação está a subir**», fazendo «**calr brutalmente o poder de compra dos salários**».

Esses critérios que a CGTP rejeita vêm:

- «confirmar que o CPCS tem sido um instrumento da política de direita contra os trabalhadores».

Governo e CPCS fazem nova investida.

- «no seguimento do esforços e tentativa governamentais para impor um tecto salarial»;

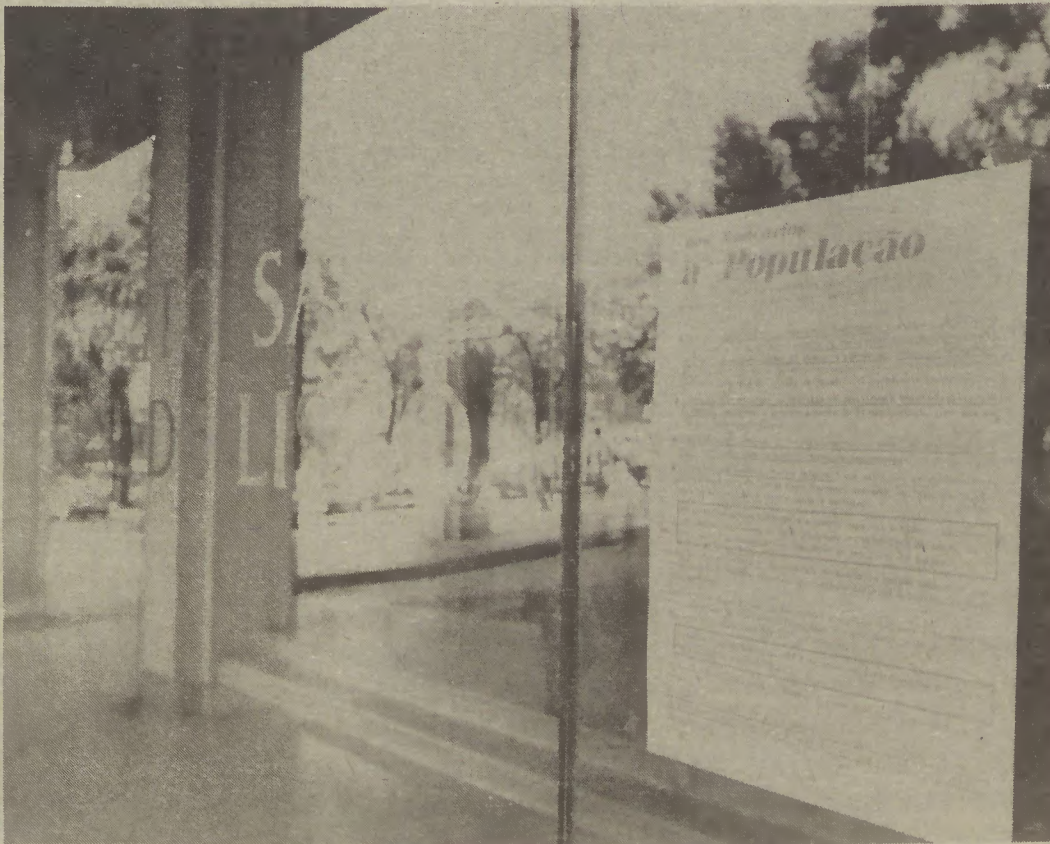
- para «satisfazer as exigências da CIP, conforme recentes declarações do seu presidente».

A limitação dos aumentos salariais a 8/9 por cento para o ano.

- «pretende caucionar a recente actuação de direcções sindicais dos bancários contra a melhoria do nível de vida dos trabalhadores»;

- «procura justificar a proposta governamental de um aumento salarial de apenas 10 por cento para 1987 na Função Pública».

São estes os motivos mais que suficientes para uma recusa frontal, como foi a da CGTP-IN ao projecto do Governo/CPC-S/UGT.



Contestado pelos bancários o acordo Governo/UGT

ção colectiva, «com aumentos salariais médios superiores a 17,3 por cento».

Recorde-se que a substância desses aumentos e o nível atingido, por vezes superior a 20 por cento, só se conseguiram com o recurso à greve e a outras formas de luta, principalmente nos transportes.

A CE do CN da CGTP assinala ainda que esses aumentos salariais do primeiro semestre deste ano se alcançaram contra «uma política de autêntica guerra social» movida pelo Governo.

Ao proceder a um balanço das lutas, a CE da *Inter* salienta que os aumentos salariais médios superiores a 17,3 por cento no primeiro semestre deste ano abrangeram «mais de um milhão e trezentos mil trabalhadores». E isso apesar das «su-

duração do que em igual período do ano passado e mesmo em anos anteriores se tornam indispensáveis porque «os problemas fundamentais dos trabalhadores continuam sem solução», refere a CE da CGTP.

O desenvolvimento das lutas e a sua continuação durante o Verão revela também que esses problemas (e outros novos) se agravaram com a política actual.

Os dirigentes da Central sindical unitária reafirmam que «apesar da demagogia e da abundante propaganda governamental, para dar uma imagem de «eficácia» e de «paz social» ao Executivo Cavaco Silva, os trabalhadores se empenham com energia na luta pela resolução dos seus problemas concretos e dos problemas nacionais provocados por uma política de autêntica guerra social».

Destaca a CE do CN da CGTP-IN que, «contra os resultados da luta dos restantes trabalhadores», essas direcções designadamente a do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas — especificamos nós — «se conformam com um aumento de 14,2 por cento».

Aquilo que a classe apelidou «acordo de tração» e isolou a direcção ugêstista do SBSI num referendo recente sobre os resultados da greve, que teve uma adesão entre os 95 e 98 por cento a nível nacional, é para os dirigentes da CGTP uma «clara convicção com a política governamental de limitação dos salários».

Não recuar na luta é a posição da CGTP, que condena as direcções sindicais que defraudaram as «expectativas e interesses dos bancários».

A CE da CGTP, que procedeu

Trabalhadores

Destruição de empresas

Com forte oposição e luta chegou a vez da Sorefame

Entre as empresas de grande dimensão, na maior parte pertencentes ao sector empresarial do Estado, que participam com numerosa adesão nas lutas em curso envolvendo milhares de trabalhadores, destacam-se as grandes unidades industriais da metalurgia e metalomecânica, como é o caso da **Sorefame**. Com base num plano dito de reordenamento do sector, o Governo e o Instituto de Participações do Estado (IPE) começaram a desmembrar essa e outras empresas, sem ouvir as propostas e reclamações das ORTs (organizações representativas dos trabalhadores) que tentam salvaguardar os postos de trabalho e os salários fortemente ameaçados no sector. Na **Sorefame**, onde o IPE e o Governo acabam de entregar a **fábrica da Amora** a um grupo privado (SGM), a administração pretende consagrar a cisão da empresa, recusando-se a reconhecer legitimidade à Comissão de Trabalhadores (CT) democraticamente eleita segundo a lei e em exercício de funções.

Os trabalhadores da **Sorefame**, na sua grande maioria, não aceitam a destruição (na prática é ao que conduz o reordenamento) da empresa e recusam o que designam por «acordo de tração» entre administrações e um grupo minoritário da UGT com 13,5 por cento de aumentos salariais.

Mas na **Amora**, agora nas mãos da **SGM** — uma Sociedade Geral de Metalomecânica, que nada autoriza a considerar viável — nem esses 13,5 por cento os trabalhadores têm garantido, pois, no entender da administração da **Sorefame**, o vínculo dos trabalhadores dessa

dependência situada no Seixal passou para a arbitrariedade da **SGM** que, naturalmente com o estímulo do Governo, começará por pagar (se pagar!) os salários nas condições que entender.

Os eleitos da Amora são membros da CT da Sorefame

Os patrões «neoliberais», que engordam com o sector empresarial do Estado, não têm razões para gostar das organizações representativas dos trabalhadores. Neste caso pretendem «desmembrar», isto é, destruir a CT,

como fizeram com a empresa. Mas gostem ou não os gestores, as CTs são organizações legais e com regulamento próprio. Os trabalhadores eleitos na **fábrica da Amora** pertencente à **Sorefame**, são membros efectivos da CT da **Sorefame**. Devem continuar a exercer as suas funções no local de trabalho onde foram eleitos. O mesmo acontece com os elementos da CT que trabalham noutras dependências da empresa fortemente participada por capitais públicos.

Este conflito surge numa altura em que as grandes empresas da metalomecânica pesada pertencentes ao sector empresarial do Estado «estão hoje reduzidas no seu conjunto — segundo a Federação do sector — a 50 por cento do número de trabalhadores efectivos». Esse conjunto de empresas — **Sorefame**, **Mompur**, **Equimetal** e **Cometna** — tem a sua capacidade produtiva reduzida a pouco mais de 70 por cento, destaca ainda a Federação (FSMMMP). Algumas dessas unidades industriais não têm carteira de encomendas e outras nem de matérias-primas dispõem para trabalhar.

Entretanto, acusa a Federação dos Metalúrgicos, «o mercado nacional está a ser invadido pelo aço espanhol, com a con-



Um símbolo das lutas por esse País fora

sequente quebra na carteira de encomendas da Siderurgia Nacional, onde alguns sectores produtivos se encontram na situação de paralisação constante».

Na construção e reparação naval, «o Governo tem cumprido o papel de instrumento preponderante na estratégia do ex-mo-

nopolista Mello», com despedimentos em massa, encerramento da **CPP** e **SRN**, falta de encomendas na **Setenave** e falência da **Parry**.

No sector automóvel, continuam as empresas por viabilizar. Os problemas agravam-se, designadamente com a precariedade do emprego e a insegurança ge-

neralizada à espera da «reconversão».

As minas continuam sob ameaça de encerramento.

A conjunção e o recrudescimento das lutas que se têm verificado ultimamente é a resposta indispensável à ofensiva do Governo contra direitos elementares.

STCP-Colectivos do Porto Plenário hoje

Enquanto a Federação dos Rodoviários (FESTRU) marcava para anteontem um plenário nacional dos trabalhadores da Rodoviária e os períodos de greve se intensificavam com adesão praticamente total, prosseguia no Porto a greve dos transportes colectivos (STCP). Atingindo a quinta semana de luta, depois do plenário da passada quinta-feira, os trabalhadores dos STCP estabeleciam novo calendário de greves e marcavam para hoje um novo plenário com recolha de viaturas. Depois das últimas negociações com as gerências, mantinha-se praticamente na mesma a situação que provocou as greves. Conselho de gerência e Secretaria de Estado dos Transportes não passavam dos 14,3 por cento de aumentos salariais. Os sindicatos (comissões negociadoras) continuam a luta por aumentos da ordem dos 19 por cento.

Como sucede na **RN**, perante a radicalização das posições do Governo e das gerências, os trabalhadores dos **STCP** (Serviços de Transportes Colectivos do Porto) têm demonstrado firmeza e unidade. No sector do movimento a greve tem sido seguida a 100 por cento.

As greves que incluem concentrações, plenários e outras iniciativas, são acompanhadas por acções de esclarecimento e apelo à solidariedade das populações.

Os trabalhadores dos **STCP** e da **RN**, bem como os seus sindicatos têm consciência dos sacrifícios e transtornos que estas greves ocasionam aos próprios

trabalhadores em luta e aos passageiros.

Igualdade salarial reclamada no Porto

A irresponsabilidade do Governo atinge limites insustentáveis. Sempre que os trabalhadores e os sindicatos dos **STCP** iniciam as revisões salariais levanta-se o mesmo problema: a igualdade de salários e regalias com os seus companheiros de profissão que trabalham na Carris. No entanto, mais uma vez

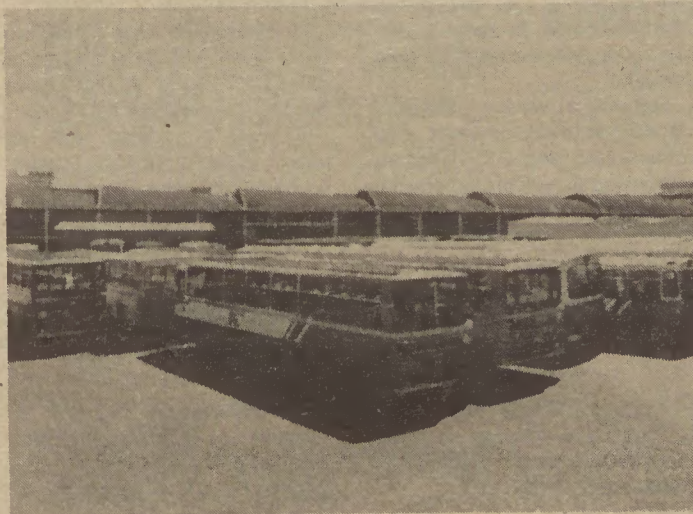
este ano, a Secretaria de Estado dos Transportes, responsável tanto pela empresa do Porto como pela de Lisboa, pretende manter a desigualdade quanto aos trabalhadores portuenses, que actualmente recebem menos 100 contos anuais do que os da Carris. Mas as gerências auferem remunerações iguais tanto numa empresa como na outra.

As reivindicações fortemente apoiadas no Porto dizem respeito, além das tabelas salariais, à regulamentação do trabalho por turnos e ao respectivo subsídio, ao pagamento do trabalho extraordinário, à melhoria das condições de reforma, à sua preparação e à percentagem de trabalhadores qualificados.

Apesar do endurecimento da luta, os sindicatos procuram reduzir ao mínimo os efeitos nocivos das greves e os transtornos que causam às populações. No Porto foi decidido limitar o tempo de paralisação das viaturas.

Os trabalhadores dos **STCP** e da **RN** têm demonstrado durante as greves que só a atitude do Governo e a maneira como conduz as negociações obrigam ao endurecimento da forma de luta adoptada naquelas empresas públicas de transportes há mais de um mês.

Greves nos transportes (Lisboa e Porto) com adesão total



TFP solidários

Conforme tem sucedido com outras organizações sindicais, a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública manifestou publicamente o seu apoio aos trabalhadores em luta na Rodoviária e nos **STCP**.

A Federação dos TFP, confrontada com os 9,5 por cento que o Governo pretende desde

já impor-lhe para o ano que vem, recorda que a equipa Cavaco «prolonga artificialmente os conflitos à espera de capitalizar o descontentamento dos utentes» e socorre-se dos «meios de comunicação social para tentar voltar a população contra os trabalhadores em luta».

Em vez disso deveria o Governo, «como manda o interesse público, dar mostras de flexibilidade negociadora, abando-

nando definitivamente posições de rigidez que impedem de alcançar os consensos necessários».

Para a Federação sindical dos TFP, nada justifica a atitude do Governo. Como ele próprio reconhece a situação é de desafogo financeiro. Mas prefere gastar fortunas em publicidade e transportes alternativos, chamados assim mas que nada resolvem a não ser para os que lucram com eles.

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública confia na atitude dos trabalhadores (os principais utentes dos transportes públicos) pois «sabem que o resultado desta luta irá ter reflexos na fixação de um tecto salarial que acabará por atingi-los» — atitude que o Governo, aliás, não esconde.

Além da insistência nas negociações de revisão salarial, que as gerências e a secretaria de Estado dos Transportes procuram sabotar, a FESTRU e os sindicatos envolvidos têm desenvolvido acções junto das autarquias da zona da Grande Lisboa, levando-as a tomar posição junto do Governo para pôr termo ao conflito, satisfazendo as reivindicações dos trabalhadores e acabando com os transtornos causados pelas paralisações.

Nacional**Na Saúde como nos Transportes****Governo visado pela greve dos policlínicos**

Uma greve dos médicos policlínicos, anunciada para ter início ontem, prosseguir hoje e amanhã, junta-se à vaga de lutas que assinala este Verão.

A greve de três dias, decidida em plenários efectuados em Lisboa, Porto e Coimbra, destina-se a combater uma medida administrativa da ministra Leonor Beleza, que pode levar ao desemprego imediato 60 por cento dos policlínicos.

A medida do Governo relaciona-se com o número de vagas. Como a ministra teve que aceitar o total indicado pelos chefes de serviço dos hospitais, aumentou para o dobro o número de candidatos, reunindo no mesmo concurso os P3 e os P2 (médicos com 3 e 2 anos de estágio, respectivamente).

O concurso está marcado para 15 de Outubro deste ano.

Se a decisão do Ministério não for anulada entretanto, os sindicatos dos médicos e os plenários dos policlínicos continuarão a greve a partir do dia 2 de Agosto. Os médicos não cumprirão as tarefas burocráticas que lhes estão confiadas nos serviços de urgência dos hospitais a

partir de sábado. Atenderão os doentes normalmente nesses serviços, mas não preencherão qualquer impresso respeitante a taxas e outros serviços burocráticos habituais.

Aparato policial

As intenções do Ministério da Saúde não são no entanto claras, nem para os médicos nem para a opinião pública. Para esclarecer o que se passa, os policlínicos dirigiram-se na passada quinta-feira ao Ministério da Saúde. Na Avenida João Crisóstomo em Lisboa, depararam com um «despropositado» efectivo policial. Nada nos objectivos nem na atitude dos médicos faria prever que a força policial não os deixasse sequer aproximar do edifício do Ministério. Mas foi o que sucedeu.

Perante um pré-aviso de greve,

a ministra (de férias) não recebe ninguém, e o secretário de Estado que a substitui não anuncia qualquer data para o diálogo com os médicos e com as suas organizações representativas.

É este o tipo de «concertação» preferido pelo Governo.

Os trabalhadores decidem em plenário deslocar-se a um Ministério e deparam com as forças policiais. O mesmo sucedeu recentemente com sindicalistas rodoviários interessados nas negociações de revisão da contratação colectiva que, como se sabe, levaram à greve na RN e nos STCP.

No entanto, segundo fonte sindical do sector, a greve dos policlínicos pode provocar o caos nos serviços de urgência.

Estamos em período de férias; as equipas médicas são mais reduzidas; a greve pode ter efeitos graves. Mas o Governo adia, foge ao diálogo com os representantes sindicais. E o Governador Civil de Lisboa, para não ficar para trás, proíbe uma concentração dos policlínicos marcada para o Rossio na passada quinta-feira. Tudo diálogo, tudo concertação.

Poder Local**Eleições em Garfe**

A hora de fecho do jornal recebemos uma nota dos candidatos da lista APU às eleições para a Assembleia e Junta de Freguesia de Garfe (Póvoa de Lanhoso), a realizar no dia 10 de Agosto de 1986, que passamos a transcrever.

«Em 10 de Agosto vamos ter eleições para a autarquia da nossa Freguesia, apenas 8 meses depois das últimas eleições. E porquê? Porque os eleitos em Dezembro passado (do PS e do PSD) não estiveram à altura do mandato que lhes foi dado pelo povo de Garfe, sacrificaram os interesses da Freguesia e a estabilidade da autarquia às rivalidades e interesses de grupo.

Não serve a justificação de alguns, dizendo que se demitiram por falta de prestação de contas. Apurar as contas da gestão dos anos anteriores que a APU também reclama, não impedia que os eleitos em Dezembro cumprissem o seu mandato. E a verdade é que nem chegaram a trabalhar.

«Já basta desta situação — é

preciso mudar» afirmam, acrescentando:

«O povo de Garfe precisa de uma assembleia e Junta de Freguesia constituídas por pessoas com responsabilidade e capacidade para se entenderem e trabalharem em prol da Freguesia. Garfe precisa da APU na Assembleia e na Junta para acabar com as guerras entre grupos e pôr a autarquia a trabalhar.

A APU não entrega os seus votos a ninguém.»

E o documento conclui:

«Desiludam-se os que andam a mendigar votos de apoiantes da APU, chegando ao ponto de mentirem, dizendo que a APU não concorre.

A APU concorre, com uma equipa para trabalhar e que se orgulha de ser a única que vai de cabeça levantada e de mãos

limpas a estas eleições, porque ao contrário dos outros nem provocou estas eleições, nem tem responsabilidades na má gestão dos últimos anos.

«Os candidatos da APU trabalharão para o funcionamento democrático e competente da autarquia. Trabalharão para garantir a estabilidade e o entendimento entre todos os eleitos, acabando com os conflitos entre blocos que têm sacrificado o trabalho comum para o progresso da Freguesia.

«**Fernando Vieira**, primeiro candidato da APU, bem conhecido de todos, é a garantia, conjuntamente com os demais candidatos da APU, de que estes compromissos serão cumpridos. Porque já deu provas suficientes ao povo de Garfe daquilo que é capaz de fazer para o bem da Freguesia, já provou que não é daqueles que à primeira dificuldade abandonam o barco e fogem. A 10 de Agosto, é a vez da APU.»

Guerra Civil espanhola

Aos nomes de membros do PCP que morreram ou participaram na Guerra Civil Espanhola, efeméride a que nos referimos na nossa última edição, acrescentamos os seguintes: Artur

Inácio Bastos, Artur Rodrigues Paquete, Mário Reis (e não «José» como publicámos), Reinaldo de Castro, todos prisioneiros no Tarrafal de 1941/42 a 1946; Firmino Lopes Matos, Ma-

nuel Molina Bailó e José Guerreiro (no Tarrafal de 1941 a 1945). Mário Reis e Miguel Ramos tiveram o posto de capitães no Exército Republicano Espanhol.

Camarada Falecido**João António Pires**

Nascido em 1917, faleceu recentemente na República Popular de Angola, o nosso camarada João António Pires, natural de Vila Nova da Baronia, concelho alentejano do Alentejo. Nos anos

40, já depois de ter passado por Caxias, foi deportado para o Tarrafal, onde permaneceu um ano e meio. Em 1948 emigrou para Angola, onde apoiou a luta pela libertação das ex-colónias e o MPLA. Após o 25 de Abril e juntamente com os outros

cooperantes comunistas portugueses participou nas tarefas de construção da RPA e na actividade do PCP junto da comunidade portuguesa. Aos familiares, amigos e companheiros do comunista falecido, o colectivo do «Avante!» manifesta as suas condolências.

Visita de estudo à URSS

No quadro das tradicionais relações de amizade, solidariedade e cooperação, de 22 a 28 de Julho deslocou-se à URSS numa visita de estudo sobre a realidade económica deste país socialista, uma delegação do PCP constituída por Carlos Carvalhas, do CC, Gorjão Duarte, membro suplente do CC, Fernando Sequeira e Olívia Ferreira, da Comissão de Assuntos Económicos junto do CC.

Esta delegação estabeleceu contactos com diversos dirigentes do PCUS, técnicos, especialistas, responsáveis de empresas e trabalhadores, de diferentes

áreas do aparelho económico estatal e ramos de actividade económica, em Moscovo e em Tallin (capital da República da Estónia).

Visitou empresas da indústria ligeira (têxtil, mobiliário e acessórios para automóveis); uma União Cooperativa de produção e comercialização; uma cooperativa de pesca; uma estação de melhoramentos de solos e plantas e um complexo estatal agropecuário.

Durante a visita a delegação do PCP obteve uma vasta e útil informação sobre o conteúdo das novas experiências económi-

cas e sociais em curso na URSS e colheu em contactos directos com a actividade produtiva, impressões sobre a forma como o povo soviético e o PCUS estão levando à prática e a desenvolver, quer em Moscovo quer em Tallin, as principais conclusões e directivas para a aceleração económica saídas do XXVII Congresso do PCUS.

A delegação teve ainda um encontro final com o camarada Iuri Zniev chefe de sector na Secção Internacional do PCUS.

A visita contribuiu para um maior conhecimento da actividade do PCUS neste domínio.

Delegação do PCP na Hungria

A convite do Comité Central do Partido Operário Socialista Húngaro e no quadro das relações de amizade, solidariedade e cooperação existentes entre o PCP e o POSH, visitou a República Popular da Hungria, de 15 a 22 de Julho, uma delegação de estudo do Partido Comunista

Português, dirigida por Manuel G. Domingos, membro da Direcção da Organização Regional de Santarém do PCP.

A delegação foi recebida pelo responsável do Sector de Economia Agrícola do Dept.º do CC, pelo director-geral adjunto do

Dept.º de Relações Exteriores do Ministério da Agricultura e Indústria Alimentícia e ainda pelo presidente da União Nacional das Cooperativas Agrícolas da Hungria.

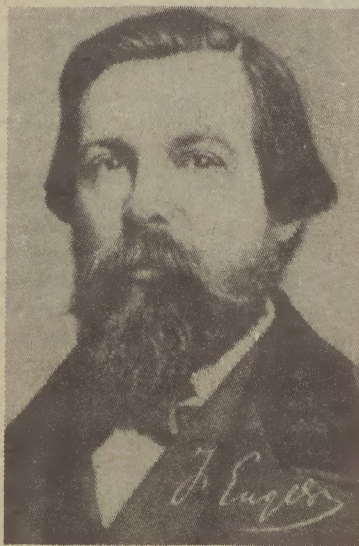
Durante a sua estadia, a delegação de estudo deslocou-se aos distritos de Csongrad e Szekesfehervar onde foram recebidos pelos presidentes da União Regional das Cooperativas de cada um dos distritos e onde tiveram ocasião de visitar diversas cooperativas de produção.

A visita da delegação de estudo do PCP contribuiu para um melhor conhecimento da realidade agrícola e cooperativa da Hungria socialista.

«Taluda do Verão»

São os seguintes os números premiados no sorteio do passado dia 25, relativo à «grande taluda do Verão» promovida pela ORL: 1.º prémio — 00919; 2.º — 38 450; 3.º — 42 969.

Recorda-se que o direito aos prémios termina 30 dias após o sorteio.

**F. ENGELS**

A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado

edições
Avante!

BIBLIOTECA DO MARXISMO-LENINISMO

Assembleia da República

Entrevista com Carlos Brito

Há algo de novo no «reino» da Assembleia

Esta sessão legislativa chegou ao fim, daí a oportunidade de uma breve entrevista com o presidente do Grupo Parlamentar do PCP, camarada Carlos Brito. Não para um balanço de toda a actividade desenvolvida na Assembleia da República neste período, dado que a sua profundidade e volume exigiriam muito mais espaço do que o que dispomos, mas para uma apreciação que, mesmo rápida, se torna indispensável. Como se segue.

«Avante!»: — As notícias dos trabalhos na Assembleia da República deixam a impressão que nesta sessão legislativa alguma coisa de novo se passou. É assim?

Carlos Brito: — Creio que é inquestionavelmente assim. Mais, o Grupo Parlamentar do PCP, numa reunião especial recentemente realizada, constatou a existência de uma nova situação parlamentar decorrente das eleições de 6 de Outubro e do quadro político-partidário por elas conformado.

Este quadro pode traduzir-se na existência de uma oposição democrática que compreende 140 deputados distribuídos pelo PCP, PS, PRD, MDP e «Verdes», enquanto o partido do Governo tem 88 deputados, e mesmo aliado ao CDS não vai além dos 110.

Av: — Onde reside, então, a novidade?

C.B.: — A novidade reside na forma como a Assembleia reagiu à governamentalização a que tinha sido submetida em legislaturas anteriores (primeiro pela AD e depois pelo bloco PS/PSD), passando a exercer as suas competências e os seus poderes de forma muito mais eficaz, designadamente no domínio legislativo e no da fiscalização da actuação do Governo.

Av: — Mas no que toca a competências políticas...

C.B.: — Sim, no que toca à competência política da Assembleia da República na formação e na permanência do Governo, o resultado é manifestamente negativo. A Assembleia da República não só deixou passar o Governo minoritário do PSD/Cavaco Silva quando este apresentou o seu programa, como o deixou continuar quando recentemente este apresentou uma moção de confiança. Em ambos os casos foi decisivo o voto do PRD, que em todas as demais situações se tem comportado como um partido de oposição democrática.

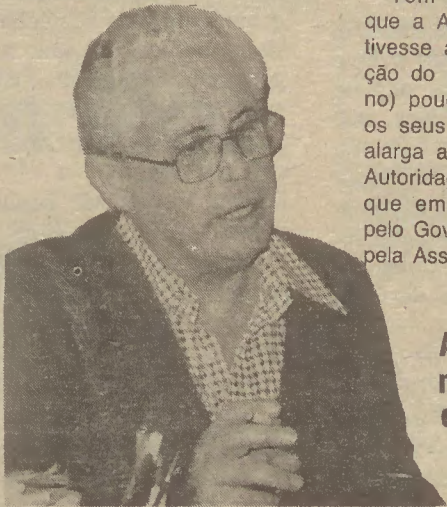
Legítimo falar em derrotas

Av: — Apesar disso, é legítimo falar em grandes derrotas do Governo nesta sessão legislativa?

C.B.: — É absolutamente legítimo e, mais do que isso, trata-se de um dado essencial para se compreender a presente situação política e o aprofundamento da crise do Governo, a dar a impressão que estamos a viver em crise governamental latente.

Av: — E em que se traduzem as derrotas do Governo?

C.B.: — O Governo viu derrotadas ou adiadas na Assembleia



Alternativa: necessária e urgente

da República quase todas as suas principais propostas e viu alterados os seus orçamentos, revogados ou modificados alguns decretos em que punha particular empenhamento.

Concretizando, e sem ser exaustivo:

Foi «chumbado» o chamado pacote laboral com a rejeição de uma autorização legislativa sobre a lei dos despedimentos, o regime dos contratos a prazo e o regime de trabalho temporário. Além disso a Assembleia aprovou, pela iniciativa dos partidos da oposição, designadamente do PCP, e contra a vontade do Governo, uma lei contra os salários em atraso.

Foi igualmente «chumbada» uma parte importante do chamado «pacote agrícola», especialmente com a rejeição da proposta de lei de liquidação da Reforma Agrária, a recusa da admissão da proposta de lei que visava a desnacionalização de prédios rústicos nos perímetros de rega, o adiamento da lei de arrendamento rural, da lei do emparcelamento e da lei dos baldios. Muito importante foi também a alteração a disposições da lei do processo administrativo orientado contra a Reforma Agrária, bem como a aprovação do inquérito às ilegalidades e irregularidades contra a Reforma Agrária.

No chamado «pacote das liberdades» foi «chumbada» a autorização legislativa para o regulamento disciplinar da PSP e a Lei da Segurança Interna, apesar de aprovada na generalidade (o que é grave), também ficou adiada por mais 90 dias, pelo menos.

No domínio da Comunicação Social a Assembleia aprovou a lei que regulamenta a alienação de bens do Estado em empresas públicas de comunicação social, aprovou uma lei sobre o direito de réplica dos partidos da oposição na televisão e na rádio,

adiou a questão da abertura da televisão ao capital privado.

A Assembleia aprovou legislação que abertamente contraria a vontade do Governo nos domínios da política social, autarquias, educação, saúde.

Tem um grande significado que a Assembleia da República tivesse aprovado (com a oposição do PSD, partido do Governo) pouco antes de suspender os seus trabalhos, uma lei que alarga as competências da Alta Autoridade contra a Corrupção, que em vez de ser nomeada pelo Governo, passa a ser eleita pela Assembleia da República.

Av: — Significa isto que terão razão de ser as acusações do Primeiro-Ministro e do PSD de que a Assembleia fez trabalho de bloqueio e obstrução à acção do Governo?...

C.B.: — De maneira nenhuma! O que bloqueia a política reacçãoária do Governo de Cavaco Silva é a circunstância — repetidamente demonstrada — de que ela é minoritária no País e na Assembleia da República. O que está errado é que o Governo insista numa política que a maioria do País e a maioria na Assembleia rejeitam. A Assembleia está certa, e não pode ser acusada de obstrução, quando através do processo democrático prevalecem nas votações as posições que são maioritárias. Do trabalho da Assembleia o que se pode dizer é que ele adquiriu um novo dinamismo e uma considerável produtividade, o que não tem nada a ver com obstrução.

Av: — Do ângulo da Assembleia da República, há condições para o desenvolvimento de uma alternativa democrática?

C.B.: — Por um lado, o PCP valoriza muito a convergência que tem sido possível concretizar com os outros partidos da oposição democrática, mas, por outro, o PCP diz que não basta convergirmos apenas para dizer não às piores iniciativas e às piores atitudes do Governo de direita, ou para dizer sim a algumas iniciativas positivas — mas muito sectoriais e limitadas — dos partidos da oposição. Há condições (como os números revelam e a vida demonstra) para que a convergência democrática seja o suporte de uma alternativa ao Governo e à política actuais. Aliás, a demonstrada incapacidade do Governo para dar solução a qualquer dos grandes problemas nacionais, torna esta alternativa absolutamente necessária e urgente.

Entretanto, integrados na acção de todo o Partido, os deputados comunistas têm lutado, e lutam, por este objectivo.

Resposta da AR a Cavaco

Sessão brilhante Governo medíocre

A Assembleia da República entrou de férias na semana passada, como é usual, mas encerrando uma sessão legislativa sem dúvida pouco comum. Na verdade é opinião unânime que se assistiu a uma sessão particularmente produtiva e, sobretudo, revitalizada no que concerne ao uso dos poderes legislativos e fiscalizadores deste órgão de soberania, como desenvolvimento realça, em entrevista o camarada Carlos Brito, presidente do Grupo Parlamentar do PCP:

É claro que o Governo de Cavaco Silva também entra na «jogada». Ou sai, melhor dizendo. E sai bastante mal: após inundar a Assembleia da República com legislação indiscriminadamente apresentada como urgente, o Executivo do homem de Boliqueime averbou derrotas sobre derrotas, vendo recusada a concretização de múltiplas «manobras» não apenas claramente lesivas dos interesses do povo e do País, como flagrantemente inconstitucionais. Tão inconstitucionais que, mais de uma vez, se falou no homicídio em provocação.

Pese embora a tomada de posições gravosas por parte do PRD em algumas matérias, que deu «sopro de vida» ao isolado Governo de Cavaco Silva, a sua actuação (como sublinha também Carlos Brito), em todas as demais situações, foi de um partido de oposição democrática, o que, em conjugação com o PCP, o PS e o MDP (para falarmos apenas dos grupos parlamentares) deu expressão a uma acção muito positiva por parte da Assembleia da República na defesa do regime democrático e dos interesses do povo e do País, ao travar o grosso da autêntica contra-revolução legislativa tentada pelo Governo na Assembleia da República — o qual fez o mal e a caramunha, ao «queixar-se», despidoradamente, que estava a ser «bloqueado», na sua acção governativa, por este órgão de soberania...

Policimento e factos consumados

No dia 23 de Julho «passou», na generalidade, a proposta governamental de Lei de Segurança Interna (consentida pelas abstenções do PRD e do PS), o que, sendo um facto grave, não é definitivo pois prevêem-se (caso lá se chegue...) profundas alterações na especialidade. Para já, a proposta baixou à Comissão por 90 dias. A propósito desta iniciativa governamental, o camarada Carlos Brito afirmou:

«É significativo que o Governo insista precisamente em impor a discussão desta lei de policimento do Estado democrático, em vez de procurar com a Assembleia da República e nestes derradeiros dias da sessão legislativa resposta para os numerosíssimos e gravíssimos problemas económicos e sociais que dilaceram o País e mesmo para as situações de ruptura que se verificam no campo da justiça e em particular a respeitante à investigação criminal e à explosão do sistema prisional.»

Foi igualmente aprovada a autorização do Governo para o reequipamento das Forças Armadas, com a abstenção do PRD e os votos contra do PCP e MDP. O deputado comunista João Amaral realçaria assim a posição do PCP, face às propostas do Governo nesta matéria:

«Por um lado, em qualquer das situações, as propostas apresentadas a debate aparecem definitivamente marcadas por condicionantes e interesses externos (dos EUA e da NATO), em prejuízo dos interesses nacionais;

E por outro lado, também em qualquer das situações, a Assembleia é confrontada com situações e compromissos já concretizados, no que se pode chamar a política de facto consumado. (...) É nestes termos que se nos apresenta agora esta proposta, feita de compromissos já assumidos e viciados por decisões e interesses externos ao País.»

Lei de Bases do Ensino

O dia 23 terminou com a aprovação do texto alternativo da Comissão da especialidade sobre o Estado de Sítio e o Estado de Emergência (abstenções do PCP e MDP) e o lançamento de um debate que culminaria, no dia seguinte, em mais uma estrondosa derrota do

Governo: a que tratou a Lei 29/4 — lei da contra-Reforma Agrária.

A 24 houve, entretanto, duas unanimidades — uma que aprovou, na especialidade e em votação final global o Estatuto da Região Autónoma dos Açores, outra que aprovou a Lei Orgânica do Ministério Público e dos Tribunais Marítimos.

Mas foi ainda a 24 que se produziu uma outra aprovação muito importante: o texto alternativo produzido pela Comissão da especialidade da Lei de Bases do Sistema Educativo. Só o CDS votou contra... O MDP absteve-se e todos os outros partidos fizeram aprovar a Lei. O deputado do PCP, António Osório, comentaria:

(...)
Esta Lei não resultou de um debate de gabinete, realizado por uma qualquer comissão ministerial. Foi enquadrada por um amplo debate público, vivo e participado, bem demonstrativo do interesse e empenho que professores, agentes educativos, pais, alunos, autarquias e sindicatos, nomeadamente a Federação Nacional dos Professores.

(...)
O debate foi clarificador, provou que a ambiguidade e as cedências aos que visam recuperar uma educação para os privilegiados não serve o sistema de ensino.

Mas deixou também claro que para o CDS, o sistema de ensino se deveria resumir a um mero somatório de instituições privadas a subsidiar pelo Estado. Para o PSD o ideal teria sido que a Lei não passasse dos princípios vagos, sem tocar na arbitrariedade de processos com que ao longo dos seis últimos anos os seus ministros da Educação têm vindo a actuar. Mas não foi assim. A Assembleia deliberou, e bem, desgovernamentalizar a educação em Portugal. O partido do Governo não esteve de acordo. Prioridade para a educação, planeamento e fiscalização parlamentar são meras figuras de retórica para usar num programa de governo.

Esse mesmo Governo que se alheou da discussão fechando-se no seu casulo, redemoinhando no umbigo da sua própria comissão.

A chave de ouro

Mas se o Governo pensava no velho ditado de que «até ao lavar dos cestos é vindima» ao inundar a Assembleia da República, na recta final dos trabalhos, com legislação, acabou por ser «vindimado».

Na verdade aguardava-o uma surpresa, que culminaria os trabalhos no dia 25: a aprovação, pela maioria da Assembleia do Decreto-Lei n.º 369/83 de 6 de Outubro, relativo à Alta Autoridade contra a Corrupção. Basta citar integralmente o Artigo 1.º do texto aprovado («Definição») para se ter uma ideia da importância deste último acto legislativo da Assembleia da República nesta sessão. É como se segue (os sublinhados são nossos):

«Junto da Assembleia da República funciona a Alta Autoridade contra a Corrupção, tendo por incumbência desenvolver as acções de prevenção, de averiguação e de denúncia à entidade competente para a acção penal ou disciplinar dos actos de corrupção e de fraudes cometidas no exercício de funções administrativas, nomeadamente no âmbito da actividade dos serviços da administração pública, central, regional e local, das Forças Armadas, dos institutos públicos, e empresas públicas, de capitais públicos, participados pelo Estado ou concessionários de serviços públicos, obras públicas ou de exploração de bens do domínio público, incluindo os praticados por titulares dos órgãos de soberania.»

Antes desta decisão, a Alta Autoridade contra a Corrupção era nomeada e dependia do Governo. Por aqui se vê o alcance da medida que, como se dizia em S. Bento, «fechou a sessão com chave de ouro».

PCP

Notícias dos Açores



Poder Local: encontro nas Flores

A ilha das Flores acolheu nos passados dias 19 e 20 o 3.º Encontro Regional dos Açores sobre Poder Local, iniciativa do Partido, que contou com a participação do camarada Carlos Costa.

Neste encontro — a primeira iniciativa de âmbito regional promovida por um partido político numa ilha das mais isoladas do arquipélago — participaram membros do Partido Comunista Português e eleitos da Aliança Povo Unido oriundos de quase todas as ilhas açorianas.

O encontro analisou a situação do Poder Local na Região Autónoma dos Açores, tendo constatado a crescente disposição das populações no sentido da defesa dos seus interesses próprios enquanto comunidades.

Realizado em duas sessões de trabalho, muito participadas e produtivas, segundo o relato que nos chega dos Açores, o encontro aprovou um conjunto de conclusões que serão um guia para a actividade do Partido no que respeita aos problemas locais e à acção nas autarquias.

As sessões de trabalho decorreram no salão da Casa do Povo da Vila das Lajes e a sessão pública de encerramento no salão do Grupo Desportivo «Os Minhocas», na Vila de Santa Cruz. No período final, além de Carlos Costa, falaram Mário Abrantes e Paulo Valadão, este membro da Comissão da Ilha das Flores.

Embora realizado numa ilha isolada da região, este 3.º Encontro sobre Poder Local teve grande projecção regional e constituiu um sério contributo para a valorização das ilhas mais pequenas e afastadas.

Esse aspecto foi, aliás, salientado na conferência de Imprensa realizada após o encontro pelo camarada Artur Afonso, membro do Executivo da DORAA. As conclusões da iniciativa seriam divulgadas neste encontro com os profissionais da Comunicação Social.

De salientar ainda a realização, após a sessão de encerramento do encontro, de um animado convívio no qual actuaram o artista micalense José Maia e outros amadores. Uma palavra final para referir o bom trabalho da organização do Partido na ilha das Flores como anfitriã deste encontro regional.

Convívios populares na Horta

A organização do Partido na ilha do Faial associa-se aos festejos da Semana do Mar, mantendo diariamente, a partir das 22 horas, o seu recinto dos «convívios populares» em pleno funcionamento, assegurando assim um espaço de confraternização aos residentes na Horta e aos milhares de visitantes nacionais e estrangeiros que nesta altura ali se encontram. Os «convívios populares» garantem bom divertimento, boa música e animação para dançar e conviver, como já aconteceu entre 11 e 25 de Julho e irá acontecer de novo entre 1 e 10 de Agosto, num recinto anexo ao Centro de Trabalho do PCP.

Reunião de quadros em S. Miguel

No Centro de Trabalho de Ponta Delgada decorreu recentemente uma reunião de quadros integrada na preparação da 1.ª Assembleia da Organização da Ilha de S. Miguel, marcada para o próximo mês de Outubro. O reforço do Partido nesta ilha da Região Autónoma e os aspectos mais salientes da actualidade política e social no plano regional e nacional foram também temas em debate na reunião. Entre os participantes, encontravam-se os camaradas Carlos Costa, da Comissão Política e do Secretariado do CC e Mário Abrantes, do Executivo da DORAA.

Carlos Costa na Terceira

Durante uma breve estadia na ilha Terceira, o camarada Carlos Costa participou numa reunião de trabalho com dirigentes locais do Partido, em que se analisaram questões de organização e da situação política. Acompanhado do camarada Manuel Martins, do Executivo da DORAA do Partido, Carlos Costa teve oportunidade de se avistar com o presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, com quem trocou impressões sobre problemas do concelho e do Poder Local em geral.

Álvaro Cunhal em Matosinhos S. Pedro da Cova e Gaia

Sábado

O secretário-geral do PCP intervirá nos principais momentos políticos das iniciativas promovidas por organizações do Partido em Matosinhos, Rio Ferreira (S. Pedro da Cova) e praia da Madalena (Gaia), no próximo sábado.

O convívio promovido pela Comissão Regional do Porto do Sector das Pescas, a realizar no sábado, entre as 16 e as 22 horas, na Quinta da Conceição, em Matosinhos (via rápida junto ao porto de Leixões) é uma das três iniciativas em que o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, participará no sábado, no distrito do Porto.

Aberto aos trabalhadores das pescas e suas famílias, aquele convívio não dispensará a boa sardinha assada e a caldeirada a preceito.

«As Vareirinhas da Aguda» serão participantes activos na manifestação de folclore prevista no diversificado programa deste convívio, que promete cantigas ao desafio, fados e guitarradas. Uma exposição sobre a vida e a luta

dos pescadores antes e depois do 25 de Abril e jogos populares, com destaque para a malha, serão ainda parte integrante da festa.

No decorrer desta iniciativa haverá um encontro com o camarada Manafia, deputado do pescador de Sines, que abordará a luta dos comunistas na Assembleia da República em defesa dos trabalhadores do mar. Um baile fechará da melhor maneira o convívio da Quinta da Conceição.

Outra iniciativa em que o secretário-geral do PCP estará presente é a Festa da Unidade, promovida pela Comissão de Freguesia de S. Pedro da Cova, e que decorrerá sábado e domingo, no Insua, Rio Ferreira. A intervenção do camarada Álvaro

Cunhal nesta Festa está prevista para as 16 e 30 horas, de sábado. Como assinala a organização do Partido, *stands* de comes-e-bebes e um local para acampamento serão base de apoio a um programa de ranchos folclóricos (o de Fânzeres e o de Tardariz) e de conjuntos («Santa Bárbara» e «1.º de Maio»), de fadistas e guitarristas.

Cerca das 21 e 30, o camarada Álvaro Cunhal falará aos participantes na Festa do Sol.

Finalmente, ainda no distrito do Porto, mas agora no concelho de Gaia, teremos no próximo fim-de-semana a Festa do Sol, que começa já amanhã, frente à praia da Madalena, num aprazível recinto de pinhal. Samuel e Jorge Lomba são dois dos artistas confirmados para os espectáculos da Festa do Sol. Para o baile, teremos o conjunto «Impacto». Artesanato, uma discoteca gigante, jogos populares, fado e folclore, vídeo, exposições, os tradicionais comes-e-bebes e uma mão cheia de surpresas vão dar vida e cor a uma bela festa de amizade e confraternização.

Na sexta-feira à noite momentos após a abertura, abrihantada pela Banda da Sociedade Musical União Recreio e Sport Sineense, realiza-se no café-concerto e a condizer com o espaço envolvente um programa de teatro e poesia sob o tema «o tempo da lenda das amendoieiras em flor».

Às 22.30h no palco principal.



SINES

Festa da Terra e do Mar a partir de amanhã

É já no próximo fim-de-semana que, no majestoso e simbólico espaço do castelo de Sines, terá lugar a Festa da Terra e do Mar, organização da Comissão Concelhia local do PCP. Nesta sua quinta edição e para além de outros motivos de interesse, realizar-se-á nesta festa o primeiro sorteio das EP's da Festa do «Avante!».

São muitas as razões para, nos próximos dias 1, 2 e 3 de Agosto, se deslocar àquele concelho do distrito de Setúbal. Na sexta-feira à noite momentos após a abertura, abrihantada pela Banda da Sociedade Musical União Recreio e Sport Sineense, realiza-se no café-concerto e a condizer com o espaço envolvente um programa de teatro e poesia sob o tema «o tempo da lenda das amendoieiras em flor».

Às 22.30h no palco principal.

será o momento desejado por muitos. O espectáculo com Paulo de Carvalho. A noite prosseguirá, de novo no café-concerto, com a participação de diversos artistas amadores. Altura para o convívio, a conversa amiga, com o mar mesmo ali à vista.

No sábado, a partir das 20h, sugere-se uma viagem às raízes populares das gentes de Sines como de outros povos amigos. Falamos de um espectáculo com o Rancho Folclórico «Ninho de uma Aldeia», o Grupo Coral «Amigos da Boa-Vontade» e um grupo de danças e cantares de Timor-Leste.

Depois deste mergulho na História e na cultura do nosso povo é altura de discutir o seu quotidiano, as perspectivas de alternativa democrática para a situação que vivemos. O camarada Carlos Ramilhes, membro suplente da Comissão Política do

Comité Central do PCP participará no comício que se realizará no palco principal da Festa, às 22h.

Porque a luta também é festa, alegria, ao comício segue-se, pela noite dentro, um baile, animado por diversos conjuntos. Para as crianças, domingo é dia para levantar cedo. Uma manhã infantil desde as dez horas, com diversas actividades entre as quais o teatro a cargo dos Pioneiros de Sines é razão bastante que justifica o «esforço».

Ao fim da tarde de domingo, depois de um espectáculo de teatro amador teremos, para acabar em beleza, a actuação de Júlio Pereira.

Com este programa concordamos que é difícil resistir e não visitar Sines este fim-de-semana.

E desporto também

Mas a Festa da Terra e do Mar não esqueceu os desportistas, os de bancada e não só. O 4.º torneio de futebol infantil que decorrerá durante os três dias da festa tem a sua final aprazada para domingo às 17h. Para além disso, os Zezitos de Sines farão exhibições de ginástica.

No sábado, a partir das 9.30h a Festa da Terra e do Mar de Sines faz-lhe a seguinte proposta: calce umas sapatilhas, vista uns calções e respectiva camisola e encaminhe-se para o largo do castelo para participar na Corrida da Paz, aberta a gente de todas as idades. Uma manhã com alegria, pela Paz e a amizade.

Em Sines. Na Festa da Terra e do Mar.

Santo Tirso

Muita alegria e convívio é o que promete a festa popular a realizar pela Comissão Concelhia de Santo Tirso nos próximos sábado e domingo, na Bouça de Poldrões. A festa terá início no sábado pelas 17 horas com vários espectáculos, exposições, jogos populares, *stands* de vendas, restaurante e bar. Além da participação de diversos cantores e conjuntos, há a destacar uma noite de fado e cantares ao desafio. E não faltará o baile da juventude. A parte política está a cargo do camarada António Mota, membro do Comité Central e deputado do PCP, que fará uma intervenção política no domingo, às 17 horas.

Juventude

As conclusões da reunião da Direcção Nacional



«O aumento do desemprego juvenil; a intensificação na exploração do trabalho infantil e juvenil; a continuada degradação do ensino e as maiores dificuldades no acesso aos seus vários níveis; o indiscriminado e em muito casos indevido apoio ao ensino privado, em detrimento do ensino público e dos estudantes de mais débeis condições económicas; a incorrecta e descoordenada política de aprendizagem e formação profissional de jovens; as degradadas condições de prestação do serviço militar obrigatório; a impossibilidade do pleno gozo das férias pela esmagadora maioria dos jovens portugueses, são factos, de entre muitos outros, que demonstram a incapacidade do Governo do PSD em desenvolver uma política séria em benefício dos jovens portugueses», concluiu a Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa na sua reunião de 27 de Julho, em Lisboa.

A «presente situação da juventude portuguesa» e «as medidas que o Governo tem vindo insistentemente a anunciar como solucionadoras dos graves problemas com que nos defrontamos» foram temas em análise nesta reunião.

A DN da JCP salienta ainda que, «analisando as medidas que o Governo tem vindo a tomar, e sobretudo avaliando o alcance e os previsíveis resultados dessas medidas, elas não visam dar solução aos problemas básicos da juventude, constituindo embora cedências parciais do Governo a reivindicações do movimento juvenil».

Ao adiar a sua resolução no momento em que disfruta de boas condições para o fazer, o Governo, com tais medidas, ape-

nas procura entreter os jovens no presente, tentando despertar simpatia em torno da sua política e transformá-la em apoio às suas arremelidas contra o regime democrático e contra as transformações económicas, sociais e culturais ocorridas em 25 de Abril.

«É neste quadro que a DN da JCP considera da máxima importância a necessidade de desenvolver cada vez mais a luta juvenil, obrigando por essa via o Governo a dar cumprimento, a alargar e a melhorar as medidas anunciadas, por forma a satisfazer as necessidades de mais e mais jovens» — refere a nota divulgada aos jornalistas.

Neste sentido, a JCP considera de decisiva importância, o desenvolvimento da luta do movi-

mento juvenil, em torno da «Ocupação Temporária de Jovens», de modo a obrigar o Governo a criar as condições necessárias que garantam o posto de trabalho, depois dos seis meses, aos jovens que nela participam; e a atribuição do subsídio de desemprego aqueles que não obtenham o posto de trabalho e a concessão do subsídio de refeição e transporte».

A «Ocupação de Tempos Livres», as «Férias Desportivas», o SMO, o «Cartão Jovem», a «Formação profissional e aprendizagem» e o apoio aos jovens agricultores são pontos fundamentais na luta juvenil, aos quais a JCP associa as seguintes direcções e prioridades:

«Ocupação de Tempos Livres» — obrigando o Governo a garantir a possibilidade de participação de todos os jovens interessados e o direito ao subsídio de alimentação e transporte; «Férias Desportivas» — exigindo do Governo a transparência e a honestidade na atribuição de subsídios e no apoio a todos os projectos e iniciativas dos jovens; Serviço Militar Obrigatório — exigindo do Governo o aumento do pré, a melhoria da alimentação e alojamento, a gratuidade dos transportes de fim-de-semana, o respeito pelos direitos cívicos dos jovens e a sua valorização profissional, cultural, cívica e humana; «Cartão Jovem» — exigindo do Governo o

expressivo alargamento dos benefícios e descontos a todas as regiões do País e designadamente, nos materiais escolares e transportes urbanos, assim como a utilização das verbas em benefício dos jovens e não da Secretaria de Estado da Juventude ou do Conselho Nacional de Juventude, auto-proclamado representante da juventude portuguesa sem o ser, nem de longe nem de perto. «Formação Profissional e Aprendizagem» — obrigando o Governo à transparência na aplicação dos Fundos da CEE, exigindo que a sua aplicação sirva efectivamente a formação profissional dos jovens e não constitua uma outra via para subsidiar o patronato; Apoio efectivo à instalação dos jovens agricultores — exigindo do Governo a atribuição dos subsídios a que têm direito, à formação profissional e o apoio técnico e material.

A JCP «considera no entanto que a satisfação das necessidades básicas dos jovens portugueses não se compadecer com medidas deste tipo, antes exigem medidas de fundo, assentes na aplicação de uma verdadeira política de desenvolvimento, a que só um governo democrático e uma política democrática, poderá dar execução.»

Chile, África do Sul e Nicarágua

JCP apela à solidariedade

A JCP, através da sua Direcção Nacional, apela à juventude portuguesa para que, a partir deste momento, desenvolva uma luta cerrada, «até ao limite das suas possibilidades», e que abranja as mais variadas expressões, em solidariedade e ajuda às juventudes do Chile, África do Sul e da Nicarágua.

Esta acção de solidariedade e ajuda é necessária porque se assiste hoje no Chile a mais uma intensa vaga repressiva do regime fascista de Pinochet que já levou à morte de 3 jovens e à prisão de centenas de estudantes chilenos. Entretanto, na África do Sul o odioso regime do

apartheid continua a assassinar massivamente o povo sul-africano e particularmente a juventude. Na Nicarágua estamos a assistir ao surgimento da mais séria e perigosa ameaça de intervenção directa das tropas dos EUA, contra o povo, o território e a independência daquele país, como assinala o Apelo divulgado aos órgãos de comunicação social.

É perante este contexto de tão graves e vergonhosas situações que a JCP apela a todos os jovens, organizações juvenis, movimentos cívicos e personalidades para que, pelas mais variadas formas, expressem o seu

protesto e a sua solidariedade com as juventudes do Chile, África do Sul e Nicarágua.

O Secretariado do Executivo da DN da JCP divulga ainda uma nota em que protesta contra a onda ofensiva do regime fascista de Pinochet sobre os estudantes chilenos, com centenas de prisões nas universidades registadas nos últimos dias, seguindo-se à horrível acção repressiva da iniciativa de protesto do início de Julho em que perderam a vida 3 jovens chilenos.

A ditadura militar chilena — sublinha a JCP — tenta provar a sua força, mostrando evidentes

signais de fraqueza. O povo do Chile luta pelo regresso do país à democracia e pelo derrube da ditadura, num crescendo de resistência, mobilização e consenso nacional em que a juventude tem um papel importante.

A JCP, ciente de interpretar os sentimentos democráticos dos jovens portugueses, exige a libertação dos estudantes presos e manifesta a sua condenação pela repressão que atinge a juventude e o povo chileno, ao mesmo tempo que «manifesta a sua activa solidariedade com a luta da juventude chilena pelo fim do fascismo e pela restauração da democracia».

Viva a Música da Gente

«Viva a Música da Gente» é o lema da campanha de fundos, a vários títulos inédita que a Juventude Comunista Portuguesa decidiu lançar entre os meses de Junho de 1986 e Fevereiro de 1987.

Com o objectivo de recolher cinco mil contos para o reforço financeiro e a consequente melhoria da actividade da JCP, esta iniciativa será também uma grande manifestação político-cultural pela defesa e divulgação do património musical português e pela afirmação da nossa identidade cultural.

Naturalmente que uma iniciativa desta natureza tem que ter na Festa do «Avante!», afinal a maior manifestação político-cultural que todos os anos se realiza no nosso País, um dos seus momentos altos.

Neste sentido, está em preparação um programa especial de actividades da campanha «Viva a Música da Gente» para o fim-de-semana de 5, 6 e 7 de Setembro, no Alto da Ajuda.

Os visitantes da Festa vão dar de caras com «termómetros», ou seja, — explicando com maior pormenor — um painel central com termómetros em acrílico de 1,20m de altura com uma escala até mil contos para contribuições individuais em moedas ou notas. Quanto mais subir a temperatura, melhor...

Dentro desta campanha teremos ainda uma venda de artesanato das diferentes regiões do país alusivo a instrumentos e brinquedos musicais juntamente com os materiais da campanha.

No espaço da Festa estará, igualmente, patente, uma exposição de instrumentos musicais e fotografia que abrangeá temas como «a música para o trabalho, o trabalho para a música e música é trabalho». Junto desta exposição funcionará um espaço de animação que possibilitará a todos um contacto de perto com o trabalho dos músicos.

PCP

TRANSFUNCHAL

Postos de trabalho em perigo

A empresa e o futuro dos trabalhadores

— temas em foco na 1.ª Assembleia da célula do PCP

«Lutar para que os postos de trabalho, as antiguidades e os direitos e regalias de todos os trabalhadores da empresa sejam respeitados e salvaguardados» é o caminho que se perspectiva aos trabalhadores da Transfunchal, na Região Autónoma da Madeira, como foi assinalado no decorrer da 1.ª Assembleia da célula do PCP naquela empresa de transportes, efectuada há dias no Funchal, sob o lema «**reforçar o Partido, alargar a unidade, defender os postos de trabalho**». O lema da Assembleia — a primeira a nível de célula de empresa, realizada na Madeira — revela os temas abordados pelos militantes comunistas da Transfunchal. Neste breve apontamento vamos deixar o balanço que ali foi feito sobre a situação económica e social no âmbito da caracterização da empresa e das perspectivas que se abrirão no futuro.

Para já, um recuo no tempo. Até 1982. Em 29 de Novembro desse ano era constituída a Transfunchal «sendo uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, dedicando-se ao exercício do serviço público de transportes colectivos de passageiros, no concelho do Funchal, substituindo assim as sete empresas que dividiam entre si a exploração das carreiras urbanas».

Como foi recordado na recente Assembleia dos trabalhadores comunistas da Transfunchal, «na altura da sua constituição, Alberto João Jardim, e outros dirigentes do PPD que faziam parte do Governo Regional, apresentou a empresa como a salvação para todos os males que afectavam os transportes».

«Foi assinado inclusivamente um protocolo com o Governo Regional, através do qual este se

comprometia a subsidiar as despesas de constituição e arranque, além do apoio financeiro com vista à renovação da frota por forma a garantir uma rápida melhoria do serviço prestado à população do Funchal.

«O Governo Regional concedeu também na altura uma licença de exploração por tempo indeterminado.»

Má gestão

De 1982 para cá muita coisa se passou na vida da Transfunchal, a começar por uma deficiente gestão. A Assembleia de célula do Partido, caracterizou assim essa situação:

«Os anos foram passando, sem que a maioria da frota fosse renovada, sem que se concretizasse a implementação de novas instalações para a empresa (oficinas e recolha de viaturas) e inclusivamente para os trabalhadores quando estão de reserva, conforme o acordado.

«A gestão da empresa foi-se degradando a vários níveis, quer pelo mau serviço prestado à população, quer pelas más condições de segurança e de trabalho, sem que o Governo Regional (que entretanto ia dando anualmente os subsídios) se impusesse.»

Actualmente, a Transfunchal «tem um capital social de duzentos milhões de escudos, realizado na sua maioria, pela integração de material circulante».

A empresa conta com cerca de 470 trabalhadores, dos quais a grande maioria no serviço de tráfego. Cerca de 220 trabalhadores estão contratados a prazo.

«Seleção» de trabalhadores?

Entretanto, a Transfunchal vê-se confrontada com duas manobras: por um lado, «há algum tempo, o Governo Regional, que nun-



Além da Transfunchal, outras lutas decorrem na Região Autónoma da Madeira, acompanhadas de uma crescente mobilização dos trabalhadores contra as ameaças de despedimento, contra o desemprego, o emprego precário, as condições de vida e de trabalho. Na imagem, uma rua da zona comercial no Funchal

ca se assumiu com as suas responsabilidades para com a empresa, decidiu limitar a concessão de licença de exploração até 31/12/86»; por outro lado, «recentemente, a nível de Governo Regional, foi divulgada a criação de uma nova empresa «**Horários do**

Funchal» que irá substituir a Transfunchal e que iria fazer uma selecção dos trabalhadores».

Surgem assim naturais apreensões quanto ao futuro dos postos de trabalho. Que tipo de «selecção» se pretende? Que manobras estão na forja? Os trabalhadores

através dos seus órgãos representativos exigem respostas claras e objectivas, do Governo, da Assembleia Regional, da própria empresa. Uma coisa é certa: os trabalhadores estão dispostos a lutar com firmeza pelo seu futuro, por garantias quanto à defesa dos postos de trabalho, os direitos e as regalias que foram conquistados durante a existência da Transfunchal. Uma luta que passa também pelo reforço dos laços de solidariedade entre todos os trabalhadores.

Não se pode admitir, como aconteceu recentemente, por decisão do Governo Regional, que a par da concessão à nova empresa da exploração dos transportes, não se defina com os trabalhadores da Transfunchal as garantias básicas quanto ao seu futuro e à garantia dos direitos fundamentais adquiridos.

Por todas estas razões, a Assembleia do colectivo do PCP apontou duas perspectivas de acção e luta:

- Esclarecer todos os trabalhadores da Transfunchal de que estão em perigo os seus postos de trabalho, e os seus direitos alcançados.

- Lutar para que os postos de trabalho, antiguidade e os direitos e regalias de todos os trabalhadores da empresa sejam respeitados e salvaguardados.

Quatro direcções de acção, luta e esclarecimento

1 Alargar a unidade e a solidariedade de classe entre os trabalhadores da Transfunchal e contribuir para o reforço das suas estruturas organizativas a nível unitário.

2 Esclarecer todos os trabalhadores de que estão em perigo os seus postos de trabalho, e mobilizá-los para a luta em sua defesa.

3 Exigir e lutar pela transferência de todos os trabalhadores da Transfunchal para a nova empresa sem perda das suas regalias sociais e da sua antiguidade.

4 Defender a melhoria das condições de trabalho na nova empresa, a dignificação dos seus trabalhadores e contribuir para a melhoria dos serviços prestados à população.

(Das conclusões da 1.ª Assembleia da célula do PCP na Transfunchal)

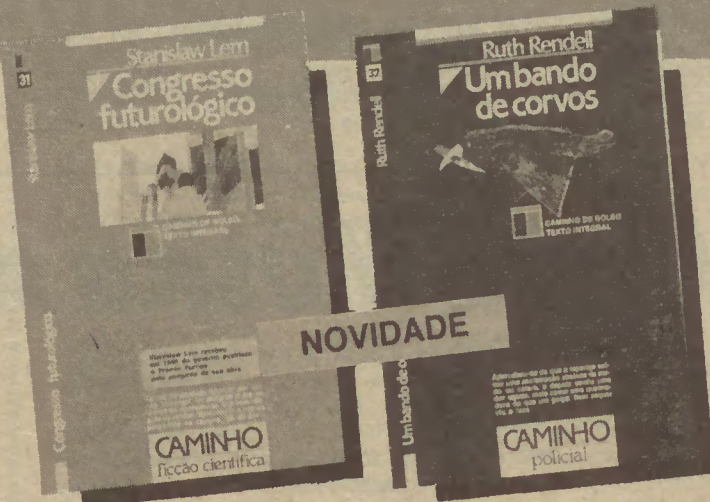


Célula do PCP na Transfunchal: uma Assembleia intimamente ligada aos anseios e aos problemas dos trabalhadores e da empresa

FICÇÃO CIENTÍFICA

Stanislaw Lem
Congresso Futurológico

Foi com Stanislaw Lem, «soberbo autor polaco», como disse então «O Jornal» que iniciámos a Caminho de Bolso. «Memórias Encontradas Numa Banheira» foi pois o número 1. Este «Congresso Futurológico», que é um dos mais célebres e traduzidos dos seus livros, mostrará ao leitor português um humor constante, e cortante, que o enredará de um modo diferente, sem paralelo. Não há dúvida que o nível elevado dos livros de Lem justifica o Prémio Europa que em 1985 o governo austríaco lhe concedeu, na sequência de outros nomes grandes da literatura.



NOVIDADE

CAMINHO
de bolso

COLECCIONE A MELHOR COLECCÃO

POLICIAL

Ruth Rendell
Um Bando de Corvos

Os romances de Ruth Rendell até agora traduzidos em Portugal impuseram-se ao público de modo definitivo e criaram uma justificada expectativa por cada novo livro desta singular autora. «A Árvore das Mãos» (n.º 16 desta colecção) foi um dos mais aclamados. Só um exemplo entre muitos outros: a revista «Mulheres» considerou-o recentemente o «livro do mês».

«Um Bando de Corvos» é um romance perturbante pelo seu entredo mais propriamente policial e pelos problemas que aflora, na maneira incisiva e complexa de Ruth Rendell. Um romance que o leitor não esquecerá.

Terra

Reformados vêm a Lisboa reivindicar dignidade

• Conclusões do I Encontro Regional do Sul

Uma delegação da Federação dos Sindicatos Agrícolas do Sul deslocou-se no passado dia 23 a Lisboa para dar a conhecer aos partidos políticos com assento na Assembleia da República as conclusões do I Encontro Regional dos Reformados Agrícolas do Sul, realizado recentemente em Montemor-o-Novo. Os delegados foram recebidos pelos grupos parlamentares do PCP, MDP/CDE e PS. O PRD e o PSD não manifestaram disponibilidade, este último sob o pretexto de os seus deputados estarem ocupados com a lei de Segurança Interna. Esta atitude só vem a confirmar, mais uma vez, o completo desprezo a que são votados pelo partido do Governo os reformados do nosso país, como foi frisado pelos participan-

tes na conferência de imprensa, realizada no mesmo dia, na Casa do Alentejo e onde foram divulgadas as conclusões do Encontro.

A situação degradante em que vivem os milhares de reformados agrícolas no Alentejo e Ribatejo deve-se à política de direita e de destruição das conquistas de Abril, nomeadamente a Reforma Agrária, seguida pelos sucessivos governos e agravada pelo actual de Cavaco Silva, afirma-se no documento aprovado no Encontro por unanimidade. O aumento dos bens essenciais, dos medicamentos e das rendas de casa não é comportável pelas pensões de miséria de cinco mil e novecentos escudos. Os reformados reunidos em Montemor-o-Novo exigem o aumento das

pensões do sector agrícola para 12 675\$00, o que constitui 65 por cento do salário mínimo para a agricultura; o direito à assistência médica e medicamentosa gratuita; o desconto de 50 por cento nos transportes públicos de curto, médio e longo curso. O Encontro reivindicou ainda a revogação das leis 28/84, 19/85 e 81/85 e a criação de uma verdadeira lei que integre no regime geral da Segurança Social todos os trabalhadores e reformados da agricultura. A revogação imediata da lei das rendas de casa e a fixação destas tendo em conta a capacidade económica do agregado familiar não ultrapassando os 10 por cento sobre os seus rendimentos é outra das exigências decididas pelos reformados.

Como forma de conseguir uma maior ligação e coordenação da actividade no sector, foi decidido no plenário propor aos sindicatos a criação de Comissões de reformados junto destes. Está também prevista uma ampla divulgação das reivindicações saídas deste Encontro junto dos reformados por forma a desenvolverem-se acções de luta pela sua aplicação.

Neste I Encontro de Reformados do Sul participaram mais de 800 delegados, eleitos em cerca de 150 reuniões realizadas em cinco distritos, bem como 59 convidados, representantes das autarquias, do movimento sindical e dos partidos políticos.



Reivindicações saídas do 1.º Encontro Regional de Reformados do Sul foram divulgadas em conferência de Imprensa

Agricultores do Norte contra o MAP de Barreto

Realizou-se recentemente em Mondim de Basto, no salão dos Bombeiros Voluntários, por iniciativa da Associação das Ligas de Agricultores do Norte e Centro, uma reunião de produtores de vinho e carne bovina.

Os cerca de 350 agricultores que participaram nesta reunião protestaram em documento enviado à direcção regional do MAP contra a importação decidida pelo Governo Cavaco de 36 mil pipas de vinho quando se ve-

rificam grandes dificuldades no escoamento da produção vinícola local.

Assistiu à reunião Joaquim Casimiro, da Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

Alijó

Entretanto, cerca de 150 agricultores concentraram-se no passado dia 22 junto à Câmara Municipal de Alijó para protestarem contra o atraso na atribuição

de um subsídio prometido pelo MAP para acorrer aos prejuízos causados no passado dia 25 de Maio por geadas e fortes chuvas.

Os agricultores, alguns deles arruinados prometem vir a Lisboa se, em breve, o Governo não cumprir o que prometeu.

A iniciativa da concentração partiu da Avidouro e contou igualmente com a presença de Joaquim Casimiro em representação da CNA.

UCP's e Cooperativas alertam para planos do Governo

A propósito da rejeição na Assembleia da República, por força do voto dos partidos democráticos, da proposta do Governo de alteração inconstitucional da Lei Barreto, os Secretariados e União das UCP's e Cooperativas dos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal divulgaram um comunicado em que consideram este facto como, «a derrota de mais uma tentativa

de "legalizar" as ilegalidades, fraudes e corrupção em que se encontra atolado o ministério da Agricultura».

Pretendia o Governo, segundo as UCP's e Cooperativas, «dar força de lei à reconstituição do latifúndio e destruição total das UCP's/Cooperativas».

Não obstante mais esta derrota do governo Cavaco/PSD, o

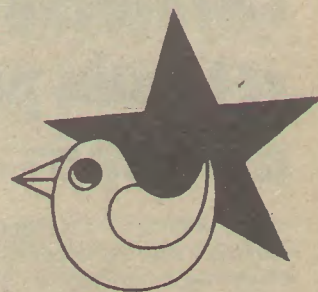
ministro insiste na sua «política de reconstituição do latifúndio».

Assim, de acordo com o comunicado agora divulgado, «várias UCP's/Cooperativas têm sido notificadas de novos despachos de entregas de reservas em que se repetem e aprofundam as ilegalidades que estão a ser objecto da apreciação da Comissão de Inquérito Parlamentar».

Nacional

Acampamento dos Pioneiros começa no domingo

O 3.º Acampamento Nacional dos Pioneiros começa já este domingo e prolongar-se-á até sábado, dia 9. Será uma semana inteira de brincadeiras, aprendizagem e de aventuras a que a malta vai passar no Cabeço de Montachique, em Loures.



Desde a discoteca, passando pelos jogos tradicionais e pelas exposições, até à Assembleia da Paz, um pouco de tudo estará à disposição dos Pioneiros e tudo só podendo mexer com a sua participação activa.

Esta é a grande proposta que a organização lançou a todos os Pioneiros: **participem**.

Participem na discoteca que se realiza na segunda-feira e que durará até às 22 horas, na feira de jogos que abre as suas portas na terça-feira a partir das nove da manhã ou ainda no espectáculo com que termina este dia dedicado à «nossa região» e que se chama «os verdadeiros

artistas» (que, como toda a gente sabe, são os Pioneiros).

Participem na quarta-feira, a partir das 15 horas, na Assembleia da Paz onde todos devem dar a sua opinião sobre um assunto tão importante que não interessa só aos adultos.

Participem ainda na tarde de amizade com os Pioneiros de outros países que também estarão no acampamento e no espectáculo internacional que decorrerá na quinta-feira.

E, na sexta-feira, vão todos visitar a aldeia de Salemas, e participar no torneio de xadrez e no carnaval que se prolongará até às 22 horas e que terá ceia e tudo. Vejam o filme que será exi-

bido, corram, brinquem, saltem. Divirtam-se.

Divirtam-se que, quando for hora da refeição não será comida que vos faltará, uma vez que, para as 7500 pessoas que estarão no Cabeço de Montachique, haverá 18 mil carcaças, 12600 copos médios de leite, 30 quilos de marmelada, 225 de açúcar, 225 de arroz e 200 de feijão verde, 5500 ovos e muita fruta, muita carne e muito peixe. E já agora, talvez ainda se vá a tempo de lembrar que todos nós podemos ajudar, com ofertas, este acampamento e a participação dos Pioneiros na Festa do «Avante!».

RTP pode pôr em risco independência nacional

Um grupo de personalidades ligadas à esfera artística e cultural enviou um conjunto de propostas ao Presidente do Conselho de Gerência da Rádio Televisão Portuguesa, onde se manifesta a preocupação de que «a Televisão pode colocar em alto risco a nossa identidade e a própria independência nacional».

A TV é, na nossa sociedade, o principal meio de comunicação social e é também ela que exerce uma maior influência psicológica na formação dos cidadãos. É por isso que este grupo de personalidades alerta os portugueses para o facto de que «podem estar em causa, na verdade, aspectos tão importantes como a alienação de direitos fundamentais, o empobrecimento da cultura portuguesa, a introdução no actual imaginário colectivo de dados e modelos viciados. Não será excessivo falar em colonização e dizer que a Televisão pode colocar em alto risco a nossa identidade e a própria independência nacional».

Os signatários preocupam-se, entre outros aspectos, pelo «estreitamento do leque dos países fornecedores de programas para a RTP, entre os quais os EUA ocupam um lugar destacado».

Os proponentes apresentam várias soluções para sair desta situação: é necessário «o au-

mento da produção nacional, com recurso sistemático aos autores e artistas portugueses e grande preocupação com a qualidade dos programas; a adopção urgente das medidas que consagram a Língua Portuguesa como a língua principal da TV portuguesa, arrancando-a do lugar de idioma quase subsidiário que em determinadas áreas hoje ocupa; a diversificação das fontes de origem da produção estrangeira transmitida e, sempre que possível, fomento do regime de co-produção; a adopção de uma orientação informativa rigorosa, objectiva e plural com a exclusão, portanto, da criação artificial de climas de incompreensão e ódio; o apoio ao serviço público de Televisão, instrumento privilegiado das necessárias e urgentes tarefas de interesse nacional que só ele pode cumprir; o alargamento da cobertura do

território nacional pelas emissões da RTP».

Entre os signatários do documento enviado à direcção da RTP contam-se, por exemplo, os escritores José Saramago, Alexandre Babo, Alexandre Cabral, Urbano T. Rodrigues; os jornalistas Carlos Veiga Pereira, Fernando Dacosta; o prof. universitário António Borges Coelho; o arquitecto Augusto Sobral; o realizador radiofónico Cândido Mota; os encenadores Carlos Avilez e Joaquim Benite, os professores António Teodoro, Linhares de Castro e Mário Dionísio, os actores Carlos Wallenstein, Ivone Silva, e Mário Jacques; o maestro Fernando Lopes Graça, os músicos Fausto e Sérgio Godinho, a musicóloga Maria Helena Feitas, os deputados Costa Carvalho, Jorge Lacão e Maria Santos, o crítico Mário Castrim, o pintor João Hogan.

Nagasaki

Iniciativa em Sesimbra

Evocando o bombardeamento atómico a Nagasaki, o Departamento de Jovens da Comissão de Paz de Lisboa e a Comissão de Jovens da Câmara Municipal de Sesimbra decidiram realizar uma iniciativa conjunta, na vila de Sesimbra, no dia 9 de Agosto (um sábado).

Esta iniciativa tem como objectivo homenagear as vítimas do bombardeamento atómico e sensibilizar a população de Sesimbra e os habitantes de Lisboa

em férias na vila, para os perigos de uma guerra nuclear e da corrida armamentista.

Durante a tarde do dia 9, vai ser pintado um mural alusivo ao bombardeamento e à destruição de Nagasaki e durante a noite, a partir das 21.30, na Fortaleza da vila de Sesimbra, vai haver uma exposição e um espectáculo elaborado fundamentalmente por músicos jovens, onde participam Rui Álvaro, Pedro Tadeu e Adelaide, entre outros.

Caldas da Rainha

A situação política e social, a vida e as iniciativas do Partido serão temas para debate no encontro de militantes que decorrerá amanhã à noite no Centro de Trabalho do PCP nas Caldas da Rainha às 21 e 30h.

Um convívio animado e a projecção de vídeo serão também aliciamentos deste encontro, para o qual se dirige um convite especial aos jovens. Não faltes.

Internacional

Afeganistão Gorbatchov anuncia retirada parcial de tropas

Muita tinta — e sangue — tem corrido sobre o Afeganistão. Alvo do imperialismo, porque é de uma verdadeira revolução que se trata, da construção de uma sociedade e de uma realidade política e socioeconómica que corresponda às necessidades e à vontade da população trabalhadora — o Afeganistão tem vindo a ser objecto de sistemática acção terrorista. Os bandos criminosos que actuam no país, são arvorados por Reagan a defensores da liberdade, e recebem da Casa Branca, os instrutores, os planos, as armas, as bombas.

O pretexto é o clássico — a «ingerência soviética». «Ingerência» que mais não tem sido que o apoio fraterno para a defesa da revolução contra os bandoleiros armados por Washington. Como múltiplas vezes tem vindo a ser repetido, o governo afegão promove uma solução política, aposta nela e as tropas soviéticas presentes sairão do país logo que a sua defesa deixe de constituir problema.

Agora, mesmo esse pretexto se esfumou.

O secretário-geral do PCUS, camarada Mikhail Gorbatchov, em importante discurso pronunciado na cidade de Vladivostok, no Extremo-Oriente soviético, anunciou oficialmente que até finais deste ano seis regimentos soviéticos agora no Afeganistão, regressarão à URSS, com todo o seu material técnico e armamento. Garantindo ainda o regresso de todas as tropas soviéticas, logo que seja elaborada uma solução política.

Como afirmou o dirigente soviético, «o calendário da retirada por etapas foi estabelecido de acordo com a parte afegã».

Um gesto de paz que fica naturalmente dependente da reacção concreta de Washington. «Se a intervenção contra o Afeganistão continuar, a URSS não abandonará o seu vizinho na desgraça».

Uma expressão mais duma consequente política de paz, que objectivamente retira debaixo dos pés da política belicista do imperialismo, os «argumentos» caluniosos com que vai tentando cada vez mais difíceis justificações.



França, reprivatização

O governo de direita francês de Jacques Chirac aprovou em reunião de Conselho de Ministros um projecto de lei sobre a privatização de 65 empresas públicas, projecto de lei que deverá entretanto passar pela Assembleia Nacional francesa.

Um facto previsto e, programado.

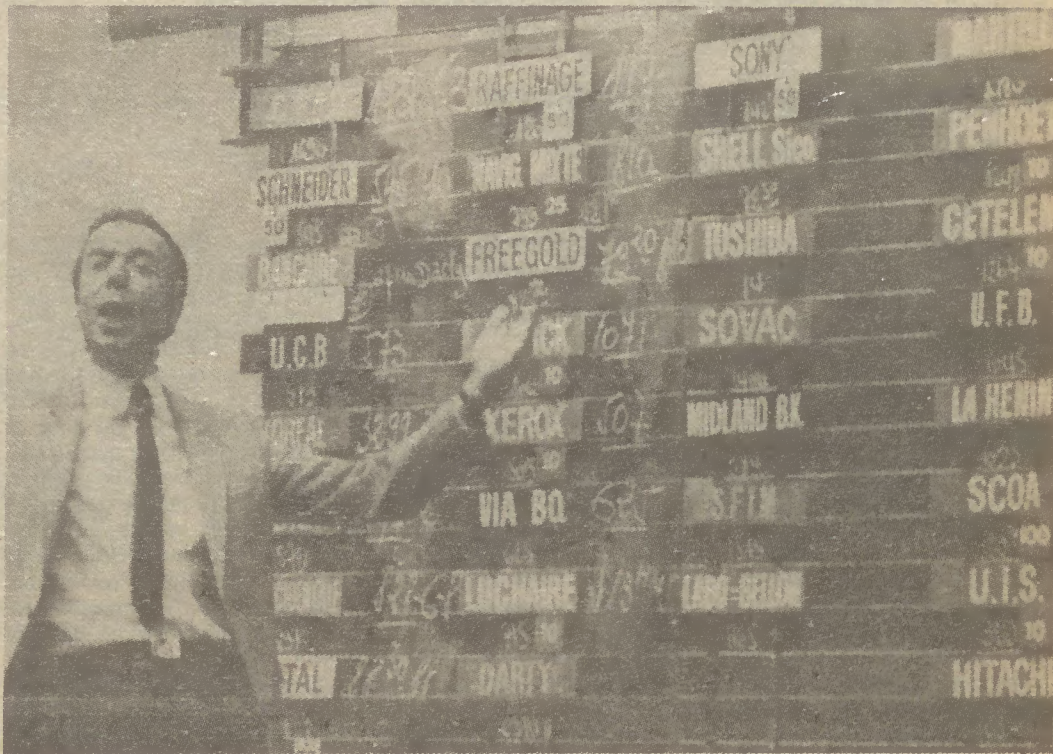
Pouco depois dos resultados eleitorais que abriram à direita as portas do poder, anunciava-se, no balanço de ministérios e secretarias criados e extintos, a criação de um ministério de reprivatização. Um facto que só por si testemunhava das intenções do novo governo, ao dotar-se assim de um instrumento apropriado para a concretização de um objectivo central do capital.

Então, o jornal burguês «Le Monde» comentava mesmo: «Cada governo altera à sua vontade a distribuição das competências ministeriais, sendo que frequentemente estas alterações de estruturas são reveladoras das intenções políticas.»

Trata-se de um caminho previamente aberto pelos socialistas, apesar das tardias afirmações de preocupação, por parte do presidente Mitterrand, quanto ao «risco de os bens que pertencem à nação» serem «encontrados amanhã nas mãos de estrangeiros».

Um responsável da CGT francesa declarou a propósito que «o presidente da república não se opõe à privatização, mas declara pretender impedir que o capital estrangeiro se possa apoderar dos bens nacionais. Mas em todos estes últimos anos é exactamente isso que tem acontecido».

Por outro lado a política que foi seguida pelo governo socialista em relação às nacionalizadas não visava propriamente o fortalecimento do sector, a sua utili-



A bolsa já se prepara para as desnacionalizações. O capital faz contas sobre os novos lucros

zação como instrumento de uma estratégia económica social. Pelo contrário.

Entre 1981 e 1985 foram atribuídas às nacionalizadas 53 mil milhões de francos destinados a suprimir 100 000 postos de trabalho, reduzir a produção nacional e investir no estrangeiro.

A realidade actual é ainda mais grave.

O sector público representa 15% dos assalariados, 35% dos investimentos, 25% das exportações, 30% das riquezas anualmente criadas no país.

A direita pretende agora privatizar 65 bancos, companhias de seguros e empresas industriais, avaliadas pelos especialistas da bolsa em 200 a 250 mil milhões de francos. É uma «oferta» de peso ao capital privado! «Oferta» que naturalmente será utilizada

de acordo com os interesses do lucro, contra os interesses nacionais e dos trabalhadores.

Os factos apontam para um reforço da internacionalização dos sectores e empresas entre-

gues ao capital privado. Estão abertas as portas para todos os chorudos negócios. Sem considerações pela premência de problemas tão graves como o do desemprego e da degradação das condições de vida.

Taxas de penetração dos capitais estrangeiros em França

Sector	1975	1983
Produtos farmacêuticos	32,1%	40,1%
Máquinas-ferramentas	18,1%	25,2%
Calçado	16,1%	25,1%
Fios, fibras artificiais e sintéticas	16,0%	25,0%
Material eléctrico	16,9%	23,0%
Equipamento industrial	14,9%	20,9%
Trabalho de metais	6,8%	11,4%
Conjunto da indústria	14,3%	16,9%

Tchernobyl, as lições

Pode-se hoje dizer que estamos no rescaldo de Tchernobyl, O PCUS fez já um balanço do que foi o desastre desta central nuclear na Ucrânia. Um desastre que de forma alguma assumiu as proporções catastróficas forjadas pela propaganda do capital (e não custa a crer que desejadas!) mas que foi sem dúvida extremamente grave. Vinte e oito mortos, 30 pessoas ainda hospitalizadas, das 203 submetidas a exames — é o pesado preço humano do desastre. Os principais responsáveis pelos diferentes sectores de que a actividade da central nuclear estava dependente foram afastados. Todo o país se mobilizou para acudir e solucionar a dramática situação criada. O Bureau Político do Partido Comunista da União Soviética, face ao relatório analisado em reunião extraordinária do CC do PCUS, concluiu que o acidente foi provocado «por uma série de grosseiras violações das regras de exploração dos reactores», considerando que «não foi assegurado o devido controlo, nem foram tomadas as medidas de segurança adequadas».

Múltiplas são, para todos nós, as lições de Tchernobyl, e antes do mais elas estão a ser tiradas pelo povo soviético, pelo seu governo, e pelo Partido Comunista da União Soviética.

Limitamo-nos aqui a realçar alguns factos que se prendem antes do mais à resposta — a nível da URSS — face ao desastre. E também à cínica e inqualificável reacção do mundo capitalista,

por parte de governos e de certos órgãos de «informação».

RTC e factor humano

«A lição de Tchernobyl ensina-nos que as questões de segurança do material técnico, da disciplina, da ordem e da organização são primordiais no avanço impetuoso da revolução técnico-

-científica (RTC). São necessárias as mais rígidas exigências de tudo e toda a parte». São palavras de Gorbatchov na sua intervenção na televisão soviética, e que o relatório agora debatido pelo PCUS e as conclusões tiradas amplamente confirmam.

No fundo trata-se de uma exigência da própria época. É a evolução — ou o grande salto — da ciência hoje, e a sua íntima ligação com a indústria e a técnica, como a sua aplicação quotidiana em todos os planos da vida, que exige o maior cuidado, a maior preparação de cada trabalhador, a maior organização. Isso é verdade na protecção do meio ambiente, na criteriosa economia de matérias-primas e de energia, no necessário conhecimento e respeito, pelas leis da Natureza e da ciência em todos os domínios. Pois se temos — em termos de Humanidade — tanto poder nas mãos, o mínimo que se pode exigir é o criterioso cuidado na sua aplicação.

Por isso as lições de Tchernobyl não valem só para a URSS. Por isso a União Soviética reforça o alerta sobre a necessidade de cooperação e a elevação do

nível das capacidades de organizações internacionais tão importantes para a Humanidade no seu conjunto como é o caso da Agência Internacional de Energia Atómica.

De par desta exigência inerente à própria evolução e intenso dinamismo da ciência e da técnica, um outro dado se impôs: a importância do factor humano.

Não nos referimos aqui ao aspecto negativo, ou seja, o seu peso no próprio desencadear do desastre. Falamos do lado positivo. Foi o factor humano, a abnegação, a solidariedade, o heroísmo, que tornaram possível o domínio da energia nuclear incontrolável. Foi o factor humano, no caso intrinsecamente ligado à envergadura de medidas cuja concretização dificilmente seria possível fora do quadro do socialismo, que permitiu dar «outra casa», trabalho, escola e férias, para as crianças, às famílias desalojadas.

No fundo de assistência para a liquidação das consequências do desastre foram depositados 400 milhões de rublos — um simples índice do empenho colectivo na resolução de um problema

colectivamente assumido.

É conhecida a inqualificável reacção do mundo capitalista. Da chuva de falsificações e calúnias à aplicação de facto de sanções económicas e até ao aproveitamento de uma situação que aponta com clareza para os perigos da arma nuclear, no sentido inverso, no sentido da «justificação» de mais militarização.

Cingimo-nos aqui a um pequeno exemplo, pelo que ele tem de significativo: o acidente em Hamm, na RFA.

Em fins de Maio foi convidado um grupo de jornalistas para a central atómica de Hamm, estado da Renânia do Norte-Vestefália. A administração da central afirmava que o reactor ali a funcionar em regime experimental «excluiu o risco de contaminação radioactiva do meio ambiente mesmo que acontecesse o improvável e ocorresse ali, na sequência de uma série de erros, um acidente».

Mas o improvável aconteceu. Na véspera do encontro marcado com os jornalistas, um representante do Instituto Ecológico de Freiburg informou que já no dia 4 se havia registado na zona

uma elevada radioactividade do solo.

Entretanto no dia 12 de Maio, em carta ao Parlamento de Estando, a companhia de produção de energia a que pertence o reactor afirmava que: «a radioactividade registada nas imediações do reactor deve-se exclusivamente ao acidente da central atómica de Tchernobyl (...) Os boatos de que a elevada radioactividade teria sido provocada por uma falha do reactor, carecem de qualquer fundamento».

Após manifestações de camponeses na zona, e por exigência dos «Verdes» o Bundestag (Assembleia) debateu o acidente e concluiu que de facto se tinha registado uma fuga radioactiva. Mas não houve qualquer interesse em desmontar a calúnia.

Um exemplo simples do que foi o aproveitamento de Tchernobyl pelo capital, e que bem ilustra a afirmação de Gorbatchov: «A lição de Tchernobyl é a reacção por ele provocada tornaram-se uma pedra de toque da moral política, pondo a descoberto uma vez mais duas atitudes e dois comportamentos diferentes».

Internacional

Paz Números e factos que ensinam a ver

A realidade política internacional também pode ser apreciada através de alguns aspectos básicos quantificáveis. Por vezes as comparações numéricas falam por si.

Referindo alguns exemplos. É difícil esquecer, de par da realidade da ampla solidariedade que gerou, o aproveitamento político feito por uma informação ao serviço do imperialismo, do terrível flagelo da seca, as imagens de crianças a morrer, com muito particular insistência na Etiópia (por razões demasiado óbvias). E no entanto — sem pretender simplificar nada — para assegurar a toda a população da terra água potável (cuja falta é uma das causas básicas do alastramento dos surtos infecciosos), bastariam 30 mil milhões de dólares. As despesas com a corrida aos armamentos são, em cada ano, de 800 mil milhões de dólares.

Um dado genérico, a que se podem somar os terríveis exemplos da mortalidade infantil, da fome, do analfabetismo, entre outros, e que vêm a propósito da mercandagem orçamental que ciclicamente se processa em Washington em torno das verbas destinadas à rubrica metaforicamente dita de defesa, e a este ou àquele programa em particular da corrida aos armamentos.

Sem escamotear diferenças de interesses entre diversos sectores do capital norte-americano (pois só o capital está representado nos diversos órgãos do poder nos Estados Unidos), os debates em torno dos dinheiros para as armas terão muito mais a ver com a necessidade de dar justificação da

gosto do actual presidente norte-americano, como a que foi feita perante o Congresso, onde Reagan foi dizer que seria «trágico» cortar o orçamento destinado ao IDS (Iniciativa de defesa estratégica = militarização do Espaço), um programa de «importância vital» para o sistema «defensivo» dos Estados Unidos e dos seus aliados.

Regressando aos números. Segundo foi divulgado pelo «Wall Street Journal», 3,8 mil milhões de dólares foram destinados, neste próximo exercício financeiro, para o programa da «guerra das estrelas». O mesmo jornal avança que o custo total do projecto numa década, seria de pelo menos 770 mil milhões de dólares.

estejam instalados na Califórnia.»

E o economista norte-americano Victor Perlo constata: «O presidente dos Estados Unidos, o secretário da Defesa e o secretário de Estado são californianos (...) a agressividade extremista da actual administração e a luta tenaz de Reagan para que os pedidos do Pentágono sejam satisfeitos até ao último dólar são fenómenos que parecem estreitamente vinculados ao facto de ter sido exactamente a Califórnia que recebeu em 1984 encomendas militares no valor de 40 mil milhões de dólares, quase três vezes mais que qualquer outro estado norte-americano.»

Em síntese, o complexo militar-industrial tem neste momento os seus homens no poder. Esta a razão de ser da política da Casa Branca.

Destes números e destes factos ressalta de forma linear o carácter de classe da corrida aos armamentos. Sendo que do outro lado da fronteira não estão só o socialismo, as grandes massas de trabalhadores, mas também todos os que vão ganhando a consciência do que está em jogo hoje.

«Estamos perante uma realidade simples e impiedosa — afirma-se na declaração dos trabalhadores científicos, recentemente reu-

nucleares, as duas últimas em apenas oito dias. Quinze explosões nucleares para preparar uma outra vertente, o alargamento a uma outra fronteira, da corrida aos armamentos.

Explosões nucleares e «guerra das estrelas» são duas realidades cuja íntima ligação é hoje indelével. Longe vão os dias em que Reagan veio à «ribalta» afirmar que o «escudo» cósmico era a chave da paz, e viria tornar obsoletas as armas nucleares. Bem ultrapassados estão também os «argumentos» utilizados contra a suspensão dos ensaios nucleares. A pretensa impossibilidade — pelos «obstáculos» que seriam levantados pela parte soviética — de controlo das explosões nucleares, dificilmente poderá ser invocada quando, por acordo entre os cientistas soviéticos e norte-americanos, há aparelhagens de detecção instaladas junto dos polígonos nucleares de ambos os países.

Os factos surgem agora mais despojados de demagogia. E quando Reagan afirma, a um grupo de estudantes que se deslocou à Casa Branca que «jamais deixará que a «iniciativa de defesa estratégica» seja moeda de troca, qualquer coisa que se abandone», a questão do porquê desta posição não será facilmente torneada.

Para lá de toda a argumentação «pacifista», o que fica são declarações como a de Janeiro de 81: «A estratégia dos Estados Unidos deve basear-se na força, na hegemonia do poderio militar americano no mundo.»

Esta maior clareza não é apenas fruto da própria lógica da corrida armamentista promovida pelo imperialismo. Esta clareza é sobretudo consequência do confronto entre a ofensiva de paz soviética e a política belicista da Casa Branca.

Da sua importância fala-nos o professor norte-americano Steve Coleman, em declarações no Fórum de Moscovo.

«Até há pouco subsistiam dúvidas consideráveis nos Estados Unidos quanto à sinceridade do desejo da URSS relativamente à proibição da arma nuclear. Era difícil convencer os americanos sem actos concretos por parte da URSS. Ora, as últimas iniciativas soviéticas tiveram uma influência considerável sobre a opinião pública americana.

«Houve um progresso nas mentalidades no que respeita à ideia de proibir a arma nuclear. Isto é uma consequência da moratória soviética.»

Uma evolução para já sem qualquer reflexo ao nível da política do poder. Mas desde já a abertura ou o alargamento de um caminho. Uma arma nas mãos dos trabalhadores, das múltiplas organizações que também nos EUA lutam pela paz, dos sindicatos que de forma esmagadora assumem a luta pela paz como tarefa sua, intimamente ligada à batalha pela defesa dos interesses dos trabalhadores.

Um caminho que está a revelar-se extremamente difícil.

A exigir esforços redobrados de todos nós.

Vaga de prisões no Chile

Dezenas de mulheres da organização «Mães pela Vida» foram presas no fim da semana passada pela polícia de Pinochet, quando se dirigiam em manifestação à Nunciatura Apostólica de Santiago para entregar uma carta dirigida ao Papa. A manifestação, dispersa com gases lacrimogéneos e canhões de água, sucedeu-se a outra promovida por religiosos, em protesto contra a libertação de 25 dos 26 militares implicados no assassinio do jovem Rodrigo Negri, queimado vivo por membros do exército.

O caso da libertação dos militares está de resto a provocar as mais vivas reacções no Chile, tendo levado já à recusa do juiz entregue do processo em prosseguir as investigações. Os próprios EUA, sempre tão compreensivos em relação à ditadura de Pinochet, foram forçados a reconhecer que as diligências para apuramento das responsabilidades do crime que vitimou o jovem estudante e deixou uma outra jovem em perigo de vida, eram no mínimo «insatisfatórias».

Entretanto, a situação no meio estudantil voltou a agravar-se com a prisão de mais duas centenas de estudantes, em três centros universitários da capital chilena. Os estudantes desencadearam um processo de luta, com ocupação das instalações escolares, pela libertação do vice-presidente da Federação dos Estudantes do Chile, Gonzalo Rovira, preso por ordem do ministro do Interior, juntamente com centenas de outros estudantes.

América Latina preocupada com presença militar dos EUA na Bolívia

O aumento da presença militar norte-americana na Bolívia, a pretexto da participação numa operação «anticocaina» em curso naquele país, está a provocar sérias preocupações entre a população boliviana e também nos países vizinhos.

De acordo com informações da «Prensa Latina», os EUA enviaram já dez aviões e helicópteros de combate para a Bolívia, em apoio de uma unidade especial do Pentágono de 160 militares que há mais de uma semana estão a actuar no país a pretexto do combate à droga.

Uma intervenção que suscitou uma onda de protestos por parte dos agricultores da região de Cochabamba contra o que consideram um «excessivo zelo» das forças norte-americanas, que lançam fogo a propriedades agrícolas, pondo em causa os interesses económicos da zona, para além da própria soberania nacional.

A situação está igualmente a preocupar o Brasil e a Argentina. Segundo o jornal «Folha de São Paulo», a presença de unidades militares dos EUA num país vizinho não pode deixar de causar preocupações, em especial porque é do domínio público que só através da pressão política, económica e das ameaças, os norte-americanos levaram a Bolívia a aceitar a operação «conjunta».

Para Athos Fava, o secretário-geral do Partido Comunista da Argentina, o que se passa na Bolívia é considerado um ensaio da intervenção dos EUA na América Latina, pelo que deve ser internacionalmente condenado.

Polémica no mundo árabe após encontro Peres-Hassan II

As conversações de três dias entre o primeiro-ministro israelita, Shimon Peres, e o monarca marroquino, Hassan II, na semana passada, provocaram fortes reacções no seio da Liga Árabe, para além de inúmeras críticas e manifestações de protesto.

O secretário-geral da organização, Chedli Klibi, apelou à realização de uma reunião urgente da Liga para uma tomada de posição comum face ao conflito israelo-árabe, na sequência daquele encontro em que, segundo afirma, Israel pôs a nu as suas intenções mais secretas, deixando clara a rejeição de qualquer solução pacífica para o problema do Médio Oriente.

O próprio monarca marroquino, reagindo aparentemente às críticas que lhe foram feitas pela sua iniciativa de se encontrar secretamente com Shimon Peres — importa não esquecer que Hassan II é actualmente o presidente da Liga Árabe — anunciou que os resultados tinham sido negativos, já que Israel rejeita a retirada dos territórios árabes ocupados desde 1967 e continua a recusar negociar directamente com a Organização de Libertação da Palestina (OLP); o rei Hassan II procurou entretanto justificar a sua iniciativa afirmando que ela se inseria no quadro das propostas de paz adoptadas em Fez em 1982, onde se prevêem «contactos com as partes envolvidas no conflito do Médio Oriente sem especificar qualquer país».

De registar que o encontro só mereceu o apoio declarado dos EUA que, de acordo com declarações do próprio Hassan II, ao tomarem conhecimento da sua realização pressionaram para que se efectuasse nos Estados Unidos. Recordar-se que a administração Reagan se tem oposto à maioria das propostas de paz para o Médio Oriente inviabilizando, nomeadamente, a realização de um encontro internacional sobre o assunto com a participação de todas as partes envolvidas.



A defesa das revoluções, do direito dos povos a decidir e construir o seu próprio futuro, é uma outra face da batalha das forças da paz contra a corrida aos armamentos, contra o «direito» que o imperialismo se arroga de utilizar uma pretendida superioridade militar para impor os seus ditames. A revolução sandinista — a defesa, com armas, do trabalho pacífico — é um exemplo desta realidade

orientação claramente militarista do orçamento a uma opinião pública que teme as consequências de escalada nuclear, a uma população que de forma crescente sofre de forma muito directa as consequências dos cortes drásticos nas despesas sociais de Estado.

Essa a verdadeira razão de ser das campanhas clássicas «vem aí os russos!». Da apresentação dos projectos de escalada armamentista no espaço como se de um programa de defesa se tratasse, ou ainda de verdadeiras cenas teatrais, ao que parece muito ao

A que mãos vão parar estas somas?

A resposta é simples:

Aos maiores consórcios norte-americanos ligados à indústria bélica: «Teledine», «Boeing», «Rockwell», «MacDonell-Douglas», «Hughes», «BDM», entre outras.

Avançando um pouco mais neste domínio, o «Washington Post» destaca: «É sintomático que a maioria dos consórcios militares-industriais que auferem milhões de dólares com os preparativos para a «guerra das estrelas»,

nidos no Fórum de Moscovo — a civilização não sobreviverá a uma guerra nuclear. Os mais sofisticados sistemas tecnológicos podem falhar e provocar uma catástrofe.»

«Guerra das estrelas» e ensaios nucleares

No próximo dia 6 de Agosto, aniversário de Hiroshima, passa um ano sobre a moratória unilateral da União Soviética, relativa a experiências nucleares, mesmo pacíficas. Neste mesmo período os Estados Unidos realizaram 15 explosões

Internacional

África do Sul

Uma luta decisiva pela liberdade



O Partido Comunista da África do Sul, parte integrante e dinamizadora do Congresso Nacional Africano, o mais forte e representativo movimento de libertação da África do Sul, comemora o seu 65.º aniversário numa situação particularmente importante da vida nacional e da África Austral.

Uma situação em que a luta contra o *apartheid*, a opressão e a exploração capitalista, o domínio imperialista neocolonial, entrou numa fase decisiva da sua história. Uma luta a que os comunistas, lado a lado com outros democratas e patriotas sul-africanos, têm dedicado toda a sua vida, sacrificando-a inclusive sempre que necessário.

Uma luta cuja justeza se impôs de tal modo que se transformou numa questão verdadeiramente internacional, empenhando mais e mais as forças que em todo o mundo pugnam pela dignidade humana, pela democracia, pela independência e pela paz.

Hoje, na África do Sul, passa uma fronteira importante da história da Humanidade. Ali se confrontam os que das relações humanas e dos estados têm um conceito retrógrado, absurdo e particularmente perigoso porque assente no domínio da força — numa altura em que a lei do mais forte pode levar ao holocausto nuclear — e os que intransigentemente defendem o respeito mútuo, a coexistência pacífica e o futuro.

É uma luta desigual, mas historicamente decidida. A força da razão acabará por se impor, por maior que seja o preço que o povo sul-africano tiver que pagar por ela.

São cada vez mais os que reconhecem esse facto, não obstante os gravíssimos problemas que se levantam aos países economicamente débeis por se «atrevarem» a enfrentar as potências ocidentais.

Como sucedeu no início da semana com os membros da Organização da Unidade Africana (OUA), que em Addis Abeba oficializaram o seu «grito de guerra» contra os EUA e a Grã-Bretanha, os principais países que impedem o isolamento de Pretória, apoiando dessa forma a manutenção do *apartheid* e da crescente tensão na África Austral.

Como já se esperava, a cimeira da OUA foi dominada pela análise

da situação sul-africana e pelas acusações à política de Reagan e de Margaret Thatcher que até à data têm impedido a aplicação de sanções económicas contra o regime de Pretória.

Para além da eleição do seu novo presidente, que passa a ser o chefe de estado da República do Congo, Denis Sassou Nguesso, a cimeira da OUA tinha em agenda a aprovação de uma série de medidas propostas pelos respectivos ministros dos Negócios Estrangeiros visando penalizar os estados que pela sua colaboração com a África do Sul constituem um verdadeiro obstáculo à liquidação do *apartheid*. Estão neste caso, para além da Grã-Bretanha e dos EUA, a França, a RFA e Israel.

Entre as medidas previstas conta-se ainda a proibição de escalas de navios e aviões da África do Sul em qualquer país africano, bem como o aumento do auxílio financeiro às organizações que combatem o regime de Pretória.

A importância das medidas em debate na OUA radica sobretudo nas importantes dificuldades com que se debatem os países membros, em particular no domínio económico, o que os torna extremamente vulneráveis às pressões do mundo capitalista. O que significa, em última análise, que não obstante todas as dificuldades internas, esses países estão dis-

postos aos maiores sacrifícios para contribuir para a liquidação do *apartheid*.

O problema maior

O papel desempenhado pelos EUA e pela Grã-Bretanha na manutenção do regime minoritário branco da África do Sul, que não é já possível justificar, representa na prática o grande obstáculo ao derrube de um regime que toda a humanidade condena. Inserido pelo imperialismo norte-americano na problemática norte-sul, o problema sul-africano só subsiste com a ajuda externa que lhe é concedida pelas potências ocidentais, incapazes até à data de encontrar uma alternativa de poder que não passe pelos legítimos representantes do povo sul-africano — o ANC — e que garanta a defesa dos interesses económicos e estratégicos do imperialismo. Mas até quando se poderá manter uma situação como esta?

A vida deixou há muito de ser um valor intocável na África do Sul. É mais fácil morrer hoje na luta pela libertação do que viver na ignominia da dominação racista e imperialista. Por outro lado, a batalha económica trava-se com as forças da imensa maioria negra, capazes como já foi demonstrado de paralisar todo o país e provocar o caos económico.

Os que estão contra essa batalha — como afirmou em Addis Abeba o representante da Organização dos Povos do Sudoeste Africano (SWAPO) — não se podem esconder. Eles são os responsáveis pelo genocídio do povo sul-africano, e por isso terão de responder no tribunal da história. O engajamento construtivo defendido dos Estados Unidos tem uma cota de mortos que nenhum preço poderá apagar; a colaboração britânica tem um rol de crimes contra o povo sul-africano que declarações de boas intenções poderá jamais apagar; o colaboracionismo de outros países, incluindo Portugal, tem um rasto de sangue que o povo em luta pela sua própria dignidade não poderá esquecer.

A libertação da África do Sul, a independência da Namíbia, a paz da África Austral, estão em jogo no confronto de forças na África do Sul. Do resultado desta batalha, no entanto, depende muito mais do que tudo isso. Depende a capacidade dos povos em afirmar e defender os seus direitos à independência e soberania, em África como em qualquer outro ponto do mundo. Daí a importância da solidariedade, daí a responsabilidade que recai sob os ombros de todas as forças progressistas. Uma África livre do *apartheid* será uma vitória de toda a humanidade.

Saudação ao PC Sul-Africano

Ao
Comité Central
do Partido Comunista
Sul-Africano

Queridos Camaradas
Na passagem do 65.º Aniversário do Partido Comunista Sul-Africano saudamos calorosa e fraternalmente o seu Comité Central, todos os comunistas e os trabalhadores sul-africanos.

Primeiro partido comunista em terra mártir africana, ele é bem o símbolo da luta indomável do povo sul-africano e ao mesmo tempo a vanguarda revolucionária da classe operária da África do Sul.

Os comunistas portugueses são solidários com a luta do povo sul-africano, dirigida pelo CNA, pela liquidação do *apartheid* e do fascismo, pela conquista da democracia e o progresso social. Os crimes dos racistas, que mergulham o país no caos e num imenso sofrimento, só são possíveis devido ao apoio dos imperialistas norte-america-

nos e dos círculos mais reaccionários da NATO. Sucessivos governos portugueses, incluindo o actual, têm sido cúmplices dos racistas comprometendo o futuro relacionamento de Portugal com a África do Sul livre e democrática.

Os comunistas portugueses consideram importante tarefa de todos os revolucionários e progressistas reforçarem a sua solidariedade para com a heróica luta do povo sul-africano dirigida pelo CNA, pelo levantamento do estado de emergência, pela libertação de Nelson Mandela e todos os democratas e patriotas presos e pela aplicação de sanções globais, pela liquidação do *apartheid*, pela conquista da liberdade, da democracia e pelo progresso social.

A feroz repressão contra a esmagadora maioria do povo sul-africano, a ocupação ilegal e militar da Namíbia, as constantes agressões aos Estados da Linha da Frente, particularmente à RPA e à RPM, são bem a expressão do carácter terrorista do

regime do *apartheid*, a causa da desestabilização em toda a área e uma ameaça à paz.

A história da luta do povo sul-africano nos últimos 65 anos é inseparável da actividade e do heroísmo do PCA. De todo o coração vos desejamos os maiores sucessos na vossa difícil mas exaltante luta.

Assegurando-vos uma vez mais a solidariedade dos comunistas portugueses, manifestamos a nossa vontade de continuar a agir para que se reforcem os laços existentes entre os nossos dois partidos na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, no interesse dos dois povos, da paz e do socialismo.

Viva o 65.º Aniversário do Partido Comunista Sul-Africano!
Viva a amizade entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista Sul-Africano!
Viva o Internacionalismo Proletário!

Lisboa, Julho de 1986



Delegação da Fretilin/UDT recebida pelo PCP

Uma delegação conjunta da FRETILIN/UDT — composta por Roque Rodrigues do Comité Central da FRETILIN, Olímpio Branco, representante da FRETILIN em Portugal, Paulo Pires, vice-presidente do Comité Central da UDT e ainda Vicente Guterres do Comité Central foi recebida por Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP que se encontrava acompanhado por Domingos Lopes, membro suplente do Comité Central.

No encontro foi examinada a situação existente em Timor-Leste, sob a ocupação da Indonésia.

«Com a morte de Bento de Jesus Caração perde o MUNAF e o MUD um dos seus mais destacados dirigentes. A intelectualidade portuguesa perde um dos seus mais dignos representantes, a Juventude e o Povo de Portugal perdem aquele que foi em vida um dos seus melhores mestres, amigo e guia.

«A sua actividade pedagógica e científica, soube Bento Caração aliar a sua ligação com as massas, a sua acção combativa contra o fascismo, pela conquista da Democracia, pela defesa da Pátria que lhe foi berço»

(...)
«Contra a vontade e pressão fascista, o enterro de Bento Caração tornou-se uma magnífica acção de unidade do povo português pela liberdade e contra o fascismo.

«O fascismo salazarista nunca pôde ocultar o ódio que tinha a Bento Caração pelo que o expulsou do lugar de competetíssimo professor catedrático, mantendo-o preso durante alguns meses, não obstante conhecer que a sua saúde era precária, nas piores condições possíveis e ainda à hora da morte os esbirros da PIDE lhe rondavam a casa.

«O P. Comunista Português inclina as suas bandeiras em homenagem a Bento de Jesus Caração exortando todos os democratas, todos os verdadeiros portugueses, a seguirem o exemplo de lutador deste valeroso português, o caminho da Unidade, o caminho da luta por uma verdadeira cultura do povo, luta contra o fascismo, luta pela Democracia e a Liberdade, luta pela defesa da soberania de Portugal.»

(«Morreu o Grande Democrata e Patriota Bento de Jesus Caração» — «Avante!», VI Série, n.º 120, Julho de 1948)



«Na sua entrevista ao jornal «New York Times», referida nos jornais portugueses de 21 de Maio passado, M. Caetano declarou que a estagnação económica do País é mais aparente — «fruto de más estatísticas» do que real.

«Crise na agricultura quase geral? Desenvolvimento industrial a passo de tartaruga? Crise nas indústrias têxtil e de conservas de peixe? Crise na pesca? Portugal país atrasado e em último lugar na escala da Europa? Nada disso, diz o chefe do governo. Tudo é «fruto de más estatísticas».

«Todos sabem que as «más estatísticas» não pecam por desfavor a camarilha governante. Muito pelo contrário. Mas como se está vendo, M. Caetano deu em pensar de maneira diferente.

«É de prever, pois, para breve, uma modificação radical nos métodos de elaboração das estatísticas de modo a permitir que se eleve (no papel, já se vê) em curto prazo Portugal ao nível dos países desenvolvidos da Europa.

«Se Salazar fez valer como lei a inscrição de empréstimos por receitas, por que não há-de poder o seu sucessor vir ordenar agora que se inscreva nas estatísticas aquilo que se não produz?»

(«As culpadas são as estatísticas» — «Avante!», VI Série, n.º 404, Julho de 1969)



«Na última semana de Julho reuniu-se na República Democrática Alemã a Assembleia Mundial da Paz, com a ampla participação de mais de 1000 delegados de todos os países do mundo (entre eles de Portugal), representando 56 organizações internacionais e 320 organizações nacionais.

(...)
«O povo português poderá dar uma importante contribuição à luta pela paz intensificando concretamente a luta contra a NATO e as bases militares estrangeiras em Portugal, prestando activa solidariedade à luta do povo do Vietnam.»

(«Defender a Paz» — «Avante!», VI Série, n.º 404, Julho de 1969)

EMIGRANTES NA SUÍÇA

No país dos chocolates

a realidade

amarga

da exploração

Chegam todos os dias. Vagueiam pelas estações de comboio, tiritam de frio, imploram ajuda. Dormem debaixo de pontes, em vãos de escada. Só a solidariedade de alguns compatriotas lhes permite sobreviver algum tempo numa situação em que desesperadamente imploram trabalho. Depois... depois, ou são detectados e colocados na fronteira ou se tornam vítimas de métodos de escravidão. O relato chega-nos de um compatriota emigrante na Suíça, conhecedor das condições em que vivem e labutam naquele país algumas dezenas de milhares de portugueses forçados a procurar o pão da sobrevivência noutras paragens.

Não são, todavia, exclusivo dos que passam clandestinamente a fronteira, as situações de solidão e desespero que emergem destas palavras chegadas à nossa redacção. Dada a sua condição de trabalhador emigrante, grande número de portugueses actualmente na Suíça está sujeito a formas de exploração quase desumanas, impostas por um patronato que não atende a horários de trabalho ou a regalias sociais e que chega mesmo a utilizar a intimidação e a agressão física como meios de persuasão para os mais «rebeldes», isto é, para os mais conscientes e empenhados na defesa dos seus interesses e direitos.

Donos e senhores

Veja-se, por exemplo, o que se passa na agricultura, sector onde trabalham largas centenas de portugueses, e onde os patrões se assumem como seus «donos e senhores». Há trabalhadores que chegam a receber apenas quatro e cinco francos de salário por hora, facto que se presta a



EMIGRANTES NA SUÍÇA

No país dos chocolates a realidade amarga da exploração

que muitos empresários — quando trabalhadores agrícolas de outras nacionalidades lhes vão propor salários mensais de 1500 francos — se saíam com a resposta de que «por essa soma mando vir três portugueses».

Para além da ausência de horário de trabalho, expulsões e agressões que entram no quotidiano de muitos compatriotas, chegou-se ao ponto, ainda neste sector, de forçar os trabalhadores e ingerirem enormes quantidades de café no início da jornada de trabalho para lhes aumentar o ritmo e, posteriormente, a tomarem comprimidos para diminuir o cansaço.

Sob o eufemismo de contratos/escola continuam a verificar-se, por outro lado, casos de desenfreada exploração de jovens para os quais as autoridades — numa atitude que muitos interpretam de conluio — fecham complacentemente os olhos. Frequentemente «obrigados» a trabalhar 14 e mais horas diárias e a receber salários irrisórios (há-os entre 400 e 600 francos) os jovens não têm quaisquer direitos e quando se atrevem a protestar recebem invariavelmente a ameaça de que serão postos na fronteira.

Lei do arbítrio

Vítimas de uma sobre-exploração, os trabalhadores temporários ou sazonais precisam de completar quatro anos como temporários para adquirirem o direito a passar a trabalhadores anuais. Isto significa por outras palavras, que são obrigados a trabalhar



durante este período nove meses em cada ano, sem interrupção, não tendo quaisquer direitos durante os restantes três meses em que normalmente regressam ao nosso País.

Para voltarem ao local de trabalho estão sujeitos à vontade arbitrária do patrão — que pode ou não renovar-lhes o contrato — bem como das autoridades oficiais, tendo ainda de sujeitar-se a novas inspecções médicas sempre que regressam (razão pela qual muitos são rejeitados na fronteira) e a não poderem trazer a família ou a mudar de entidade patronal.

Como nesta situação os lucros do patronato são ainda mais substanciais, estes, com a conivência das autoridades, deitam mão de métodos que forçam os trabalhadores a interromper o referido período de nove meses, mandando-lhes o contrato tardiamente, admitindo-os só após o mês de Março ou suspendendo-os por curtos períodos, situações que obrigam a recomeçar sempre de novo.

Mesmo após a passagem a anuais, a impossibilidade de arranjar alojamento — está-lhes interdito o acesso a casas sociais, as outras têm preços proibitivos e o patrão já não é obrigado a garantir-lho — coloca-os numa situação em tudo semelhante à anterior.

Rol de problemas

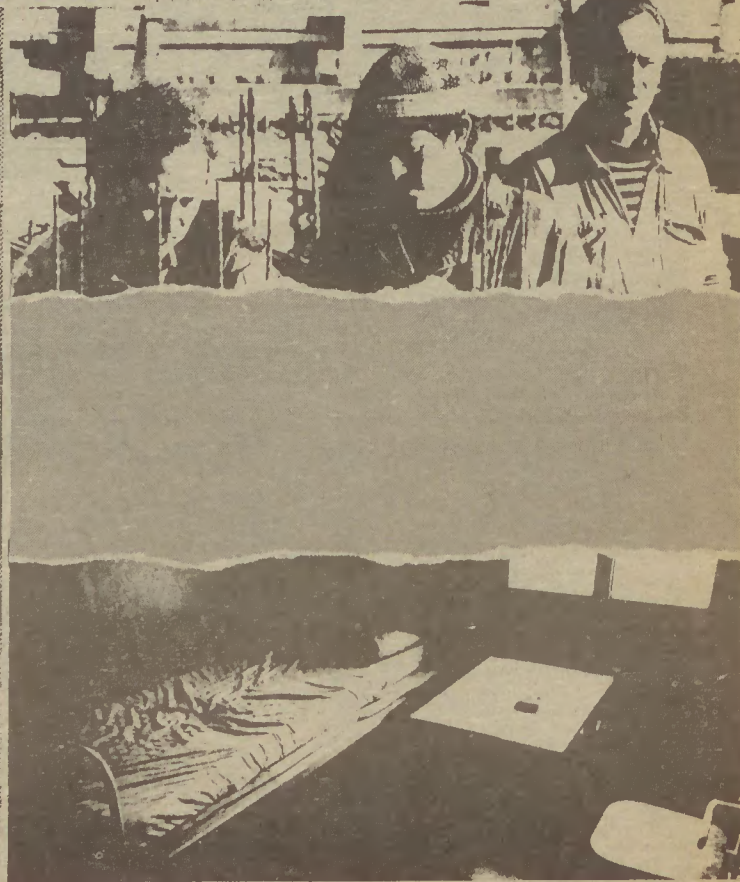
Mas os problemas não acabam aqui. Os contratos são muitas vezes enviados para delegações da Secretaria de Estado das «Comunidades», as quais não cuidam de saber qual a residência do respectivo trabalhador, razão que os leva a deslocarem-se por exemplo de Viseu a Lisboa ou de Setúbal ao Porto para poderem levantar os contratos. Entretanto, como por regra o patrão lhes subsidia a viagem,

uma vez chegados à Suíça, ao solicitarem o reembolso das despesas, são confrontados com a negativa do patrão sob a alegação de que o dinheiro já havia sido enviado junto ao contrato.

Quanto aos supostos serviços de apoio aos nossos compatriotas — estruturas que segundo nos disseram estão longe de cumprir o seu papel — crescem as queixas, reclamações e protestos de quem deles necessita o que permite concluir que tais estruturas estão longe de cumprir o seu papel. Repare-se, a propósito, nos serviços de acolhimento nas fronteiras aos temporários, serviços amplamente publicitados mas que passam totalmente despercebidos. Outro tanto se passa, por exemplo, com os delegados de emigração em Berna que, de acordo com as informações que nos chegaram, ninguém sabe o que fazem.

Entre os problemas mais sentidos pela comunidade portuguesa encontram-se os emolumentos consulares superiores aos de outras nacionalidades, a insuficiência das instalações do consulado em Genebra, o encerramento do consulado em Zurique (sem que até ao momento tenham sido criados serviços alternativos), carência de informação sobre os elementos necessários ao tratamento de documentos (situação que obriga os emigrantes a deslocarem-se mais que uma vez ao consulado), grande distância da Embaixada de Zurique (130 quilómetros), desvio de quantias enviadas nos serviços de correio por envelope.

É face a este estado de coisas que a comunidade, entre outras reivindicações, exige a reabertura do consulado em Zurique a abertura dos serviços ao sábado de manhã, a melhoria das instalações do consulado em Berna, a devolução dos emolumentos e um apoio social e jurídico orientado para a ajuda de facto e para a resolução dos problemas dos emigrantes. ■



■ Carlos Almeida

O PCP no Parlamento Europeu

Defender a independência

e os interesses nacionais

Joaquim Miranda

Enchem-nos diariamente os ouvidos com a CEE. Idas e vindas de senhores muito «ilustres» e «ocupados». Eles passeiam-se e prometem. Mas as notícias que nos chegam de Bruxelas são, no mínimo, preocupantes. Somos constantemente confrontados com decisões que ferem gravemente a independência nacional. Tudo perante a passividade e quantas vezes a aquiescência e o acordo explícito do Governo Cavaco perante o que, nessas paragens, se trama contra o nosso país.

A actividade dos três deputados do PCP (Barros Moura, Brito Apolónia e J. Miranda da Silva), que têm acento no Parlamento Europeu (PE) demonstra bem o alto valor que os comunistas atribuem à defesa da independência e da soberania nacional. A sua acção tem sido incansável na denúncia da política antinacional do Governo de Cavaco/PSD. Uma olhadela pelas iniciativas que desencadearam durante o mês de Junho é elucidativa daquele trabalho.

A defesa da independência nacional coloca-se, desde logo, na própria orgânica da Comunidade. É neste particular que se insere a questão do Acto Único.

Desde 1966, é prática corrente na CEE, sempre que um Estado entenda estar em causa o seu «interesse vital», a tomada de decisões ser feita por acordo unânime dos membros. O Acto Único pretende rever esta forma de funcionamento, com o alargamento dos mecanismos de decisão supranacional e na prática, a usurpação dos poderes dos parlamentos e governos nacionais.

Contudo, como dizia **Barros Moura**, «o direito é contestado pelos factos»; «as tentativas em curso de impor mais supranacionalidade, através de mecanismos jurídicos artificiais, não têm qualquer correspondência na realidade económica e social e muito menos na vontade e na consciência dos povos». Não há democracia «no domínio de uns países por outros no seio de uma comunidade em que não cessa de crescer o fosso entre países (e regimes) ricos e pobres», acrescentou o deputado comunista na intervenção que efectuou no PE.

Crítérios pouco claros

Em Portugal, como todos sabemos, a adesão à CEE, para além das promessas e da demagogia, tem permitido toda a sorte de favores, pessoais e políticos. Contra esta situação, os deputados comunistas portugueses no PE dirigiram ao Conselho e à Comissão das Comunidades duas perguntas, na tentativa de esclarecer outras tantas situações menos claras.

Diz, a primeira, respeito à representação dos agricultores e cooperativas agrícolas de Portugal no Comité Económico e Social, órgão formado por trabalhadores, agricultores, consumidores e entidades patronais que formula pareceres sobre as políticas comunitárias.

Ora, é no mínimo de estranhar que, na representação nacional, não tenha sido considerada a Confederação Nacional de Agricultura (CNA), criada em 1978 e que agrupa 602 organizações de pequenos agricultores. A expressão dos interesses dos pequenos agricultores fica, assim, gravemente comprometida.

Como comprometida ficou também a representação das cooperativas portuguesas num organismo criado, diga-se apressadamente, a CONFAGRI, com a designação da CAP (!) para ocupar o lugar de Portugal quando, para além de outras considerações, é



sabido que aquela estrutura não tem qualquer experiência no sector cooperativo.

Por outro lado, com o objectivo de clarificar todo o processo dos concursos públicos para a admissão de funcionários portugueses nas instituições comunitárias e tendo em consideração que «muitas das grandes expectativas criadas têm sido frustradas e são feitas acusações de favoritismo político», o PCP dirigiu à Comissão das Comunidades um conjunto de questões sobre as determinações da CEE neste campo.

Garantir os direitos dos emigrantes

Ao nível da CEE, um sector social tem necessariamente que merecer a maior atenção: os emigrantes. A defesa dos seus direitos particularmente nos países em que trabalham deve ser garantida particularmente quando, um pouco por toda a parte, as medidas restritivas e as atitudes xenófobas e racistas lhes criam uma situação cada vez mais grave.

Um bom exemplo das condições gravosas em que a adesão de Portugal foi negociada é, precisamente, a defesa dos direitos dos emigrantes. Como a legislação em vigor em França, o tratado de adesão de Portugal e Espanha consagrou a «não atribuição de prestações familiares francesas aos trabalhadores sujeitos à legislação francesa, relativamente aos membros da respectiva família que residam no território de um outro Estado membro».

Eis, portanto, bem à vista, o «empenhamento» que os governos de direita puseram na defesa dos direitos dos emigrantes. Ironicamente, ou não, foi o Tribunal de Justiça que conside-

rou inválida esta determinação e o PCP decidiu interpelar a Comissão das Comunidades sobre as medidas que esta tenciona adoptar «a fim de que o regime resultante do acórdão do Tribunal de Justiça possa beneficiar também, quanto antes, os trabalhadores portugueses (e espanhóis)».

Contra o racismo

Ainda no capítulo da defesa dos direitos dos emigrantes, o PCP votou favoravelmente a «declaração comum contra o racismo e a xenofobia», considerando-a, embora, insuficiente. Com efeito, aquela declaração, semprejuízo dos seus aspectos positivos, não refere nomeadamente «o contributo decisivo dos trabalhadores imigrados para o desenvolvimento dos países mais prósperos da CEE», oculta que os trabalhadores imigrados continuam a ser sobreexplorados, bem como o facto «mesmo trabalhadores originários de países membros não gozarem de liberdade de circulação na Comunidade». Finalmente, «não condena as práticas, omissões e cumplicidades de certos governos» e não «denuncia a perigosa relação existente, como noutros períodos históricos, entre o racismo e o fascismo».

Defender a economia nacional

O Governo Cavaco/PSD fez os possíveis e impossíveis para ocultar a determinação da CEE de entregar o mar português aos atuneiros espanhóis. No PE, os deputados comunistas desenvolveram uma intensa actividade tendo em vista o completo esclarecimento e denúncia deste facto. Em face da «situação crítica em que

se encontra a frota pesqueira e a indústria de transformação do atum em Portugal», e tendo em consideração que as negociações entre Portugal e a Espanha no que respeita à utilização das águas portuguesas por pesqueiros espanhóis nunca foram concluídas em face das previsíveis consequências para os interesses portugueses, o deputado do PCP Joaquim Miranda da Silva questionou a Comissão das Comunidades sobre os critérios realmente considerados para a decisão de abrir a cerca de quatrocentos barcos espanhóis a pesca do atum em águas portuguesas.

Sobre o relatório periódico relativo à situação socioeconómica das regiões, elaborado no âmbito da Comunidade, o deputado do PCP no PE produziu uma intervenção em que analisa a questão tão falada dos fundos comunitários. Afirma o deputado do PCP que «ao fim de 10 anos de aplicação da política regional comunitária e do seu instrumento financeiro — FEDER — não diminuíram as assimetrias regionais na Comunidade, antes se acentuaram». No que respeita a Portugal «não é de esperar o desenvolvimento que o País necessita, mas antes o efeito negativo de decisões supranacionais que, geralmente, ditam a lei do mais forte».

Aquele deputado do PCP concluiu a sua intervenção «denunciando o carácter discriminatório e a falta de transparência na gestão dos fundos», quando o «Conselho das Comunidades solicitou ao Parlamento urgência para uma directiva que pretende considerar desfavorecidas significativas zonas agrícolas da Alemanha, país onde se situam as regiões mais prósperas da Comunidade». Em contrapartida, Portugal, na situação de atraso no desenvolvimento, recebeu nos

primeiros seis meses depois da adesão apenas um décimo das anunciadas ajudas da CEE.

A adesão de Portugal e da Espanha foi aproveitada pelos EUA para intensificarem a sua política proteccionista. Decidiu o governo norte-americano, sob o pretexto do alargamento — ao qual deu expressamente o seu apoio político — restringir a importação de produtos provenientes da CEE. Esta atitude intolerável mereceu dos deputados comunistas o mais firme repúdio concretizado numa intervenção e numa pergunta dirigida à Comissão das Comunidades.

Portugal é, como se sabe, um país fortemente dependente do exterior em produtos agroalimentares. Como se isso não bastasse, Portugal ficou obrigado, pelo tratado de adesão negociado pelos governos de direita, a adquirir à CEE produtos agrícolas, nomeadamente cereais, a preços mais elevados dos que pagava anteriormente à adesão. Com a aplicação da pauta aduaneira comum, Portugal vê-se, para além do mais, confrontado com a redução dos direitos alfandegários relativamente a produtos dos EUA. Imagine-se, então, a situação do nosso país quando as suas exportações (nomeadamente vinhos brancos) sofrem as restrições que os EUA agora impõem.

A Paz e a solidariedade internacional

Enquanto forum internacional, o PE é um espaço privilegiado para afirmação e discussão dos aspectos candentes da situação internacional. A atitude internacionalista e de defesa intransigente da Paz e pelo desarmamento dos comunistas portugueses manifesta-se, por isso, nas suas intervenções no PE.

Sobre as questões da Paz e do desarmamento, os deputados comunistas criticaram o chamado «projecto Eureka», quando ele admite «a possibilidade de ocorrência de efeitos secundários a nível militar», reafirmando o carácter não-militar que o projecto deve assumir. Na intervenção produzida a este propósito, **Brito Apolónia** considerou que a CEE deveria propor «o estabelecimento de um tratado que regulamente a convivência no cosmos e limite a sua utilização a fins pacíficos».

Ao mesmo tempo, na altura própria, o PCP produziu, no PE, uma intervenção em protesto contra a denúncia unilateral por parte dos EUA do tratado SALT II. A questão da dívida externa dos países do «chamado Terceiro Mundo» mereceu também a atenção dos deputados comunistas.

O DESERTOR PATRIOTA



— Uma história do Chile onde um polícia fala de democracia

Em 9 de Dezembro de 1985 sai do quartel vestido com o uniforme de carabineiro (polícia) e ninguém voltou a saber de mim até que a Frente Patriótica Manuel Rodríguez, do Chile, organizou uma conferência de imprensa clandestina para dar a conhecer os motivos da minha deserção.

Dentro da FPMR encontrei a minha verdadeira vocação de militar, pois a partir da sua organização armada vou poder desenvolver o que me ensinaram na escola de carabineiros, mas agora para defender os verdadeiros interesses do povo chileno.

Não receio nada nem ninguém por esta decisão que me coloca do lado em que devo estar.

O meu nome é João António Rios Arce, tenho 20 anos e passei toda a minha vida na sulista cidade de Temuco com os meus pais e mais outros seis irmãos...

A apresentação não podia ser mais clara, simples e directa. O que se segue é a história de uma vida que sendo ainda tão curta é no entanto já um manancial de experiências, que reflecte a cada passo a história de um povo em luta pela liberdade e pela democracia. O povo do Chile, mártir e heróico, que apostou neste ano de 1986 a vontade indomável de derrubar a ditadura.

A história de João António, contada na primeira pessoa para o semanário cubano «Juventud Rebelde», vale como um exemplo da admirável coragem do povo a que pertence.

... O «velho» é mestre carpinteiro. O seu salário é muito baixo e não dá para nada. Por isso nós, os rapazes, trabalhamos desde pequenos no que calha.

Aos doze anos comecei a vender jornais durante a manhã, antes de ir para a escola, e depois das aulas fazia trabalhos de jardinagem ou ajudava o meu pai. Quando terminei o primeiro ano do ensino médio deixei a escola por razões económicas. Trabalhei em vários lados, mas não conseguia nada de estável.

Numa altura em que estava sem trabalho surgiu a oportunidade de me candidatar a carabineiro. Decidi-me pressionado pelos problemas económicos e porque me agradava a ideia de servir o povo, de o representar. Era assim que via os representantes dessas forças na minha provincia, apesar de na família ninguém pertencer a nenhum corpo armado.

Preparei-me para fazer os respectivos exames numa unidade próxima e fui seleccionado para as provas no grupo de instrução de Cerrillos, em Santiago, a 20 de Agosto de 1984. Ali dei-me conta de que a maior parte dos aspirantes eram familiares de oficiais da polícia ou de militares.

Submeteram-me então a uma inspecção médica e a exames de matemática, espanhol, história, geografia e preparação física, muito rigorosos. Entretanto, os agentes da Central Nacional de Informações (CNI) investigavam a vida de toda a família, desde o meu irmão mais novo ao mais velho, bem como dos amigos.

Se tivessem encontrado alguma coisa em qualquer dos investigados, tanto no que se refere a delitos comuns como a problemas políticos, ter-me-iam recusado. Por isso pude ingressar depois no corpo de carabineiros.

Enviaram-me em seguida a um hospital da capital onde me fizeram um exame médico muito rigoroso. No final informaram-me que ficaria em lista de espera até ser seleccionado. Passei mais de vinte dias em Santiago nestas andanças.

Fui chamado em fins de Novembro. Nessa altura surgiu um problema sério. Para entrar na escola tinha de apresentar-me com uma grande quantidade de coisas, incluindo até um colchão. Era tudo muito caro. Acabou por se conseguir comprar tudo com o esforço da família, em especial com a ajuda de um tio.

O curso durou nove meses. Nos primeiros quatro instruíram-nos em disciplina militar, o dever de aprender a obedecer, a endurecermo-nos como militares. Depois deram-nos aulas de história, direito penal, aplicação da lei, doutrina institucional, armamento e desarmamento, tiro e defesa pessoal, tudo o que um polícia deve saber para aplicar na rua.

Durante o mês de Agosto, o último, fomos em campanha para o sector cordilheiro do país. Desde que dessemos do autocarro que nos «tiraram o sebo»: puseam-nos em sentido, começaram as marchas, a pancada, a humilhação. Ali tínhamos de demonstrar o aprendizado na teoria. Marchámos e ensinaram-nos os primeiros socorros, luta antiguerilhas, manejo de explosivos, natação... uma instrução completa.

A graduação foi em Santiago em meados de Agosto do ano passado.

Na escola mantinham-nos vigiados. Havia agentes da segurança infiltrados entre os estudantes. Não se podia falar nada sobre a situação política, económica ou social do país, pois quem o fizesse era imediatamente expulso.

Em certa altura, no princípio do curso, foram expulsos sete estudantes que numa tarde se puseram a falar no dormitório sobre uns assassinatos ocorridos em Calama, no norte do país.

No dia seguinte informaram-nos que tinham sido expulsos por fazer comentários contrários ao governo. A partir daí ficámos a saber que havia entre nós informadores. Havia que ter cuidado.

Durante os nove meses não tivemos acesso a jornais nem revistas e não víamos televisão. Estávamos completamente a leste da situação sociopolítica e económica existente fora do quartel. Limitavam-se a dar-nos instrução militar e policial.

A graduação foi antecipada alguns

dias e, ainda que não nos tenham dado explicações, sabemos que isso se devia a uma onda de protestos em Santiago.

Na comuna de São Miguel

Fui colocado no subcomissariado de S. Joaquim, na comuna de São Miguel, um bairro periférico no sector sul da capital.

O capitão que nos recebeu (éramos dez), disse que no nosso sector havia uma povoação bastante conflituosa, a de La Legua. Mais tarde, quando a visitei, impressionou-me a miséria em que vive a gente desse lugar. Em Temuco tinha conhecido necessidades, mas isso não era nada comparado com o que vio em La Legua.

Vêem-se crianças esmoreadas a pedir nas ruas e muita delinquência, fruto da situação económica. As casas são muito pequenas, muito modestas, apenas com duas divisões.

Já era polícia... Cabia-me agora explicar tudo o que aprendi na escola como representante da lei.

No primeiro dia no subcomissariado deram-me um cadafio para guardar as minhas coisas e nessa manhã deixei

ali, fechado à chave, os 600 pesos que levava. À tarde, quando fui buscá-los, já lá não estavam.

— Como é possível — disse aos outros polícias novos — que na escola me tenham ensinado a combater delinquentes e eles estejam aqui dentro? Se se rouba no próprio quartel, com que moral se vai evitar a delinquência na rua?

Ninguém me respondeu.

Tive outra decepção ao sair à rua, pois as pessoas chamavam-nos assassinos, degoladores e uma infinidade de outras coisas. Tinham-nos dito que íamos ajudar o povo e que se alguém precisasse de alguma coisa nós pediria. Encontrámos precisamente o contrário: repudiavam-nos, odiavam-nos, atacavam-nos.

O meu primeiro encontro com a realidade deu-se poucos dias depois de estar no subcomissariado, pois uns manifestantes lançaram uma bomba para o parque de estacionamento. Nessas ocasiões corta-se a luz nas instalações policiais e não se deixa sair ninguém. Nós, os novos, ainda não tínhamos recebido o armamento e mantivemo-nos escondidos. Os outros, os velhos, começaram a disparar para o ar. Foi este o acolhimento que me deram os habitantes da comuna.

Mais tarde fui conhecendo outras coisas. Numa altura em que saí em serviço com um suboficial mais antigo (nunca deixavam dois novatos ir em patrulha), entrámos num restaurante e comemos. Ao terminar, o outro levantou-se para sair e convidou-me a fazer o mesmo.

— Mas não pagámos a conta — disse-lhe.

— Não, aqui não se cobra a um polícia.

— Mas isto é um restaurante e paga-se — respondi, ao mesmo tempo que tirava o dinheiro e pagava com o pouco que tinha.

O suboficial chateou-se e disse que eu estava a desprestigiar os polícias e que depois, quando ele voltasse àquele restaurante, lhe iam passar a apressentar a conta.

— A educação que me deram na minha casa — repliquei — é que quando quero alguma coisa tenho de a pagar. É isso que faço. Se me voltar a convidar para comer, entrará sozinho pois não o acompanharei e, além disso, vou informar os oficiais da ocorrência.

Chamou-me maricas e acusou-me de estar a querer «engravar» os chefes. A verdade é que não gosto de acusar ninguém, mas avisei-o de que

o faria se o caso se voltasse a repetir. Nunca mais saiu comigo.

Ninguém castiga o suborno

Outra das coisas que os polícias fazem e que o regulamento proíbe é deixar-se subornar. Por exemplo, quando se faz serviço de controlo de trânsito e um automobilista comete uma infracção, este normalmente alega que está sem trabalho, e que tem pouco dinheiro. Então, o polícia aceita algumas notas e não aplica multa.

Para além deste tipo de suborno existe o que se pratica nos restaurantes, onde os menores não podem consumir bebidas alcoólicas. Mas se num estabelecimento que viola esta disposição se serve comida de graça aos polícias, é certo e sabido que o dono não é multado.

De madrugada é muito comum encontrar delinquentes que acabam de cometer roubos. Em troca de dinheiro ou de coisas roubadas o suboficial deixa o ladrão seguir o seu caminho.

Nunca conheci ninguém que tives-

se sido castigado por coisas destas.

Mais tarde apercebi-me de que juntamente com o revólver de serviço os suboficiais tinham outras armas particulares que guardam dentro do casaco quando vão para a rua. Se há manifestações, se alguém lhes grita alguma coisa ou se encontram um delinquent, disparam com a arma privada. Servem-se também dela para cometer-se outras atrocidades.

Maus tratos no quartel

No subcomissariado de São Miguel, por ser muito pequeno, não havia centro de torturas, mas sei que existem noutros postos. Mas havia maus tratos. Mesmo em casos de acidentes de trânsito sucede que o condutor de procedência humilde é alvo de insultos, batem-lhe, humilham-no e metem-no no calabouço.

Pelo contrário, se pertence a uma classe social mais ou menos alta, sentam-no ao lado da guarda e dão-lhe facilidades para usar o telefone e fazer consultas. Durante o curso ensi-

Mas se algum já esteve preso antes por essa razão, vai para uma sala onde se despe completamente e se deita no chão de boca para baixo. A roupa é minuciosamente revistada: os colarinhos das camisas, a roupa interior e o cós das calças, a fivela do cinto e os punhos da camisa, à procura de algum papel comprometedor ou lâminas de barbear.

Entram depois os «patudos» que se põem em cima das costas dos presos, dão-lhes pontapés nos calcanhares, na parte posterior do cotovelo (onde se dá o chamado golpe da sogra) e nas palmas das mãos, pois são sítios onde não ficam marcas.

Depois de uma meia hora de maus tratos físicos e morais para os forçar a falar, metem-nos nos calabouços.

Estes presos era delittos pelas forças especiais quando havia manifestações na área do nosso comissariado e trazidos para o quartel. O que mais me impressionava nessas alturas é que eram muitas as mulheres e mesmo as crianças.

Desde o primeiro momento em que vi estes jovens presos que tive vontade de conversar com eles. Interrogava-me por que razão iam para a rua a protestar, porque é que estavam contra o regime.

Queria aproximar-me por pura curiosidade. Não eram delinquentes como nos tinham dito durante a instrução, pois na escola ensinaram-nos muito bem a identificá-los.

Numa altura em que estava de serviço no quartel e tinha os presos a meu cargo, a uma hora razoável, às duas ou três da manhã, fui conversar com eles precavendo para que o outro guarda não me visse.

Disse-lhes que era novo, pedi que me explicassem a situação e dei-lhes cigarros para ganhar confiança. Perguntei porque saíam à rua a protestar e porque nos chamavam de assassinos.

Responderam-me que a maioria dos jovens entre os 19 e 25 anos protestavam porque os problemas económicos não lhes permitiam continuar os seus estudos. Outros não tinham trabalho, estavam desempregados.

Era a mesma situação em que eu me encontrava antes de entrar para a polícia...

O meu amigo manifestante

Eles perguntaram-me como é que eu não sabia das acções repressivas dos carabineiros, que os atacavam apenas por protestar publicamente e reclamar contra a miséria existente na povoação.

O resultado desta conversa foi tornar-me amigo de um deles. Saí em liberdade no dia seguinte e desde então cumprimentávamo-nos sempre que nos cruzávamos na rua. Ele também se considerava meu amigo.

Quando estava livre aos fins-de-semana convidava-me para festas. E eu ia, pois sou novo e gosto de música, de passear e de me divertir, apesar de ser proibido sair com civis. Quando não estava de serviço queria era distrair-me um bocadinho para sair da rotina do quartel.

Eu não saía com outros polícias

porque havia muitos assuntos de que não se podia falar, como os políticos, económicos e sociais.

Nos encontros com o meu amigo civil podia-lhe que me informasse sobre a situação e me explicasse porque é que os manifestantes eram principalmente jovens. Em casa dele mostrava-me revistas da oposição que falavam da repressão. Ali tomava conhecimento da situação do país e lia livremente toda essa literatura proibida no quartel.

Ao fim de alguns encontros ele identificou-se como membro da Frente Patriótica Manuel Rodríguez... A informação que nos davam na polícia classificava os membros da Frente como delinquentes, terroristas que sabotavam as centrais eléctricas, que faziam atentados.

A partir dessa altura não quis falar muito com ele. Como funcionário da polícia considerava-me seu inimigo.

Comecei então a pensar em tudo o que me tinha dito, no que mostravam as revistas, em tudo o que lera. Ele era jovem como eu, disse-me, e nesse momento cumpríamos missões distintas: eu como órgão repressivo e ele como lutador pelos interesses do povo.

Cheguei à conclusão de que não o deveria considerar um inimigo porque eu me tinha feito polícia precisamente para defender os interesses do povo.

Voltámo-nos a aproximar e mantivemos as nossas relações amistosas durante algum tempo, até que um dia me disse que me ia dar a oportunidade de ingressar na Frente, de deixar de ser órgão repressivo e passar a ser um verdadeiro defensor do povo.

— Impossível! — respondi. Procurei nos livros de justiça militar e vi que isso é considerado uma deserção de primeiro grau. Era completamente uma loucura passar para a FPMR, deixar a instituição e saber que me iam perseguir e condenar.

Disse-lhe que ia pensar na proposta e deixei de o ver durante algum tempo.

Até essa altura tinha visto muito pouco da repressão policial. Na verdade, só a conheci quando as forças especiais atacaram e levaram manifestantes presos para o quartel, sem nenhuma participação nossa.

Soubes de outros maus tratos, para além dos que já contei, que sucediam quando algum cidadão apresentava os problemas que tinha ao suboficial de guarda e este lhe reponia que se fosse embora, pois «você é dos que nos chamam nomes» e nos atiram pedras...»

Vá chatear para outro lado! — diziam, sem se importar que se tratasse de uma queixa de roubo, de assalto, brigas ou problemas com bebados. Com efeito, não se cumpria o dever policial.

Um dia, em princípios de Dezembro, estava eu de guarda frente ao quartel quando passaram dois mini-autocarros cheios de pessoas que tinham participado numa concentração no centro de Santiago. Ao chegarem perto, abrandaram e gritaram-me (porque era eu o único que estava ali fora) assassino, degolador, traidor, vende-pátria e uma infinidade de coisas que realmente me afectaram.

Pensei então que na escola me ti-

nam ensinado que as pessoas se aproximariam de nós para pedir ajuda e que na realidade acontecia tudo ao contrário. No sul, onde eu vivia, era assim, mas em Santiago sente-se um ódio muito forte contra a instituição.

Nas fileiras do inimigo

Num dia em quem estava livre fui à civil ao centro da capital e deparei na Alameda Bernardo O'Higgins com uma manifestação de estudantes de Direito que caminhavam em fila, em silêncio, sem cometer desordens. Apareceram de imediato cinco ou seis autocarros com forças especiais da polícia e começaram a reprimir os manifestantes com bastões e bombas lacrimogéneas.

Mesmo homens, mulheres e crianças, que passavam por ali e nada tinham a ver com a marcha, foram vítimas da repressão. Foi brutal. Atacaram pessoas indefesas.

Nesse momento tomei uma decisão. Não queria que um dia me transformassem num assassino. Dos dez polícias destacados para o subcomissariado de São Miguel, dois já tinham passado para as forças especiais. Corria o risco de que de um momento para o outro me transferissem também a mim.

Quem sabe se a determinada altura me iam obrigar a atacar alguém e eu não tinha o direito de o fazer nem seria capaz de o fazer, porque essa gente modesta que protestava era como se fosse da minha família, encontrava-se na mesma situação que a minha própria família. Se um atacasse um jovem, estava a atacar um irmão.

Nesse dia regressei ao quartel e não falei com ninguém. Mas quando consegui encontrar-me com o companheiro da Frente, anunciei-lhe que estava decidido a passar para as suas fileiras e que assumia toda a responsabilidade disso. Sabia que corria o risco de morrer se o intento fracassasse, pois Pinochet havia declarado guerra de morte à oposição.

A 9 de Dezembro de 1985 era o meu dia de folga. De manhã saí de uniforme completo e nunca mais me voltaram a ver no quartel.

A partir daí passaram-me constantemente de uma casa de segurança para outra. Às vezes num bairro modesto e outras vezes num bairro rico, onde vive gente bem instalada. Isso demonstrou-me que os combatentes da Frente estão em toda a parte onde há gente honesta que luta para libertar-se do fascismo.

E nas suas fileiras que vou realmente desempenhar as funções de carabineiro, que consistem em velar pela soberania do país, pelos direitos do povo, dos pobres, dos trabalhadores, de toda a gente, e não como faz Pinochet, que utiliza o poder para defender apenas os interesses de um grupo social privilegiado. A minha luta agora é contra o regime para derrubar o ditador.

Penso que na Frente posso cumprir cabalmente o juramento que fiz nos carabineiros e que diz a dada altura: ... «guardar e defender a vida de todos os habitantes, sacrificando a minha se tal for necessário...» ■



Foi você que pediu uma multinacional?

Mais de cem vinicultores e agricultores da Região Demarcada do Douro participaram, no passado domingo, no salão nobre da Câmara Municipal de Lamego, num debate subordinado ao tema «O Douro: a Vinha e o Vinho — defender os viticultores durienses contra a ganância das casas exportadoras das multinacionais». Tratou-se de uma iniciativa promovida conjuntamente pelas Organizações Distritais de Viseu e Guarda e pela Organização Regional de Trás-os-Montes do Partido Comunista Português e a ela assistiu o camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.

Na mesa que dirigiu os trabalhos estavam ainda camaradas das Organizações Distritais de Bragança, Guarda, Vila Real e Viseu e ainda representantes do Grupo Parlamentar do Partido.

Em discussão estiveram temas como «a Portaria 685/82 e o Plano de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes, a estratégia das Casas Exportadoras e Multinacionais, as lutas dos vinicultores do Douro e as suas reclamações de apoio técnico e financeiro, a CEE e o vinho do Douro, a qualidade do Vinho do Porto, o estatuto e situação da Casa do Douro, o rateio do benefício, os vinhos de Pasto, e a exportação, pela lavoura, do vinho tratado».

O diploma que neste momento mais prejudica a região duriense e que põe em perigo a sobrevivência de cerca de 25000 pequenos e médios vinicultores que até aqui tiveram direito ao benefício, é a portaria n.º 685/82.

Portaria «made in» Banco Mundial

Nas palavras de um dos intervenientes no debate, o dr. Luís Carvalho e Oliveira, advogado e produtor de S. João da Pesqueira, aquela portaria «nem sequer foi elaborada no país mas sim no estrangeiro, integrada no Plano de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes, da autoria de técnicos da FAO/Banco Mundial».

Segundo Luís Carvalho e Oliveira o objectivo desta portaria é o de reservar exclusivamente a atribuição do benefício para os milhares de hectares de terrenos adquiridos nos últimos anos pelas multinacionais abaixo dos 450 metros de altitude. «É lamentável — adiantou — além do mais que um projecto de desenvolvimento de uma das regiões mais interiorizadas do nosso país (...) não tenha nascido na região, ao menos no país, pela mão de técnicos portugueses que bem os temos capazes de uma ordenação agrícola e de fazer nascer a prosperidade onde ela tem estado ausente».

A gula das multinacionais

Por seu lado, Luís Correia, de Viseu, na intervenção que proferiu sobre a estratégia das multinacionais, referiu que estas «detêm já mais de 50% do comércio do Vinho do Porto, registam avanços apreciáveis no que respeita à atribuição do benefício de cerca de 6000 pipas em 1975 para quase 10000 em 1985, podendo, com as possíveis produções futuras, vir a produzir cerca de 30000 pipas, ou seja mais de 30% do actual benefício médio».

«As multinacionais compram terras, plantam vinhas ilegais e avançam no domínio da produção (...) com a cumplicidade dos governos que têm conduzido, de há 10 anos a esta parte, a políti-

Estrangeiros impõem a sua «lei» nas terras do vinho do Porto

ca de recuperação capitalista», concluiu aquele participante.

Sobre o rateio do benefício, Agostinho Lopes, membro do Comité Central do PCP afirmou «as Casas Exportadoras e Multinacionais compram e arrendam enormes áreas na região, plantam

legal e ilegalmente milhares de pés, procurando satisfazer as suas necessidades em mosto, quer para vinhos de mesa quer para beneficiá-los (...). As Casas Exportadoras e Multinacionais, não podendo para já eliminar a barreira do benefício, perseguem o objectivo de crescente apropriação do benefício».



Debate O DOURO, A VINHA E O VINHO

Lamego, 27 Julho/86 - 10 h.
Salão Nobre
da Câmara Municipal

DEFENDER OS VITICULTORES DURIENSES
CONTRA A GANÂNCIA
DAS CASAS EXPORTADORAS
DAS MULTINACIONAIS

Lutas com mais de 200 anos

Na sua intervenção, Carlos Fraião, membro suplente do Comité Central do PCP, referiu que as lutas dos vinicultores do Douro «vêm de há 200 anos, tendo já surgido revoltas e movimentos de protesto de grande envergadura».

Alves Redol, aliás, no seu imortal «Ciclo Port-Wine» referencia uma dessas históricas lutas, travada na primeira década deste século, precisamente em Lamego e nos concelhos envolventes.

Acrescentou Carlos Fraião que, em resposta ao brutal agravamento da sua situação, «no último ano os vinicultores do Douro e as suas organizações unitárias e de classes têm desenvolvido importantes lutas e protestos e aprovado reclamações a que o PCP dá o seu firme e incondicional apoio, porque defende os interesses dos mais desfavorecidos (25000 produtores ameaçados de ruína), porque o Vinho do Porto desempenha um papel fundamental no

Futuro incerto para 25 mil pequenos e médios vinicultores do Douro

desenvolvimento e progresso da economia agrícola da região e porque, em nome da defesa dos interesses nacionais, não se pode permitir que aquele afamado e lucrativo produto típico português seja açambarcado pela ganância de grandes empresas onde domina o capital estrangeiro».

A inoperância da Casa do Douro

O engenheiro João Cunha Serra, viticultor do concelho da Régua e ex-membro eleito do Conselho Geral da Casa do Douro, denunciou os inconvenientes regionais e nacionais do regime de monopólio da exportação pelo Entrepósito de Gaia. Face à inoperância que tem revelado nesse capítulo, a Casa do Douro propôs «que a União das Adegas Cooperativas da Região Demarcada do Douro tome a iniciativa de formar a sociedade anónima para exportação, prevista na lei, desenvolvendo para tanto as necessárias diligências junto da Direcção da Casa do Douro e do seu Conselho Regional de Vinicultura».

Conhecimento das organizações do Partido

Do participado debate que se seguiu a estas e outras intervenções, enriquecido pelos depoimentos de Presidentes de Adegas Cooperativas e produtores locais presentes, ressaltou o mérito desta iniciativa do PCP. Da sua enorme utilidade prática, do profundo



grau de conhecimento da complexa temática do Douro demonstrado pelas organizações do PCP promotoras da iniciativa, foram dadas importantes contribuições para as conclusões do Encontro.

Encerrou o debate o camarada Jaime Serra, da Comissão Política do Comité Central do Partido. Na sua intervenção sublinhou que «o debate "O Douro — a Vinha e o Vinho" constituiu uma iniciativa da maior importância para a defesa dos interesses de dezenas de milhares de viticultores desta região, dos trabalhadores e da população em geral, ameaçados pela política de favoritismo do Governo para com as multinacionais e as casas exportadoras de Vinho do Porto».

Acrescentou Jaime Serra que «no plano nacional o PCP continuará pronto para, na Assembleia da República e junto de outras instituições e órgãos de soberania, levantar a sua voz em defesa dos justos interesses dos viticultores da região, denunciando a ganância e as manobras das multinacionais, assim como o proteccionismo do Governo a tais manobras, o qual se insere na política de recuperação capitalista praticada desde há dez anos por sucessivos governos de direita e que o PCP vem denunciando e combatendo incansavelmente».

Em próxima edição daremos mais promenores das conclusões desta importante iniciativa. ■

Da vinha ao vinho

A estratégia das multinacionais

A ganância das multinacionais é expressa de forma a não deixar margem para dúvidas nos extractos da intervenção proferida por Luís Correia no debate sobre «o Douro, a vinha e o vinho» que aqui publicamos.

Uma intervenção que nos permite ver claramente os métodos inconfessáveis praticados pelas multinacionais. Métodos que passam pela vinha e pelo vinho, mas não de mansinho.

«A **Sandeman** uma prestigiada casa exportadora, foi adquirida em 1980 pela multinacional canadiana **Seagram** que ficou com 90,75% das acções pelo valor de 1980 mil contos. Esta multinacional, uma das maiores do mundo no ramo alimentar e de bebidas (produz ou vende mais de 190 marcas de bebidas espirituosas destiladas e 600 marcas de vinhos, champagnes, sherries e vinhos do Porto) adquiriu em Portugal, além da Sandeman, um outro conjunto de empresas (marcas) a saber: Raposeira, Macieira e C.ª Lda., e mais meia dúzia de sociedades agrícolas, fontes principais das suas matérias-primas.»

(...) «A **Martinez** e a **Cockburn Smith**, produtoras e exportadoras de vinho do Porto e antigas casas instaladas em Portugal (desde 1790 e 1815, respectivamente) foram adquiridas em 1985 pelo grupo britânico **Harvey's**, que ao mesmo tempo adquiriu também 3 empresas exportadoras de xerez (Fernando A. Terry, Palomino e Vergara, Vinarvey SA) ao ex-grupo Rumasa, que por sua vez era um dos maiores negociantes mundiais de xerez (ver "Comércio do Porto", de 12/7/85). A compra destas duas empresas rondou os 2,5 milhões de contos.»

(...) «O domínio da exportação pelas grandes empresas multinacionais é quase avassalador. Negoceiam em vinhos e obrigam-nos à importação e consumo de produtos que elas próprias também negoceiam:

A casa **Cálem**, juntamente com a Santos Coelho e a Ferreira, Lda., entre outros produtos com o licor americano "Southern Comfort" e com um whisky escocês "The Famous Grouse";

A **Sandeman**, em virtude da sua ligação à Seagram, negocea também uma série de bebidas existentes no mercado: "Chivas Regal", Macieira, Cinzano, Raposeira, "Queen Anne", "100 Pipers", "Passport", Aldeia Velha, etc.

A **Cockburn**, em virtude da sua ligação ao grupo Harvey's, negocea fundamentalmente em xerez.»

(...) «As multinacionais iniciaram nos anos de 1978/79 um amplo movimento de compra de terras um pouco por toda a região do Douro.

Pretendiam e pretendem assim controlar todo o ciclo do "Port Wine".

A **Offley** adquiriu a Quinta da Boavista dos Fojos, em Covas do Douro, onde tinham 87300 cepas ilegais.

A **Silva e Cosens/Delaforce** adquiriu a Quinta da Cavadinha, em São Cristóvão do Douro.

A **Ferreirinha** adquiriu a Quinta do Seixo e a Quinta do Porto, além de uma outra grande área de terra, na encosta de Gouvães do Douro.

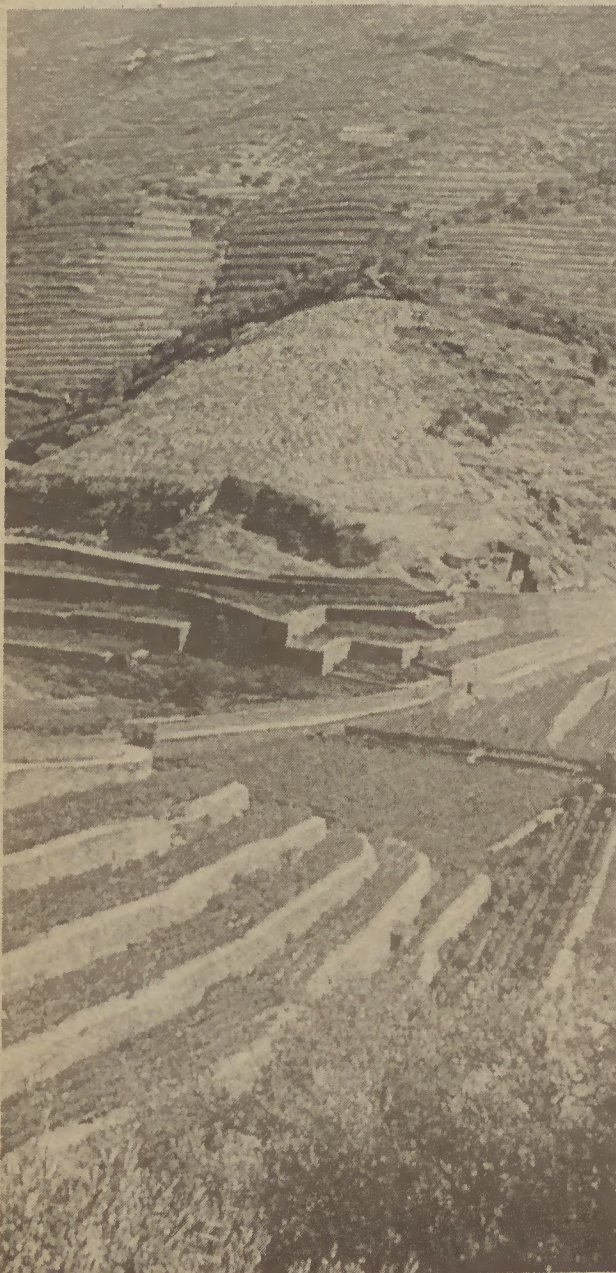
A **Cockburn Smith's** adquiriu a Quinta dos Malvedos e outras grandes extensões nos concelhos de Vila Flor, Carrazeda de Ansiães e Moncorvo, que lhe dariam para plantar 100 milheiros.

A **Taylor** adquiriu a Quinta do Panascal e outras em Vale de Mendiz. Nesta freguesia as grandes empresas são já as maiores produtoras de vinho tratado.

A **Sandeman** adquiriu também vastas extensões de terra nos concelhos de Vila Flor, Moncorvo, Vila Nova de Foz Coa, Sabrosa e Alijó.

A **Gran Cruz** adquiriu também terras no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo.»

(Da intervenção de Luís Correia sobre «A Estratégia das Multinacionais»)



Quase?

Reuniram-se recentemente. Os autarcas. Para almoçar. Pegando na palavra, o presidente, homem habituado a botar faladura, diz das obras feitas (!) e da prestimosa colaboração que todos os seus colaboradores lhe têm prestado. Fala do valor da equipa e não se excusa de tecer elogios à sua pessoa.

Ao fim e ao cabo é o presidente. Não se contendo mais — porque estar na presidência da Câmara Municipal de Setúbal é resultado de negociações — Mata Cáceres diz que tanto pêsse e pêsseado junto «é quase um abuso». Ao que consta — e passando o olhar pelo seu concelho — o povo de Setúbal retorquiu-lhe: «quase não, sr. presidente. É um abuso!».

Cristina, percebeu?

Cavaco Silva foi a Vila Nova de Cerveira. Esteve nos Paços do Concelho e deixou-se fotografar enquanto inaugurava a Bial de

Artes Plásticas que aí se realiza. Foi a Vila Nova de Cerveira, aí chegou, inaugurou e... falou. Disse ao povo da terra que exija «que a Costa Verde seja mesmo verde» e mais palavras utilizou. A páginas tantas, aproveitou para anunciar a criação de um novo cargo governativo, o que parece indicar que o Governo mais pequenino está cada vez mais crescidinho.

Na volta — conta o «Diário de Notícias» —, já por bandas de Leiria, pega num radiozinho e chama a Cristina. O diálogo vem assim contado: «informe ministro da Justiça de que a tomada de posse é amanhã, às 15 e 30. Cristina, diga-me se percebeu».

«Entendido». «Avisar pessoalmente o ministro da Justiça e diga-me se percebeu».

«Entendi». «Estamos próximos de Leiria e penso estar em Lisboa entre as 13 e 30 e as 14 horas. Cristina, diga-me se percebeu».

Percebeu, Cristina? Cavaco Silva foi até Vila Nova de Cerveira já com esta na manga, percebeu?

É que assim, em frente das câmaras e de todos os

microfones o anúncio de um novo cargo dá muito mais nas vistas e saber dar nas vistas é a única coisa que este Governo para quem trabalha faz com efectiva eficiência. Percebeu?

Que escândalo!...

Muita tinta correu — e ao que parece ainda corre — a propósito da lua-de-mel dos príncipes André e Sara. Muita tinta e também, obviamente, muito disparate... O cidadão comum que diante dos ecrãs da TV, num serviço noticioso de grande audição, ouve falar da grande azáfama da RTP/Açores para tentar filmar do ar o casal,

sobrevoando o pacote «Britannia» (isto é que é criatividade...), lê depois um título desgostoso num matutino lisboeta com responsabilidades: «Lua-de-mel açoriana terminou para André e Sara», rematando com esta legenda: Na amurada do Britannia, André e Sara contemplam Ponta Delgada (até aqui tudo bem, o «pior» é o resto). Ele de camisa amarela e calças brancas e ela de vestido estampado, sem costas. Que escândalo, dirão uns. «Uau», exclamarão outros. Entretanto, os problemas sociais no País continuam com escândalos e injustiças que a Comunicação Social não pormenoriza nem explica, nem informa...

Gazetilha

por Ignotus Sum

I

Diz o Cadilhe, diz que o desemprego em Portugal está por um triz.

Diz isso com o ar mais natural.

Mas já provou a Intersindical que o ministro não sabe o que diz...

... Pois enquanto o governo governamenta o desemprego aumenta...

Eu cá, perante casos tais que já são tantos e sinistros

acho que há para aí uns quantos postos de trabalho a mais: os dos ministros...

Não tarda, com efeito que os ministros seus postos perderão e sem direito a indemnização...

II

Em política jagunça da arte de mal-fazer a Beleza traz bagunça mais do que devia ser...

A realidade descobre a fonte dos seus venenos: age sempre contra os pobres e contra quem pode menos.

Cavaco a ninguém ilude com um governo que é ofensa e onde até a saúde é um sinal de doença...

III

A corrupção já se sabia que era mal que minava as traves da cidade.

Havia até uma alta autoridade que investigava a lãbia de tal fera. De alguns o desespero não demora treme de frio e raiva o estafermo pois não se safam, a partir de agora, nem os inchados membros do governo.

Foi como resolveu o Parlamento. Eu, sempre no real, no duro trilho, sei que a resolução, neste momento, põe certa ministragem num sarilho.

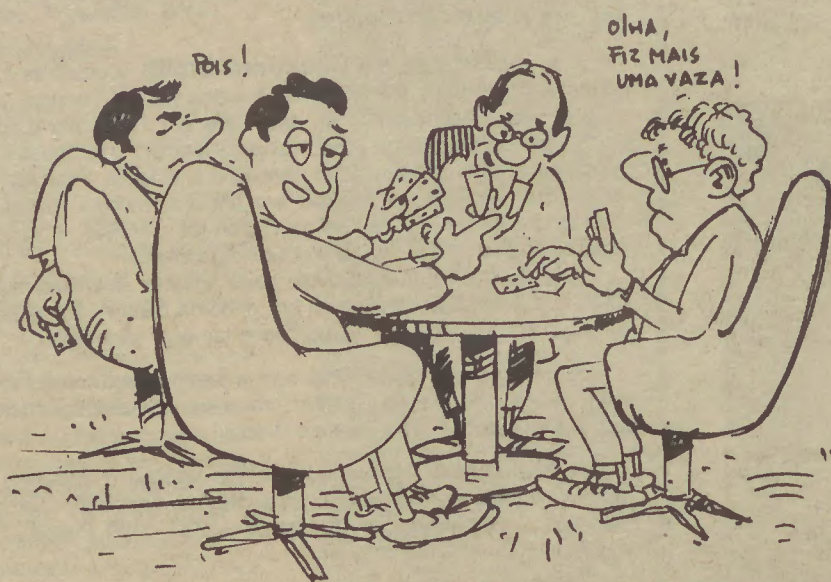
Agora é só questão de perguntar pela alma de quem se deve orar...

VERÃO 86

Separata do «Avante!» n. 657 de 31.7.86 • Director António Dias Lourenço • Não pode ser vendido separadamente



NÓS NO GOVERNO
SE MAIS NÃO FAZEMOS
É SÓ POR FALTA DE TEMPO!!



ACTUAL

NÃO HÁ CRISE PÁ!...
É TUDO PESSOAL
DA FAMÍLIA



Aqui é tudo «bom»...

«Aqui é tudo bom, aqui é tudo tão bom...», diz a canção mas não só. Também o inefável ministro das Finanças, Miguel Cadilhe, ou o primeiro-ministro Cavaco Silva, costumam falar assim do mal que fazem e também do que não fazem. Quem os ouça e não os conheça diria que são «os maiores» e que os portugueses vivem no «melhor dos paraísos». E, naturalmente, que estão a ter as «melhores férias» de todos os países que estão na CEE.

Mas qual é a realidade?

A realidade é que só cerca de um quarto dos portugueses passam de facto férias «a valer», isto é, saem dos seus locais habituais para irem à praia, ao campo, ou a outro sítio qualquer retemperar forças. Para a maioria, pelo contrário, as férias continuam a ser não irem ao trabalho e pouco mais. Ou quando muito, uma saltada até às terras de origem, ver os pais e outros familiares.

É claro que perante estas e outras críticas, a demagogia da dupla Cavaco/Cadilhe sempre virá dizer e prometer o «paraíso lá para 1992» desde que... tudo se faça à medida dos seus desejos.

Mas o «paraíso» prometido pode avaliar-se pelo presente já conhecido.

O tempo é de férias e de muito calor. Não vamos por isso neste «Verão 86», falar muito daquilo que milhões de portugueses conhecem melhor que ninguém: as privações de toda a ordem que sofrem quotidianamente.

O «Verão 86» pretende ser uma contribuição para que muitos dos nossos leitores, possam ter uns momentos de reflexão ligeira e descontraída sobre as causas que impedem que muitos deles tenham as férias que merecem.

Finalmente um voto: que em 1987 as férias sejam mais agradáveis e descontraídas. Com uma outra política, que as férias possam ser... férias.

Agenda

Avante!

Ano 56 — Série VII
N.º 657

31 de Julho de 1986

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Sábado, dia 2

Festas do PCP

GAIA

Festa do Sol
sexta, sábado
e domingo

*

PORTIMÃO

Festa de Verão

sexta, sábado
e domingo

*

SINES

Festa da Terra
e do Mar

sexta, sábado
e domingo

*

CASEBRES

Festa da Alegria

sábado e domingo

*

S. PEDRO
DA COVA

Festa da Unidade

sábado e domingo

*

VILA
DAS AVES

Festa Popular

sábado e domingo

Sexta

● Caldas da Rainha

Às 21.30, no Centro de Trabalho, encontro de militantes: situação política, actividades do Partido, Festa do Avante!. Com a participação de um camarada da CC.

No final, projecção de um vídeo e convívio.

● Sines

Tem hoje início (às 21.30) e prolonga-se por todo o fim-de-semana a 5.ª Festa da Terra e do Mar.

Exposições, desporto, artesanato, teatro, poesia, e dois grandes espectáculos musicais: Paulo de Carvalho às 22.30 de hoje, sexta-feira, e Júlio Pereira no domingo à noite. Também no domingo, manhã infantil.

Comício no sábado.

● Gaia

Junto à Praia da Madalena, de hoje até domingo em zona de pinhal, a Festa do Sol organizada pela Comissão Concelhia de Gaia do PCP.

Exposições, vídeo; stands de artesanato e utilidades; bares e restaurantes. Discoteca, folclore, baile. Espectáculos com Samuel, Jorge Lomba, Tô Zé, «Malta do Rio».

Comício no sábado com Álvaro Cunhal.

● Portimão

Tem início às 19 horas e prolonga-se até domingo, no antigo Largo da Feira, a tradicional Festa de Verão organizada pela Comissão Concelhia do PCP.

Exposições, desporto, stands de artesanato. Bares e restaurantes.

Hoje, às 21.00, Festival da Canção Juvenil — festival local de apuramento dos participantes na final a realizar na Festa do Avante!.

Baile, espectáculos musicais variados. Paulo de Carvalho no sábado a partir das 22 horas.

Ainda no sábado, comício com Dias Lourenço.

Sesimbrense, com a participação do camarada Frederico Pereira. Esta reunião, que estivera marcada para o passado dia 20, foi adiada por motivos alheios à vontade dos camaradas.

● Vila das Aves

Tem início às 17 horas (e prossegue amanhã, domingo) a Festa Popular organizada pela Comissão Concelhia de Santo Tirso na Bouça de Poldraes. Exposições, jogos populares, espectáculos que incluem uma noite de fados e cantares ao desafio. Stands de vendas, restaurante e bares. Comício no domingo.

● Sines

Comício integrado na 5.ª Festa da Terra e do Mar, às 22 horas, com o camarada Carlos Ramalhes, da Comissão Política do CC

● Matosinhos

Na Quinta da Conceição, convívio dos trabalhadores das Pescas, por iniciativa da Comissão Regional do Porto do Sector das Pescas. Das 16 às 22 horas. Participa o camarada Álvaro Cunhal.

● S. Pedro da Cova

Hoje e amanhã, a Festa da Unidade, a realizar no Insua, Rio Ferreira, por iniciativa da Comissão de Freguesia de S. Pedro da Cova do PCP.

Stands vários. Espectáculos de folclore. Intervenção do camarada Álvaro Cunhal cerca das 16.30 de hoje, sábado.

● Gaia

Comício da Festa do Sol, a decorrer junto à Praia da Madalena, com o camarada Álvaro Cunhal. Às 21.30.

● Portimão

Às 21 horas, no antigo Largo da Feira onde decorre a Festa de Verão, comício com o camarada Dias Lourenço

Domingo

● Vila das Aves

Participação, com uma intervenção sobre a situação política cerca das 17 horas, do camarada António Mota, do CC, na Festa Popular que a Comissão Concelhia de Santo Tirso leva a efeito na Bouça de Poldraes.

● Loures

Tem início hoje e prolonga-se até dia 9, no Cabeço de Montachique, o 3.º Acampamento Nacional dos Pioneiros de Portugal (ver «... e ainda» nesta Agenda)

● Cazebras

Festa da Alegria: comício às 20 horas com o camarada Dias Lourenço.

Sábado

● Anadia

Convívio, com sardinhas, organizado pela célula da Sachs do PCP em Mogofres — Parque das Merendas.

● Casebres

Festa da Alegria, hoje e amanhã. Espectáculos — hoje às 22 horas, Carlos Alberto Moniz —, baile. Artesanato, Bares. Comício no domingo.

● Sesimbra

«Pescas e CEE» — Debate, às 21.30, na Sociedade Musical

Álvaro Cunhal

na região do Porto em iniciativas do PCP

À tarde,
na Quinta da Conceição

Matosinhos

Convívio
dos Trabalhadores
das Pescas

Às 16.30,
no Insua-Rio Ferreira

S. Pedro da Cova

Festa da Unidade

Às 21.30,
junto à Praia da Madalena

Vila Nova

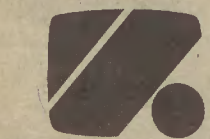
de Gaia

Festa do Sol

ANTOLOGIA



ROGER, Sanchez Flores. in «Barricada», órgão central da FSLN da Nicarágua — 12-8-1985



Cassete
«Verão 86»

feita do
Avante!

Sérgio Godinho
em Braga

Fernando Tordo
em Évora

Pedidos à SIP do PCP
R. Soeiro Pereira Gomes
— Lisboa

Festas do PCP

SESIMBRA

tradicional

SARDINHADA

passagem de barco
ao ribeiro do cavalo

DOM. - 10 de Agosto

Partido Comunista Português

Inscrições no Centro de Trabalho

festagão

AGOSTO

sábado e domingo 9 e 10

QUINTA DO CONDE NO C.T. DO PCP

Pias

A 14 e 15 de Agosto, Pias terá a segunda edição da Festa do Emigrante, iniciativa da Comissão Concelhia do PCP. O baile na noite do dia 14 com o conjunto «Azagarte» será o início de um convívio onde, no dia seguinte, não faltarão as actividades desportivas, os grupos corais, as variedades, o fado amador, a actuação de Francisco Ceia e um espaço de informação e debate político com intervenção de um dirigente do Partido. Na próxima semana os pormenores.

FESTA

VITÓRIA DE ABRIL

Rio Moinhos 8,9 e 10 Agosto/86

SEXTA, 8 AGOSTO

21.30h - BAILE de madrugada com o conjunto "BANDA SOLO"

SABADO, 9 AGOSTO

15.00h - TORNEIO FUTEBOL RELÂMPAGO (participam 4 equipas)

21.00h - INTERVENÇÃO POLITICA

22.00h - ESPECTÁCULO com o Grupo "BANZA" e BARLHA WILLET (Holandesa)

23.00h - CARLOS ALBERTO MONIZ e a sua BANDA



24.00h - BAILE com o organista-vocalista EDUARDO PANÓIAS

DOMINGO, 10 AGOSTO

15.30h - GRANDIOSA VACADA com 3 bravíssimas vacas

18.00h - Rancho Folclórico FAZENDEIROS de Montemor-o-Novo

ESMERADO SERVIÇO DE BAR

A COMISSÃO NÃO SE RESPONSABILIZA POR QUALQUER ACIDENTE DURANTE A FESTA



Comissão Local de Rio de Moinhos do PCP

Quinta

RTP1

11.00 - Sumário
11.05 - Videopólis
11.30 - Espaço 11/13
12.30 - Telenovela «Vereda Tropical»
13.15 - Jornal da Tarde
15.00 - Desenhos Animados
15.25 - Documentário
15.55 - Inventário Musical — Pedro Caldeira Cabral
16.20 - Série «Retalhos da Vida de um Médico»
17.10 - Ontem Viu?
18.00 - Sumário
18.05 - Tempo dos Mais Novos
18.45 - País, País
19.15 - Festival Internacional de Folclore de Santarém
19.55 - O Livro Grande de Petete
20.00 - Telejornal
20.30 - Boletim Meteorológico
20.40 - Telenovela «Corpo a Corpo»
21.30 - Danças Loucas «Os Anos 20» (música, canções, ritmos)
22.00 - Noite de Toiros
00.00 - 24 Horas
00.25 - Volta a Portugal em bicicleta

RTP2

16.30 - Europa TV
19.00 - Flani Schichi, a terceira das três óperas em um acto que compõem «Il Tritico» de Piccini, pelo Scala de Milão
20.00 - Notícias
20.05 - Caminhos do Eterno Museu do Abade de Baçal
20.30 - Gente do Mar
21.30 - Notícias
21.35 - Encontros com...
22.25 - Últimas Notícias
22.30 - Telenovela «Vereda Tropical»

Sexta

RTP1

11.00 - Sumário
11.05 - Teixeira Lopes
11.30 - Espaço 11/13
12.30 - Telenovela «Vereda Tropical»
13.15 - Jornal da Tarde
15.00 - Desenhos Animados
15.35 - Espaço Visual «José Rodrigues, escultor»
16.00 - Série «Entre Marido e Mulher»
16.30 - Série «O Mar e a Terra»
17.05 - Ontem Viu?
17.30 - Se Bem me Lembro
18.00 - Sumário
18.05 - Tempo dos Mais Novos «Animação», de Vasco Granja
18.45 - País, País
19.15 - Recrear o Espaço
19.50 - O Livro Grande de Petete
20.00 - Telejornal
20.30 - Boletim Meteorológico
20.40 - Telenovela «Corpo a Corpo»
21.25 - Série «Alô, Alô»
21.55 - Série «Fortunata e Jacinta» (Espanha), segundo a novela de Bento Perez Galdós



23.00 - 24 Horas
23.30 - Volta a Portugal em bicicleta

RTP2

16.30 - Europa TV
20.00 - Notícias
20.05 - Coleccionando
20.30 - Adágio

TV

O Programa

21.00 - Museu do Cinema
21.25 - Notícias
21.30 - Directo/2
22.25 - Últimas Notícias
22.30 - Telenovela «Vereda Tropical»

Sábado

RTP1

12.00 - Sumário
12.05 - Tempo dos Mais Novos
13.00 - Sumário
13.10 - Desenhos Animados
14.00 - Festival Gastronómico de Santarém
14.25 - Sport Billy
14.50 - Revista de Toiros
15.20 - Série «Os Jovens Heróis de Shaolin»
16.20 - Os Marretinhas
17.05 - O Novo Mundo Selvagem
17.30 - Série «O Corpo Humano»
18.00 - Top Disco
18.50 - Série «América do Sul, Terra de Contrastes»



19.45 - Totoloto
20.00 - Telejornal
20.40 - Boletim Meteorológico
20.50 - Aplauso Danças Latino-Americanas — Final da Super-Taça do Mundo de Pares Profissionais
22.00 - Série «Dinastia»
22.55 - Volta a Portugal em bicicleta
23.05 - Sábado Especial «Billy Jack», real. T.C. Frank (Tom Laughlin), EUA/1971



RTP2

15.00 - Troféu
20.00 - Danças e Cantares
20.30 - Animação (selecção e apresentação de Vasco Granja)
21.00 - Europa TV
22.30 - Série «A Rota da Seda»

Domingo

RTP1

11.30 - Sumário
11.35 - 70 Vezes 7
12.00 - Missa Dominical
13.00 - Sumário
13.10 - TV Rural
13.40 - Tempo dos Mais Novos
14.50 - Sessão da Tarde «Honra de Herói», real. Buzz Kilik (EUA)
17.00 - Festa Riça
18.15 - M de Mulher
19.10 - Falando de Mozart que inclui a versão para quarteto de sopros da «Pequena Serebata Nocturna», em interpretação de jovens músicos nortenhos. Programa de José Atalaya
19.40 - Dar e Rebecer
20.00 - Telejornal
20.30 - Boletim Meteorológico
20.35 - Viva o Gordo



A Aventura da Arte Moderna - Quarta-feira na RTP-2

21.20 - Série «O Último Lugar da Terra»
22.15 - Domingo Desportivo

RTP2

17.00 - Ténis Campeonato Europeu de Juniores (transmissão directa do Estádio Nacional)
18.30 - Europa TV
20.00 - Novos Horizontes
20.30 - Nós Por Cá
21.15 - Teatro «Molière», de Mihail Bulgakov, interp. da Royal Shakespeare Company, real. para TV de Bill Alexander

Segunda

RTP1

11.00 - Sumário
11.05 - Portugal Romano
11.30 - Espaço 11/13
12.30 - Telenovela «Vereda Tropical»
13.15 - Jornal da Tarde
15.00 - Desenhos Animados
15.25 - Documentário
15.50 - Série «O Homem é um Mundo»
16.20 - Série «As Aventuras de Zé Gato»
17.10 - Caldo de Pedra
17.30 - Ontem Viu?
18.00 - Sumário
18.05 - Tempo dos Mais Novos
18.45 - País, País
19.15 - Ferro Forjado na Arquitectura Portuguesa
19.45 - Boletim Meteorológico para a Agricultura
19.50 - O Livro Grande de Petete
20.00 - Telejornal
20.30 - Boletim Meteorológico
20.40 - Telenovela «Corpo a Corpo»
21.25 - Fronteira entre Dois Mundos «Margens de rios»
21.55 - Prémios Gazeta de Jornalismo a entrega e o espectáculo realizado na ocasião
22.55 - 24 Horas
23.25 - Volta a Portugal em bicicleta

RTP2

16.30 - Europa TV
20.00 - Notícias
20.05 - Desenhos Animados
20.25 - Horizonte 2000
20.55 - Zoom
21.20 - Notícias
21.25 - Espaço Jazz
22.25 - Últimas Notícias
22.30 - Telenovela «Vereda Tropical»

Terça

RTP1

11.00 - Sumário
11.05 - Conheça Melhor
11.30 - Espaço 11/13
12.30 - Telenovela «Vereda Tropical»

13.15 - Jornal da Tarde
15.00 - Desenhos Animados
15.35 - Série «Risco Inadiável»
16.00 - Série «A Tragédia da Rua das Flores»
17.00 - Histórias com Pés e Cabeça
17.30 - Ontem Viu?
18.00 - Sumário
18.05 - Tempo dos Mais Novos
18.45 - País, País
19.15 - Jazz para Todos
19.50 - O Livro Grande de Petete
20.00 - Telejornal
20.30 - Boletim Meteorológico
20.40 - Telenovela «Corpo a Corpo»
21.30 - Programa da Direcção de Informação
22.35 - Série «Um César Americano»
23.00 - 24 Horas
23.30 - Volta a Portugal em bicicleta

RTP2

16.30 - Europa TV
20.00 - Notícias
20.05 - Videopólis
20.30 - Falar de Macau
21.00 - Cinema Português «Um S Marginal», real. José de Sá Caetano (1981)
22.40 - Últimas Notícias
22.45 - Telenovela «Vereda Tropical»

Quarta

RTP1

11.00 - Sumário
11.05 - Memória de um Povo
11.30 - Espaço 11/13
12.30 - Telenovela «Vereda Tropical»
13.15 - Jornal da Tarde
15.00 - Desenhos Animados
15.35 - Série «O Homem Montanhês» — O S. João na Aldeia do Barroso
16.05 - Série «O Conde de Monte Cristo»
17.05 - O Dia-a-dia
17.35 - Ontem Viu?
18.00 - Sumário
18.05 - Tempo dos Mais Novos
18.45 - País, País
19.15 - Telemundo
19.50 - O Livro Grande de Petete
20.00 - Telejornal
20.30 - Telenovela «Corpo a Corpo»
21.30 - Noite de Cinema «História de uma Freira», real. Fred Zinneman (EUA/1959)
23.20 - 24 Horas
23.50 - Volta a Portugal em bicicleta

RTP2

16.30 - Europa TV
20.00 - Notícias
20.50 - Conheça Melhor
20.30 - A Aventura da Arte Moderna No pós-guerra, o desenvolvimento da «sociedade de consumo» e a influência na arte do «estilo de vida americano»
21.25 - Notícias
21.30 - Foi Êxito na TV
22.15 - Últimas Notícias
21.10 - Telenovela «Vereda Tropical»

Cinema

A selecção

Exposições

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Alice Já Não Mora Aqui	★★★★	★★★★	★★★★	—	★★★★
B	África Minha	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
C	O Ano do Dragão	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
D	Era Uma Vez na América	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
E	Nova York Fora de Horas	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
F	Plenty	★★	★	★	★★	★
G	Psico	★★★★	★★★★	★★★★	—	★★★★
H	O Romance de Murphy	★★★	—	★	—	★
I	Os Salteadores da Arca Perdida	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
J	Terror na Auto-Estrada	—	★★★★	★★★★	—	—

- A — Real. Martin Scorsese — Cine 222 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 B — Real. Sidney Pollack — S. Jorge/2 (14.15, 17.30, 21.30) — Lisboa.
 C — Real. Michael Cimino — Amoreiras/2 (13.45, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15) — Lisboa.
 D — Real. Sérgio Leone — Borna (15.00, 21.00) — Lisboa.
 E — Real. Martin Scorsese — Estúdio 444 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30), Quarteto/3 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 F — Real. Fred Schepisi — Alfa/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Amoreiras/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), S. Jorge/1 (15.30, 18.30, 21.15) — Lisboa.
 G — Real. Alfred Hitchcock — Quarteto/2 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 H — Real. Martin Ritt — Nimas (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 I — Real. Steven Spielberg — Alfa/Clube (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.
 J — Real. Robert Harmon — Condes (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Hollywood/1 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30, 23.45), Las Vegas/1 (14.00, 16.15, 18.45, 21.30) — Lisboa.

António Branquinho Pequeno, pintura. Atrium da Imprensa. R. da Hora Seca, 20. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 20.00 (até 31/7).

Artistas premiados na I e na II Exposição de Artes Plásticas Gulbenkian. Museu do CAM, Av. de Berna. 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom./10.00 às 17.00; 4.ª e sáb./14.00 às 19.30.

Auto-retratos, colectiva de pintura e fotografia — Álvaro Rosendo, Gonçalo Ruvo, Helena Pinto, Jaime Lebre, João Queiroz, José António Cardoso, Manuel SanPayo, Miguel Branco, «Monumental», Campo Santana, 101. De 3.ª a dom./15.00 às 20. (até 31/7).

Cândido Nunes da Silva, pintura. Palácio dos Coruchéus, R. Alberto Oliveira, 52. De 2.ª a sáb./14.00 às 18.00 (até 31/7).

Colectiva de pintura escultura e desenho — Ângelo de Sousa, Jorge Martins, Zulmira de Carvalho, R. da Cruz dos Poiais, 111. Das 14.30 às 19.00 (até 31/7).

Colectiva de desenho. Gal. Cómicos, R. Ten. Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a sáb./15.00 às 20.00 (até 2/8).

Colectiva de pintura (Dario Alves, Isabel Garcia, João Nascimento). Livr. Bertrand, R. Garrett. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 19.00.

Colectiva de serigrafia. Ditec-Espaço Arte, Av. Igreja. De 2.ª a 6.ª/14.30 às 19.40 (até 15/8).

Dali, gravura. Livraria Barata, Av. Roma. Das 12 às 23.00 (até 30/8).

Escultura Africana em Portugal. Museu de Etnografia, Av. da Madeira (ao Restelo). De 3.ª a dom./10 às 12.30 e 14 às 17 (até Dezembro).

Fotografia Contemporânea, colectiva (Internac.). Gal. Módulos, Av. António Augusto Aguiar, 56. 5.ª-Drt.º. De 2.ª a sáb./16.00 às 20.00 (até 15/8).

Gente de Palco-II Acto-Desenho Teatral. Museu Nacional do Traje. Estrado do Lumiar, 10. De 3.ª a sáb. Das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00; dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 18.00.

Gracinda Candelas, pintura. Gal. Quadrum, R. Alberto Oliveira, 52 (Coruchéus). De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00, sáb./15.00 às 19.00 (até 31/7).

Jean Campinhe, escultura em pedra. AR.CO, R. Santiago, 18. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 21.00.

Lurdes Sousa, pintura. Gal. Paulino Ferreira, R. Nova da Trindade, 18-B. De 2.ª a 6.ª/14.30 às 19.00, sáb./9.00 às 13.00 (até 31/7).

Maria Irene Vilar, medalhas e bronzes. Livraria da Imprensa Nacional, R. Marquês Sá da Bandeira, 16.

Mena Brito, pintura. Centro de Dança, Av. João Crisóstomo, 6. De 2.ª a 6.ª/9.00 às 20.00 (até 30/8).

«Mercados de Lisboa», fotografia. Gal. do «Diário de Notícias» — Chiado. De 2.ª a 6.ª/9.00 às 19.00; sáb./9.00 às 13.00.

Mónica, fotografia. Gal. Tempo, R. Nova S. Mamede, 17-A. De 2.ª a sáb./14.00 às 20.00 (até 9/8).

Pedro Chorão, pintura. Espaço Poligrupo, R. Ivens, 14. De 2.ª a 6.ª/9.00 às 20.00; sáb./9.00 às 13.00.

Postais Ilustrados de Lisboa do Princípio do Século. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 14.00 às 17.00.

Rui Chafes, escultura. Gal. Leo, Trav. da Queimada, 48.

Tapeçaria de Portalegre, segundo cartões de pintores portugueses, Hotel Meridiano, R. Castilho (até 31/8).

III Exposição de Artes Plásticas da Fundação Gulbenkian. Galerias da sede da Fund. Gulbenkian, Av. Berna. 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom./10.00 às 17.00; 4.ª e sáb./14.00 às 19.30 (até 2/9).

Américo Silva. «(Des)construções», fotografia. Cooperativa Árvore, R. Azevedo de Albuquerque, 1 PORTO.

Colectiva de pintura/escultura (Ana Vídiga, Ilda David, Paula Rego, Pedro Casquel, Pedro Portugal, Victor Costa, Manuel Rosa, Xana). Gal. Módulo, Av. Boavista, 854. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 14.00 às 17.00.

Comuna, Pq. de Espanha, Jardins. De 5.ª a dom./15.30. Em Duelo, adapt. de texto de Jorge Luís Borges, enc. João Brites — Grupo O Bando (até 4/8).

Padrão dos Descobrimentos, Belém, sáb./18.00, dom./11.00. Fecha os Olhos... Entra na História, de Alexandra Solnado, enc. José Lita Alvarenga.

Para Crianças — LISBOA

Casa dos Tabuleiros, Rua dos Poiais

Teatro Ibérico, R. de Xabregas, 54. De 3.ª a sáb., às 21.30. Dom., às 17.00. Avaroz, Luxúria e Morte n'Arena Ibérica, de Ramon del Valle-Inclán, encen. Blanco Gil.

Teatro do Século, Rua do Século, 41. Sala 2 — De 4.ª a sáb./21.30. De 5.ª a sáb./21.30. De 6.ª a sáb./21.30. De 7.ª a sáb./21.30. De 8.ª a sáb./21.30. De 9.ª a sáb./21.30. De 10.ª a sáb./21.30. De 11.ª a sáb./21.30. De 12.ª a sáb./21.30. De 13.ª a sáb./21.30. De 14.ª a sáb./21.30. De 15.ª a sáb./21.30. De 16.ª a sáb./21.30. De 17.ª a sáb./21.30. De 18.ª a sáb./21.30. De 19.ª a sáb./21.30. De 20.ª a sáb./21.30. De 21.ª a sáb./21.30. De 22.ª a sáb./21.30. De 23.ª a sáb./21.30. De 24.ª a sáb./21.30. De 25.ª a sáb./21.30. De 26.ª a sáb./21.30. De 27.ª a sáb./21.30. De 28.ª a sáb./21.30. De 29.ª a sáb./21.30. De 30.ª a sáb./21.30. De 31.ª a sáb./21.30.

Teatro do Século, Rua do Século, 41. Sala 2 — De 4.ª a sáb./21.30. De 5.ª a sáb./21.30. De 6.ª a sáb./21.30. De 7.ª a sáb./21.30. De 8.ª a sáb./21.30. De 9.ª a sáb./21.30. De 10.ª a sáb./21.30. De 11.ª a sáb./21.30. De 12.ª a sáb./21.30. De 13.ª a sáb./21.30. De 14.ª a sáb./21.30. De 15.ª a sáb./21.30. De 16.ª a sáb./21.30. De 17.ª a sáb./21.30. De 18.ª a sáb./21.30. De 19.ª a sáb./21.30. De 20.ª a sáb./21.30. De 21.ª a sáb./21.30. De 22.ª a sáb./21.30. De 23.ª a sáb./21.30. De 24.ª a sáb./21.30. De 25.ª a sáb./21.30. De 26.ª a sáb./21.30. De 27.ª a sáb./21.30. De 28.ª a sáb./21.30. De 29.ª a sáb./21.30. De 30.ª a sáb./21.30. De 31.ª a sáb./21.30.

Teatro do Século, Rua do Século, 41. Sala 2 — De 4.ª a sáb./21.30. De 5.ª a sáb./21.30. De 6.ª a sáb./21.30. De 7.ª a sáb./21.30. De 8.ª a sáb./21.30. De 9.ª a sáb./21.30. De 10.ª a sáb./21.30. De 11.ª a sáb./21.30. De 12.ª a sáb./21.30. De 13.ª a sáb./21.30. De 14.ª a sáb./21.30. De 15.ª a sáb./21.30. De 16.ª a sáb./21.30. De 17.ª a sáb./21.30. De 18.ª a sáb./21.30. De 19.ª a sáb./21.30. De 20.ª a sáb./21.30. De 21.ª a sáb./21.30. De 22.ª a sáb./21.30. De 23.ª a sáb./21.30. De 24.ª a sáb./21.30. De 25.ª a sáb./21.30. De 26.ª a sáb./21.30. De 27.ª a sáb./21.30. De 28.ª a sáb./21.30. De 29.ª a sáb./21.30. De 30.ª a sáb./21.30. De 31.ª a sáb./21.30.

Teatro do Século, Rua do Século, 41. Sala 2 — De 4.ª a sáb./21.30. De 5.ª a sáb./21.30. De 6.ª a sáb./21.30. De 7.ª a sáb./21.30. De 8.ª a sáb./21.30. De 9.ª a sáb./21.30. De 10.ª a sáb./21.30. De 11.ª a sáb./21.30. De 12.ª a sáb./21.30. De 13.ª a sáb./21.30. De 14.ª a sáb./21.30. De 15.ª a sáb./21.30. De 16.ª a sáb./21.30. De 17.ª a sáb./21.30. De 18.ª a sáb./21.30. De 19.ª a sáb./21.30. De 20.ª a sáb./21.30. De 21.ª a sáb./21.30. De 22.ª a sáb./21.30. De 23.ª a sáb./21.30. De 24.ª a sáb./21.30. De 25.ª a sáb./21.30. De 26.ª a sáb./21.30. De 27.ª a sáb./21.30. De 28.ª a sáb./21.30. De 29.ª a sáb./21.30. De 30.ª a sáb./21.30. De 31.ª a sáb./21.30.

Teatro do Século, Rua do Século, 41. Sala 2 — De 4.ª a sáb./21.30. De 5.ª a sáb./21.30. De 6.ª a sáb./21.30. De 7.ª a sáb./21.30. De 8.ª a sáb./21.30. De 9.ª a sáb./21.30. De 10.ª a sáb./21.30. De 11.ª a sáb./21.30. De 12.ª a sáb./21.30. De 13.ª a sáb./21.30. De 14.ª a sáb./21.30. De 15.ª a sáb./21.30. De 16.ª a sáb./21.30. De 17.ª a sáb./21.30. De 18.ª a sáb./21.30. De 19.ª a sáb./21.30. De 20.ª a sáb./21.30. De 21.ª a sáb./21.30. De 22.ª a sáb./21.30. De 23.ª a sáb./21.30. De 24.ª a sáb./21.30. De 25.ª a sáb./21.30. De 26.ª a sáb./21.30. De 27.ª a sáb./21.30. De 28.ª a sáb./21.30. De 29.ª a sáb./21.30. De 30.ª a sáb./21.30. De 31.ª a sáb./21.30.

Teatro do Século, Rua do Século, 41. Sala 2 — De 4.ª a sáb./21.30. De 5.ª a sáb./21.30. De 6.ª a sáb./21.30. De 7.ª a sáb./21.30. De 8.ª a sáb./21.30. De 9.ª a sáb./21.30. De 10.ª a sáb./21.30. De 11.ª a sáb./21.30. De 12.ª a sáb./21.30. De 13.ª a sáb./21.30. De 14.ª a sáb./21.30. De 15.ª a sáb./21.30. De 16.ª a sáb./21.30. De 17.ª a sáb./21.30. De 18.ª a sáb./21.30. De 19.ª a sáb./21.30. De 20.ª a sáb./21.30. De 21.ª a sáb./21.30. De 22.ª a sáb./21.30. De 23.ª a sáb./21.30. De 24.ª a sáb./21.30. De 25.ª a sáb./21.30. De 26.ª a sáb./21.30. De 27.ª a sáb./21.30. De 28.ª a sáb./21.30. De 29.ª a sáb./21.30. De 30.ª a sáb./21.30. De 31.ª a sáb./21.30.

Teatro do Século, Rua do Século, 41. Sala 2 — De 4.ª a sáb./21.30. De 5.ª a sáb./21.30. De 6.ª a sáb./21.30. De 7.ª a sáb./21.30. De 8.ª a sáb./21.30. De 9.ª a sáb./21.30. De 10.ª a sáb./21.30. De 11.ª a sáb./21.30. De 12.ª a sáb./21.30. De 13.ª a sáb./21.30. De 14.ª a sáb./21.30. De 15.ª a sáb./21.30. De 16.ª a sáb./21.30. De 17.ª a sáb./21.30. De 18.ª a sáb./21.30. De 19.ª a sáb./21.30. De 20.ª a sáb./21.30. De 21.ª a sáb./21.30. De 22.ª a sáb./21.30. De 23.ª a sáb./21.30. De 24.ª a sáb./21.30. De 25.ª a sáb./21.30. De 26.ª a sáb./21.30. De 27.ª a sáb./21.30. De 28.ª a sáb./21.30. De 29.ª a sáb./21.30. De 30.ª a sáb./21.30. De 31.ª a sáb./21.30.

Teatro do Século, Rua do Século, 41. Sala 2 — De 4.ª a sáb./21.30. De 5.ª a sáb./21.30. De 6.ª a sáb./21.30. De 7.ª a sáb./21.30. De 8.ª a sáb./21.30. De 9.ª a sáb./21.30. De 10.ª a sáb./21.30. De 11.ª a sáb./21.30. De 12.ª a sáb./21.30. De 13.ª a sáb./21.30. De 14.ª a sáb./21.30. De 15.ª a sáb./21.30. De 16.ª a sáb./21.30. De 17.ª a sáb./21.30. De 18.ª a sáb./21.30. De 19.ª a sáb./21.30. De 20.ª a sáb./21.30. De 21.ª a sáb./21.30. De 22.ª a sáb./21.30. De 23.ª a sáb./21.30. De 24.ª a sáb./21.30. De 25.ª a sáb./21.30. De 26.ª a sáb./21.30. De 27.ª a sáb./21.30. De 28.ª a sáb./21.30. De 29.ª a sáb./21.30. De 30.ª a sáb./21.30. De 31.ª a sáb./21.30.

Teatro do Século, Rua do Século, 41. Sala 2 — De 4.ª a sáb./21.30. De 5.ª a sáb./21.30. De 6.ª a sáb./21.30. De 7.ª a sáb./21.30. De 8.ª a sáb./21.30. De 9.ª a sáb./21.30. De 10.ª a sáb./21.30. De 11.ª a sáb./21.30. De 12.ª a sáb./21.30. De 13.ª a sáb./21.30. De 14.ª a sáb./21.30. De 15.ª a sáb./21.30. De 16.ª a sáb./21.30. De 17.ª a sáb./21.30. De 18.ª a sáb./21.30. De 19.ª a sáb./21.30. De 20.ª a sáb./21.30. De 21.ª a sáb./21.30. De 22.ª a sáb./21.30. De 23.ª a sáb./21.30. De 24.ª a sáb./21.30. De 25.ª a sáb./21.30. De 26.ª a sáb./21.30. De 27.ª a sáb./21.30. De 28.ª a sáb./21.30. De 29.ª a sáb./21.30. De 30.ª a sáb./21.30. De 31.ª a sáb./21.30.

Teatro do Século, Rua do Século, 41. Sala 2 — De 4.ª a sáb./21.30. De 5.ª a sáb./21.30. De 6.ª a sáb./21.30. De 7.ª a sáb./21.30. De 8.ª a sáb./21.30. De 9.ª a sáb./21.30. De 10.ª a sáb./21.30. De 11.ª a sáb./21.30. De 12.ª a sáb./21.30. De 13.ª a sáb./21.30. De 14.ª a sáb./21.30. De 15.ª a sáb./21.30. De 16.ª a sáb./21.30. De 17.ª a sáb./21.30. De 18.ª a sáb./21.30. De 19.ª a sáb./21.30. De 20.ª a sáb./21.30. De 21.ª a sáb./21.30. De 22.ª a sáb./21.30. De 23.ª a sáb./21.30. De 24.ª a sáb./21.30. De 25.ª a sáb./21.30. De 26.ª a sáb./21.30. De 27.ª a sáb./21.30. De 28.ª a sáb./21.30. De 29.ª a sáb./21.30. De 30.ª a sáb./21.30. De 31.ª a sáb./21.30.

Teatro do Século, Rua do Século, 41. Sala 2 — De 4.ª a sáb./21.30. De 5.ª a sáb./21.30. De 6.ª a sáb./21.30. De 7.ª a sáb./21.30. De 8.ª a sáb./21.30. De 9.ª a sáb./21.30. De 10.ª a sáb./21.30. De 11.ª a sáb./21.30. De 12.ª a sáb./21.30. De 13.ª a sáb./21.30. De 14.ª a sáb./21.30. De 15.ª a sáb./21.30. De 16.ª a sáb./21.30. De 17.ª a sáb./21.30. De 18.ª a sáb./21.30. De 19.ª a sáb./21.30. De 20.ª a sáb./21.30. De 21.ª a sáb./21.30. De 22.ª a sáb./21.30. De 23.ª a sáb./21.30. De 24.ª a sáb./21.30. De 25.ª a sáb./21.30. De 26.ª a sáb./21.30. De 27.ª a sáb./21.30. De 28.ª a sáb./21.30. De 29.ª a sáb./21.30. De 30.ª a sáb./21.30. De 31.ª a sáb./21.30.

Teatro do Século, Rua do Século, 41. Sala 2 — De 4.ª a sáb./21.30. De 5.ª a sáb./21.30. De 6.ª a sáb./21.30. De 7.ª a sáb./21.30. De 8.ª a sáb./21.30. De 9.ª a sáb./21.30. De 10.ª a sáb./21.30. De 11.ª a sáb./21.30. De 12.ª a sáb./21.30. De 13.ª a sáb./21.30. De 14.ª a sáb./21.30. De 15.ª a sáb./21.30. De 16.ª a sáb./21.30. De 17.ª a sáb./21.30. De 18.ª a sáb./21.30. De 19.ª a sáb./21.30. De 20.ª a sáb./21.30. De 21.ª a sáb./21.30. De 22.ª a sáb./21.30. De 23.ª a sáb./21.30. De 24.ª a sáb./21.30. De 25.ª a sáb./21.30. De 26.ª a sáb./21.30. De 27.ª a sáb./21.30. De 28.ª a sáb./21.30. De 29.ª a sáb./21.30. De 30.ª a sáb./21.30. De 31.ª a sáb./21.30.

Teatro do Século, Rua do Século, 41. Sala 2 — De 4.ª a sáb./21.30. De 5.ª a sáb./21.30. De 6.ª a sáb./21.30. De 7.ª a sáb./21.30. De 8.ª a sáb./21.30. De 9.ª a sáb./21.30. De 10.ª a sáb./21.30. De 11.ª a sáb./21.30. De 12.ª a sáb./21.30. De 13.ª a sáb./21.30. De 14.ª a sáb./21.30. De 15.ª a sáb./21.30. De 16.ª a sáb./21.30. De 17.ª a sáb./21.30. De 18.ª a sáb./21.30. De 19.ª a sáb./21.30. De 20.ª a sáb./21.30. De 21.ª a sáb./21.30. De 22.ª a sáb./21.30. De 23.ª a sáb./21.30. De 24.ª a sáb./21.30. De 25.ª a sáb./21.30. De 26.ª a sáb./21.30. De 27.ª a sáb./21.30. De 28.ª a sáb./21.30. De 29.ª a sáb./21.30. De 30.ª a sáb./21.30. De 31.ª a sáb./21.30.

Teatro do Século, Rua do Século, 41. Sala 2 — De 4.ª a sáb./21.30. De 5.ª a sáb./21.30. De 6.ª a sáb./21.30. De 7.ª a sáb./21.30. De 8.ª a sáb./21.30. De 9.ª a sáb./21.30. De 10.ª a sáb./21.30. De 11.ª a sáb./21.30. De 12.ª a sáb./21.30. De 13.ª a sáb./21.30. De 14.ª a sáb./21.30. De 15.ª a sáb./21.30. De 16.ª a sáb./21.30. De 17.ª a sáb./21.30. De 18.ª a sáb./21.30. De 19.ª a sáb./21.30. De 20.ª a sáb./21.30. De 21.ª a sáb./21.30. De 22.ª a sáb./21.30. De 23.ª a sáb./21.30. De 24.ª a sáb./21.30. De 25.ª a sáb./21.30. De 26.ª a sáb./21.30. De 27.ª a sáb./21.30. De 28.ª a sáb./21.30. De 29.ª a sáb./21.30. De 30.ª a sáb./21.30. De 31.ª a sáb./21.30.

Teatro do Século, Rua do Século, 41. Sala 2 — De 4.ª a sáb./21.30. De 5.ª a sáb./21.30. De 6.ª a sáb./21.30. De 7.ª a sáb./21.30. De 8.ª a sáb./21.30. De 9.ª a sáb./21.30. De 10.ª a sáb./21.30. De 11.ª a sáb./21.30. De 12.ª a sáb./21.30. De 13.ª a sáb./21.30. De 14.ª a sáb./21.30. De 15.ª a sáb./21.30. De 16.ª a sáb./21.30. De 17.ª a sáb./21.30. De 18.ª a sáb./21.30. De 19.ª a sáb./21.30. De 20.ª a sáb./21.30. De 21.ª a sáb./21.30. De 22.ª a sáb./21.30. De 23.ª a sáb./21.30. De 24.ª a sáb./21.30. De 25.ª a sáb./21.30. De 26.ª a sáb./21.30. De 27.ª a sáb./21.30. De 28.ª a sáb./21.30. De 29.ª a sáb./21.30. De 30.ª a sáb./21.30. De 31.ª a sáb./21.30.

Teatro do Século, Rua do Século, 41. Sala 2 — De 4.ª a sáb./21.30. De 5.ª a sáb./21.30. De 6.ª a sáb./21.30. De 7.ª a sáb./21.30. De 8.ª a sáb./21.30. De 9.ª a sáb./21.30. De 10.ª a sáb./21.30. De 11.ª a sáb./21.30. De 12.ª a sáb./21.30. De 13.ª a sáb./21.30. De 14.ª a sáb./21.30. De 15.ª a sáb./21.30. De 16.ª a sáb./21.30. De 17.ª a sáb./21.30. De 18.ª a sáb./21.30. De 19.ª a sáb./21.30. De 20.ª a sáb./21.30. De 21.ª a sáb./21.30. De 22.ª a sáb./21.30. De 23.ª a sáb./21.30. De 24.ª a sáb./21.30. De 25.ª a sáb./21.30. De 26.ª a sáb./21.30. De 27.ª a sáb./21.30. De 28.ª a sáb./21.30. De 29.ª a sáb./21.30. De 30.ª a sáb./21.30. De 31.ª a sáb./21.30.

Teatro do Século, Rua do Século, 41. Sala 2 — De 4.ª a sáb./21.30. De 5.ª a sáb./21.30. De 6.ª a sáb./21.30. De 7.ª a sáb./21.30. De 8.ª a sáb./21.30. De 9.ª a sáb./21.30. De 10.ª a sáb./21.30. De 11.ª a sáb./21.30. De 12.ª a sáb./21.30. De 13.ª a sáb./21.30. De 14.ª a sáb./21.30. De 15.ª a sáb./21.30. De 16.ª a sáb./21.30. De 17.ª a sáb./21.30. De 18.ª a sáb./21.30. De 19.ª a sáb./21.30. De 20.ª a sáb./21.30. De 21.ª a sáb./21.30. De 22.ª a sáb./21.30. De 23.ª a sáb./21.30.

a TV

As bodas e o paraíso

O príncipe casou. Foi uma cerimónia de estado, transmitida em directo pela TV, para diversos países. Para quem possui televisão a cores, evidentemente, foi uma emissão brilhantíssima. As jóias despediam lampejos ácidos ante o olhar atento dos projectores. As damas, principalmente as de sangue azul (de mitilene) faziam valer os seus vestidos comprados a peso de ouro aos grandes costureiros. Amarelos gritavam lado a lado com azuis eléctricos. Não se pode imaginar tamanho braseiro de vaidade nem mesmo no reino das catatuas.

Os homens, perdão!, os cavalheiros iam elegantíssimos com suas casacas, suas camisas de uma alvura imaculada, suas fardas opulentas de terramarear, gestos sóbrios e passos bem medidos sobre a espessura demagógica das alcatifas. Enfim, como diziam os locutores, era um verdadeiro conto de fadas...

Claro que isto é apenas um olhar de relance sobre o tal conto do vigário, desculpem!, sobre o tal conto de fadas. Não posso dizer tudo, é impossível. Só a locução, como dizia o outro, dava um romance. Basta lembrarmos aquela de que «o homem da rua se mostra orgulhoso das suas tradições reais». E milhões de pessoas ficaram a saber que, em relação ao príncipe-noivo, «a sua personalidade já se fazia sentir aos oito meses de idade». Puxa, isto é que se chama precocidade!

Esforcei-me, durante a cerimónia na Abadia, por encontrar alguns dos mineiros perseguidos pela senhora Thatcher. Com cara de desempregado, dos milhões que existem na Inglaterra, não vi ninguém. Se calhar chegaram tarde e depois não os deixaram entrar e está certo, sim, que nestas coisas de pontualidade os ingleses são muito rigorosos...

Finalmente, ficámos a saber que os noivos luademelaram nos Açores ou, como também disseram na televisão, «no paraíso dos Açores».

Paraíso, o caciquismo? Paraíso, o desemprego, o atraso, a ausência de estruturas sociais? Paraíso, com uma base militar americana, sucursal do inferno no coração do arquipélago?

Não. Esse figurino de paraíso o povo açoriano não quer usar.

Quem não tem razão, tem medo

O projecto do Governo para a liquidação da Reforma Agrária não passou na Assembleia da República. As hostes de Cavaco perderam as estribeiras, o verniz estalou, sucederam-se os ataques indiscriminados.

O ambiente de confrontação imposto pelo Governo foi transportado para a rubrica «Parlamento» onde se discutia precisamente o tal projecto e algumas incidências com ele relacionadas.

Estiveram presentes, pelo Governo, o «ministro agrário» Barreto. Quanto ao Parlamento, a representação de dois partidos, o PRD (com Guedes de Campos) e o CDS, através do «deputado agrário» Carvalho Cardoso.

Ausente, forçadamente ausente, o Partido Comunista, com base em que o PRD provocara a raivinha do PSD ao votar contra o projecto do Governo. Já antes, num Telejornal, como despedida ao ano parlamentar, lá estivera apenas o PS «por ser o maior partido da oposição». Enfim, há sempre um álbi à mão. Ou ao pé, se quiserem.

Barreto instaurou na rubrica um clima inusitado de agressividade e de má educação ao nível da mais pura teledelinquência. A sua sorte foi ter dado com um homem paciente que a todo o momento, enquanto moderadamente reagia, sublinhava a consideração e a estima que tinha pelo «senhor ministro».

A desestabilização emocional provocada pelo Barreto obedecia a um plano: evitar a confrontação de matérias respeitantes ao assunto em causa, trocando-a por discussões de ordem partidária. Foi nítido que o PSD se arroga o direito de mandar, de marcar o ritmo da estratégia e da tática doutros partidos! Chega a ser cómico este síndrome da satelitização de que sofre um partido a governar minoritariamente...

Apesar dos esforços de Barreto, uma coisa ficou amplamente demonstrada: a acusação da falta de paz (!) e de estabilidade que, segundo o Governo se vive no Alentejo (?) não passa disso mesmo: de um álbi para levar ao Alentejo a instabilidade e a guerra.

A filosofia que enforma o projecto do Governo é bem clara, ela orienta-se para a reconstituição dos latifúndios, para pôr cobro às cooperativas, para liquidar as UCP's, para levar de novo ao Alentejo a repressão e a fome.

Isso ficou bem claro, aliás, quando o representante do CDS condenou a fraca dimensão das áreas atribuídas a «explorações familiares». A continuar-se assim, explicava ele, qualquer dia será necessário recorrer ao emparcelamento...

Furioso, Barreto nem queria ouvir falar em novas expropriações. E tornou-se bem claro que o «bem nacional» a que ele, farisaicamente, se refere, não passa do «bem latifundial».

Para o povo português saber o que se passa, a sério, na zona da Reforma Agrária, nada melhor do que um debate entre os seus representantes e o ministro Barreto.

Os trabalhadores querem esse debate. De que tem medo o Barreto?...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Cachalote no Tejo

Têm proliferado na imprensa de direita os «amigos» de Vítor Constâncio. Eles consultam, eles prevêm, **eles sabem**. Tudo o que tem de passar-se correrá num período perfeitamente definido entre o Outono de 86 e finais de 87! As intenções dos «amigos» do secretário-geral do PS, essas são tão visíveis como o cachalote no mar da Palha.

Os amigos da onça

- «O crescente desnorreamento, enfraquecimento e isolamento do Governo minoritário PSD/Cavaco Silva é acompanhado — em sectores da comunicação social e analistas que lhe propagandeam os «méritos» e lhe exaltam as «virtudes» — por uma intensa teorização visando inibir, ou pelo menos restringir o quadro de soluções alternativas possíveis que se colocam à mais que necessária e cada vez mais urgente substituição da equipa de Cavaco Silva.

É por demais evidente que por detrás das prolixas elocubrações de JM Júdice sobre «a alternância» — esse «novo pronto-a-vestir» da política da direita para o ano de 1986 — se esconde um enorme receio de que o PSD e a sua política de desastre para os interesses nacionais venham a ser afastados do Governo, ao fim de oito anos de ininterrupta presença. A «fixação» de Júdice é tão grande que até ele — dirigente destacado e empenhado do PSD — naturalmente pensando (!) nos interesses do PS aconselha este partido a «(...) deixar governar o PSD, aceitando que é provável que em próximas eleições o PSD volte a ganhar (...)» antecipando que a data ideal para essas eleições seria «o segundo trimestre de 1987» já que antes — é Júdice quem o diz, pensando (!) uma vez mais nos «interesses» do PS — «(...) seria mau para Soares (...) seria mau para Constâncio (que não está preparado) e apenas bom para Cavaco».

(Vasco Pinto Morales, «o diário», 27. Julho)

- «Em suma, o PS não só não tem dinheiro para encerrar uma campanha eleitoral, nem a conjuntura política parece ser favorável à recuperação de votos perdidos nas últimas legislativas.

O «timing» de Constâncio será, precisamente por isso, na melhor das hipóteses, o final de 87. Até lá, o que conviria ao líder socialista seria o desgaste da «imagem» de Cavaco Silva, que as mais recentes sondagens eleitorais continuam a mostrar de boa saúde.

Para que esse desgaste se acelerasse — já que o normal exercício do poder numa conjuntura internacional favorável parece não chegar — Constâncio precisaria que Cavaco Silva fosse «obrigado» a assumir um Go-

verno de gestão. (...) Só que, não sendo Constâncio o «delfim» de Soares, não parece que o Presidente da República favoreça a reprodução dessa história, tendo-nos uma fonte socialista garantido que este não poderá «contar com nenhuma ajuda».

(Eva Cabral, «Correio da Manhã», 29. Julho)

Proporcionalidade: uma pedra de toque

- «Vítor Constâncio, novo líder do PS, preferiu esta semana, importantes declarações num almoço organizado pelo Clube Americano.

Gostaria de sublinhar os seguintes aspectos:

- A defesa da alternância entre as duas grandes forças políticas portuguesas, PSD e PS, que distinguem a bipolarização entre dois blocos de esquerda e direita de que se falava no tempo da AD.

- A proposta de introdução na Constituição do mecanismo da «moção de censura construtiva» necessário à viabilização da alternância acima referida.

- A rejeição da proposta de revisão da Lei Eleitoral defendida pelo candidato Freitas do Amaral por visar a eliminação da regra da proporcionalidade que o PS considera indispensável para a estabilidade do regime democrático.

- A disposição do PS em «eliminar» do texto constitucional o princípio da «irreversibilidade das nacionalizações». Obviamente que o PS querará negociar esta «cedência» aos partidos de direita e exigirá em troca a aprovação das suas propostas de natureza política designadamente a da «moção de censura construtiva». O dr. Vítor Constâncio acrescentou ainda que eventuais desnacionalizações terão de ser aprovadas caso a caso pela Assembleia da República.

(...)

No entanto, há um ponto em que o modelo preconizado pelo dr. Vítor Constâncio me parece contraditório.

Esse ponto é a rejeição veementemente da eliminação da proporcionalidade eleitoral.

À primeira vista a proposta da revisão da Lei Eleitoral defendida por Freitas do Amaral afigura-se mais consentânea com a tese da alternância preconizada por Vítor Constâncio. Não vejo como é que a «moção de censura construtiva» será suficiente para se

atingir esse objectivo, e poderá até em certos casos, contribuir para fazer perdurar soluções apodrecidas.

Se esse mecanismo estivesse em vigor no Verão de 1985, o dr. Vítor Constâncio não seria hoje o líder do PS e continuaríamos com o Bloco Central que o próprio dr. Vítor Constâncio considera não ser uma solução adequada ao bom funcionamento do sistema político português.

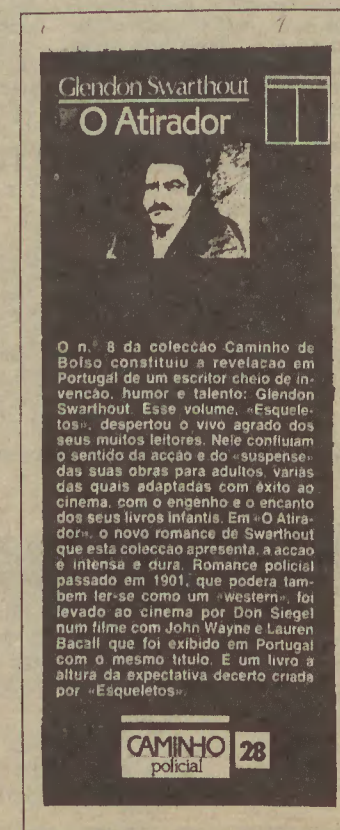
Por outro lado, importa notar que por mais que o dr. Vítor Constâncio afirme que não fará acordos com ninguém, e por mais que queira libertar-se do PS, o sistema proporcional tal como funciona hoje em Portugal, continuará a fazer do PS um «prisioneiro» dos comunistas.

Numa situação de alternância PSD-PS este último partido tem tudo a ganhar em poder perspectivar a obtenção da maioria absoluta no Parlamento sem precisar dos votos do PC. O PSOE tem actuado como actua, e os socialistas franceses puderam fazer a correcção de políticas que fizeram e que poderá vir a proporcionar a reeleição de Mitterrand, porque não precisavam dos votos comunistas.

Pela parte que me toca, e não votando socialista, prefiro que o PS volte ao governo tendo a maioria na Assembleia do que tê-lo a governar indefinidamente sem maioria, apenas porque os partidos à sua direita não podem apresentar uma «moção de censura construtiva», em conjunto com os comunistas.

Porquê continuar a dar ao PC uma força superior àquela que efectivamente tem?

(Fernando Ulrich, «Expresso», 26. Julho)



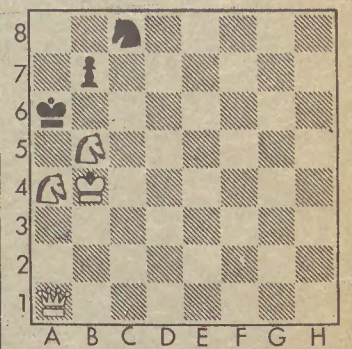
Xadrez

LXII — 31 de Julho de 1986

PROPOSIÇÃO N.º 62

Por: V. Maccs
3.º Prémio «Sahmati» (URSS), 1984
Pr. (3): Pb7-Cc8-Ra6

Br. (4): Cs.a4, b5-Dal-Rb4
Mate em dois lances



JOGO N.º 62
RFA/Abril, 1986

Br.: E. Lobron
Pr.: M. Chandler

1. é4,c5; 2. Cf3,d6; 3. d4,C:d4; 4. C:d4,Cf6; 5. Cc3,a6; 6. Bg5,e6; 7. f4,Bé7; 8. Df3,Dg7; 9. 0-0-0,Cbd7; 10. g4,b5; 11. B:f6,C:f6; 12. g5,Cd7; 13. f5,Cc5; 14. f6,g:f6; 15. g:f6,Bf8; 16. Tgl,Bd7; 17. Tg7,B:g7; 18. f:g7,Tg8; 19. é5,d5; 20. Df6,b4; 21. Cf5,é:f5; 22. C:d5,Dd8; 23. Dd6,f6; 24. Bc4,Bé6; 25. Cg7+Rf7; 26. B:é6+ e as Pr. abandonam!

SOLUÇÃO DO LXII

Chave: 1. ...b6; 2. D:c8 ++
1. ...Cb6; 2. Cc5,Dh8! ++;
1. ...Ca7; 2. Cc7 ++
1. ...Cd6 ou é7; 2. Da8 ++

A de MM

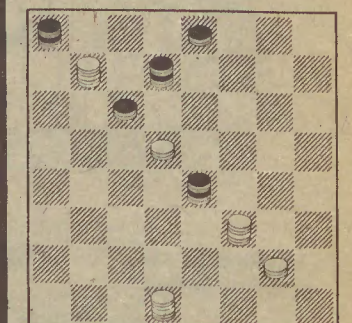
Damas

LXII — 31 de Julho de 1986

PROPOSIÇÃO N.º 62

Por: Manuel de Jesus Ferramacho
«Notícias Ilustrado», 5.VI.1932
Pr.: (14)-23-(27)-30-(32)

Br.: (3)-5-(10)-19-(28)
Jogam as brancas e ganham



JOGO N.º 62

Campeonato Nacional
Torres Vedras, 8.VI.1986
Br.: António dos S. Deodato
Pr.: H. Medalha da Silva

1. 10-14,22-19; 2. 5-10,27-22; 3. 11-15,21-18; 4. 14-21,25-18; 5. 10-13,19-14; 6. 13-17,23-19; 7. 6-11,28-23; 8. 9-13,18-9; 9. 11-27,31-22; 10. 7-11,30-27; 11. 1-5,32-28; 12. 12-16,19-12; 13. 8-15,22-18; 14. 5-10,18-13; 15. 3-6,26-22; 16. 17-21,23-19; 17. 10-17,19-12; 18. 16-20,24-15; 19. 11-20,22-18; 20. 20-24,18-13; 21. 24-31=D,13-10; 22. 31-8,10-3=D; 23. 21-26,29-22; 24. 8-29,3-10; 25. 17-21,10-32; 26. 21-25,32-1; 27. 29-8,1-32; 28. 25-29=D,32-1; 29. 4-7,1-32; 30. 7-11 e as Pretas abandonam.

GOLPE N.º 62

(Autor desconhecido! Certamente inglês do séc. XIX)

1. 10-14,23-19; 2. 14-23,28-19; 3. 5-10,21-18; 4. 11-14,18-11; 5. 7-23,27-20; 6. 12-16,20-15; 7. 10-14,25-21; 8. 1-5? Perdentel! J. Pr. G. (Br. 2-3-4-5-6-8-9-14-16. Pr. 15-21-22-24-26-29-30-31-32 J.Pr.G.)

SOLUÇÕES DO LXII

N.º 62 (M. de J.F.): 10-17 e 17-26,30-21 (qualidade); 3-17 e 17-5+ Golpe N.º 62 (Inglês desconhecido): 8....24-20; 9. 16-23,15-12; 10. 8-15,22-19; 11. 15-22,26-1=D+

A. de M.M.



Blues Duo



Pág. 4



1.º sorteio da EP é já no domingo



A maior jornada do ano



Págs. 2/3

Festival da Canção Juvenil

Págs. 2/3



Lisboa





Festival da Canção Juvenil Apurados finalistas por Lisboa

O conjunto «Essa Entente» sagrou-se como o grande vencedor da final distrital de Lisboa do Festival da Canção Juvenil da Festa do «Avante!» que se realizou no último sábado na Alameda D. Afonso Henriques. Com a sua interpretação do tema «Estranhos Sem Ti», os «Essa Entente» não só foram o conjunto que ganhou o primeiro prémio e que assim irá à final que se realiza no Alto da Ajuda a 5, 6 e 7 de Setembro, mas também receberam os prémios da melhor interpretação e de melhor música, tendo o conjunto «Dinamo Ibérica» sido distinguido com o prémio da melhor letra com a sua canção «Alentejo», da autoria de Pedro Antunes de Sousa. O melhor vocalista foi Renato Jorge Vaz que interpretou o bonito tema «Coisas das Marés». Este jovem, que é acompanhado a saxofone, estará também presente na final nacional do Festival que se realizará na Festa do «Avante!».

Além dos intérpretes já referidos, participaram nesta final os agrupamentos «Costa Azul», «Peace Maker», «Dinamo Ibérica», «Pé de

Maracujá», «Kavernosos», «Lagu Trop», «Orquestra Ideal Famoense» e «Woodstock» e os solistas César Elias, Vítor Sarmento, Hildebranco, Maria de Fátima Pimentel, Carlos Alberto Marques, José Francisco Castanheira e Maria Lurdes Maurício.

No final, e enquanto decorria a reunião do júri, composto por Aurélio Santos, membro da comissão organizadora, Joaquim Louro, da rádio «Nova Antena» de Loures, Ermelinda, da Brigada Victor Jara e pelos estudantes Luís Boavida Amaro, Luís Carlos e Catarina Casanova, a Brigada Victor Jara actuava durante cerca de uma hora. O espectáculo — que foi apresentado pelo actor António Rama e por Luisa Ramos — começou mais tarde do que o previsto devido a problemas técnicos que nestas ocasiões têm o hábito de dar um ar de sua graça e que põe a cabeça de quem deles trata em água. Mas começou. E a partir daí sucederam-se os concorrentes, uns de inquestionável qualidade outros nem por isso, mas

todos com a vontade de participar e de tornar a noite fresca numa noite de festa.

O espectáculo

Os primeiros a actuar foram os Costa Azul, que interpretaram «Os Putos do Casal Ventoso», depois foi César Elias e «Acorda Mundo», para logo a seguir os Peace Maker cantarem uma «Recordação de Hiroxima», tendo Vítor Sarmento interpretado o seu «Canto Pela Paz». O espectáculo continuou — já a noite ia escura — com os Dinamo Ibérica e «Alentejo», com Hildebranco e «Encontrarás a Paz» e o grupo afro-brasileiro Pé de Maracujá e «Odisséia dos Pescadores». A seguir foi Fátima Pimentel com a sua «História de Amor» e o grande vencedor, «Essa Entente» e «Estranhos em Ti». Depois Carlos Alberto Marques cantou a «Canção do Linho» seguindo a «Carta ao Homem» enviada pelos Kavernosos. O 12.º concorrente foi o vencedor dos solistas, Renato Jorge Vaz e «Coisas das

Marés», seguindo-se-lhe os Lagu Trop com o seu «Super Pop Limão» e José Marques com «Ainda é Livre». Finalmente, actuou a Orquestra Ideal Famoense com «O Homem Novo», Francisco Castanheira e «Olhar», o conjunto Woodstock e «Constrói a Paz» e, a terminar, Maria de Lurdes Maurício interpretou «Juntos Outra Vez».

O público

Um espectáculo não é constituído apenas pelo que se passa em cima do palco. Muitas vezes o próprio público é, também ele, um autêntico espectáculo, pelas mais diversas razões. Na Alameda, aconteceu um pouco de tudo. Desde aqueles que desde logo se entregaram aos artistas até aos outros completamente indiferentes que pareciam acompanhar o espectáculo só para o acompanhar, passando ainda pelos críticos e pelas diversas claques, onde predominavam as mães e os papás de alguns. De tudo um pouco. Um público heterogéneo, que não

deixou, mesmo assim, de exprimir a sua opinião (algumas vezes ruidosamente) sobre os diversos concorrentes e as suas interpretações. Um público, ao fim e ao cabo, que se manteve até ao fim e que assim ajudou à festa.

O vídeo

Espectáculo dentro do espectáculo, foi, sem sombra para dúvidas o écran de vídeo gigante instalado na Alameda, onde as acções dos conjuntos passavam em directo — apesar da pouca iluminação do palco — e onde, nos intervalos eram passados *video-clips*. No decorrer do espectáculo — e momentos antes da actuação da Brigada Victor Jara — foi exibido pela primeira vez o vídeo «Verão 86». Trata-se de um programa onde se fala sobre a Festa do «Avante!» e onde se exibem os espectáculos dados por Sérgio Godinho na Festa da Alegria, em Braga, e por Fernando Tordo, no espectáculo de encerramento da X Conferência da Reforma Agrária, em Évora.

Açores

Decorreu no passado dia 25, no Auditório de Ponta Delgada, o segundo Festival da Canção Juvenil, sob o lema: «Assim Canta a Juventude».

Este festival mobilizou uma grande projecção regional, tendo sido divulgado na imprensa local e sendo mesmo antecedido de uma conferência de imprensa onde participaram os principais órgãos de Comunicação Social (RDP e RTP).

Para atribuição da classificação, a Comissão Organizadora do festival elegeu um júri onde reuniu um leque muito vasto de gente ligada, de uma ou de outra forma, ao mundo das artes.

O festival contou com a inscrição de 8 concorrentes, embora posteriormente alguns viessem a desistir.

Saiu vencedor do festival o agrupamento «Engle» com a canção «Sou Ilha» (letra de José Andrade e música dos «Engle»), que deste modo participará no primeiro Festival da Canção Juvenil da Festa do «Avante!».

Entrar, divulgar, vender

«Muito boa tarde. Somos militantes comunistas e queríamos falar-vos da 11.ª edição da Festa do «Avante!». Já perceberam de certeza do que se trata. Quantos de nós dissémos já estas palavras (com mais ou menos inspiração) e quantos de nós não as ouvimos também ao abrímos a porta das nossas casas? É mais ou menos assim que se bate à porta de alguém, quando não conhecemos a pessoa em causa. É assim que as brigadas entretanto formadas dão início à jornada de esclarecimento que constitui o porta-a-porta.

A partir daí tudo é mais fácil. Ou nos fecham a porta na cara, ou (a maioria dos casos) podemos dizer às pessoas aquilo que será a nossa (também delas) Festa. Depois... bom, depois vende-se o «Avante!» às pessoas porque estará sempre bem informado sobre o que se passará no Alto da Ajuda este ano, dão-se os boletins da Festa, diz-se que há excursões programadas para todos quantos queiram ir e fala-se da importância de se comprar a EP desde já,

mesmo que ainda não haja a certeza de que se poderá participar naquele que é o maior acontecimento político-cultural do País.

Pelo que pudemos ver, o porta-a-porta é uma das mais eficazes formas de propaganda de que dispomos, dado o cerco informativo que se faz em torno da actividade do nosso Partido.

Vai-se ter com as pessoas — podemos inclusive orientar os contactos — e fala-se sobre a Festa, sobre o Partido e sobre a nossa luta. Diz-se às pessoas quem são e o que pretendem os comunistas. E a maioria das vezes temos a certeza de lá poderemos voltar. Que as portas não se fecharão. Que mostrarão muito mais receptivas a escutar as opiniões do Partido.

Trata-se de — mais — uma tarefa a que devemos dedicar a nossa atenção. Para que a Festa seja mais divulgada, para que a EP seja mais vendida, para que a análise do Partido chegue a um cada vez maior número de pessoas.



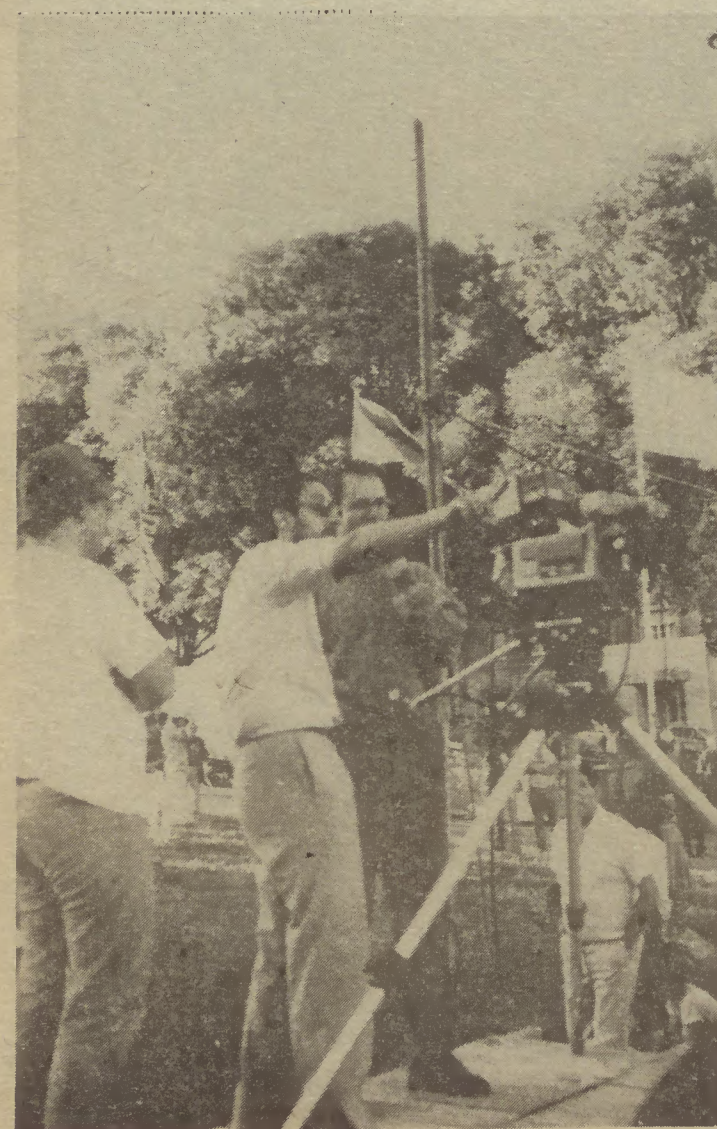
maior acontecimento político-cultural do País.

Pelo que pudemos ver, o porta-a-porta é uma das mais eficazes formas de propaganda de que dispomos, dado o cerco informativo que se faz em torno da actividade do nosso Partido.

Vai-se ter com as pessoas — podemos inclusive orientar os contactos — e fala-se sobre a Festa, sobre o Partido e sobre a nossa luta. Diz-se às pessoas quem são e o que pretendem os comunistas. E a maioria das vezes temos a certeza de lá poderemos voltar. Que as portas não se fecharão. Que mostrarão muito mais receptivas a escutar as opiniões do Partido.

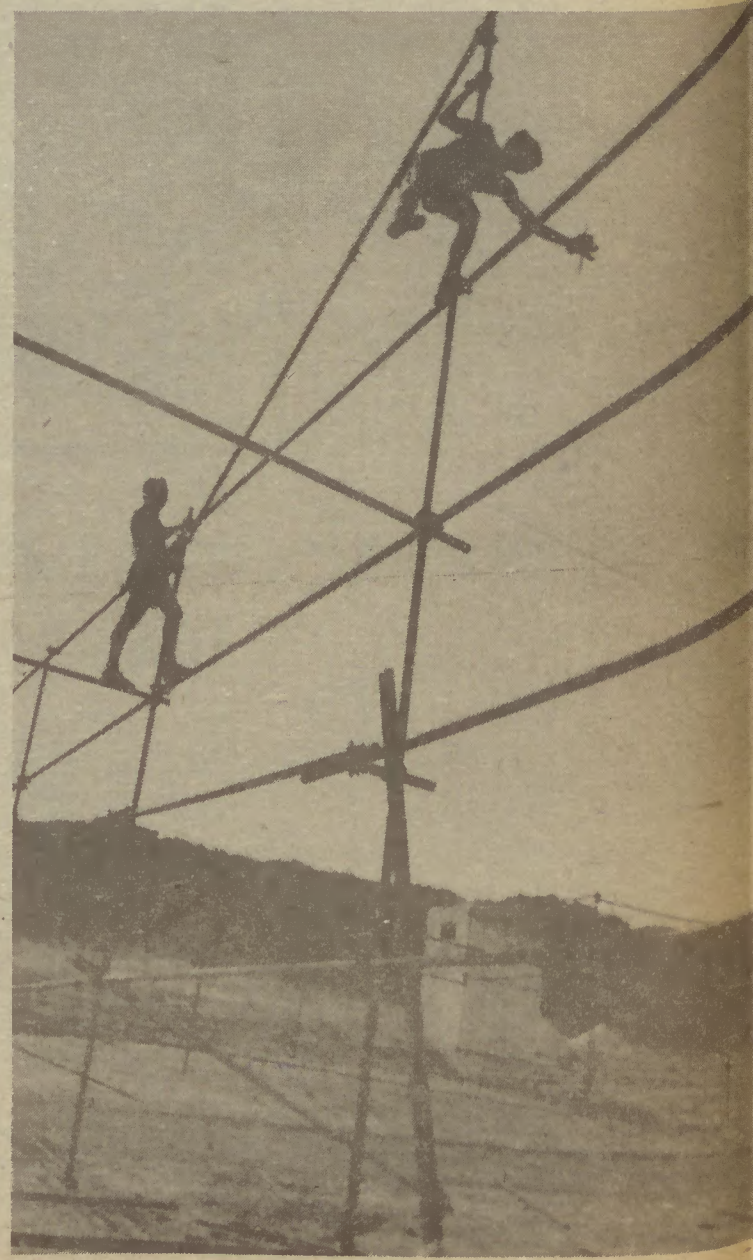
Trata-se de — mais — uma tarefa a que devemos dedicar a nossa atenção. Para que a Festa seja mais divulgada, para que a EP seja mais vendida, para que a análise do Partido chegue a um cada vez maior número de pessoas.

A Festa em vídeo



Só quando estamos em casa e a televisão de repente se cala é que temos a perfeita consciência da imensidade que podem representar cinco minutos da nossa vida. Estamos a assistir a um qualquer espectáculo desportivo e ele desaparece. Estamos no meio de um dos poucos programas que porventura nos poderão atrair e eis que ele nunca mais recomeça. Então sim, temos a plena consciência do que cinco minutos podem representar na nossa vida quando estamos em frente a um qualquer écran. Grande ou pequeno. Só assim nos damos conta dos segundos que passam, nem sempre tão velozes quanto gostaríamos. Mas muitas vezes, os papéis invertem-se. Aí, então, não damos pelo tempo que passa, tão pregados estamos em frente do (normalmente) pequeno écran. Os papéis invertem-se quando, por exemplo, nos dirigimos aos centros de Trabalho do PCP ou a qualquer outro local onde a organização do Partido promovia a projecção de cassetes vídeo. Isso acontece, certamente, quando pusemos o aparelho a funcionar e começarem a surgir no écran imagens que

nos dizem inequivocamente que se vai falar da Festa. Quando aparecerem cartazes de festas anteriores, quando a construção da Festa surgir em imagens indelévels da dedicação dos militantes comunistas, necessária para porem de pé aquele que é o maior acontecimento político-cultural do país. Tal acontece quando visionarmos a cassette «Férias 86». Uma cassette preenchida nos seus primeiros cinco minutos com imagens sobre a Festa e da Festa do ano passado e no restante tempo, com as actuações de Sérgio Godinho na Festa da Alegria e de Fernando Tordo no espectáculo da 10.ª Conferência da Reforma Agrária. Trata-se de um material que já está à disposição de todos os interessados — para o que basta contactarem a SIP do PCP, na rua Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa — e que, quer pela qualidade dos textos e das imagens, quer pela oportunidade dos temas, como ainda pela beleza dos momentos musicais, se afirma como um contributo que muito bem pode ser indispensável para umas férias que de ano para ano se afiguram de cada vez mais difíceis...



A festa! que fazemos

É assim que tudo começa. Primeiro, começamos por muito trabalhar sem conseguirmos avistar imediatamente os resultados.

Depois... bom, depois basta-nos estar dois dias sem irmos até ao Alto da Ajuda para nos ser difícil reconhecer o local. Neste momento já estamos na última fase, para o que muito têm contribuído as jornadas de trabalho realizadas até agora. A da semana passada, disse-mo-lo na altura, tinha sido concorrida. A desta semana foi uma muito boa jornada de trabalho.

Nada menos do que 752 camaradas deslocaram-se até ao Alto da Ajuda, no sábado e no domingo, para, com o seu esforço e dedicação, construírem a nossa Festa.

Parte de leão, nestes números, tiveram as organizações regionais de Lisboa e de Setúbal. Destes distritos convergiram 333 e 321 camaradas, respectivamente, para dar o melhor do seu trabalho num fim-de-semana ameno. Mas nem só destas duas regiões partiram camaradas em direcção a dois dias de intenso trabalho e muito convívio. Do Alentejo vieram 69 pessoas e de Leiria 6. A juventude, por seu turno teve, nos 31 jovens que participaram nesta jornada de trabalho, a sua representação. É claro, como podemos ver, que apesar de o último fim-de-semana ter sido muito bom, muito há ainda a fazer no que respeita à mobilização para as jornadas de trabalho. Comprovam-no os números referentes a

Leiria e à Juventude, principalmente se tivermos em conta que no sábado apenas foram até à Festa um camarada de Leiria e dois da JCP.

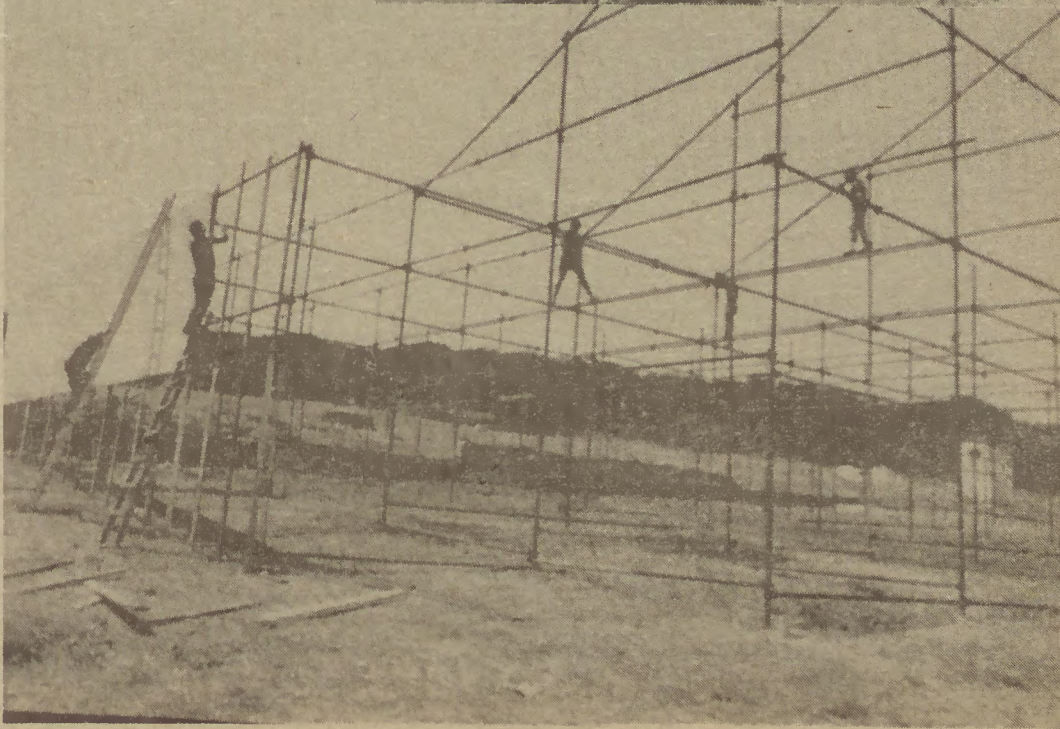
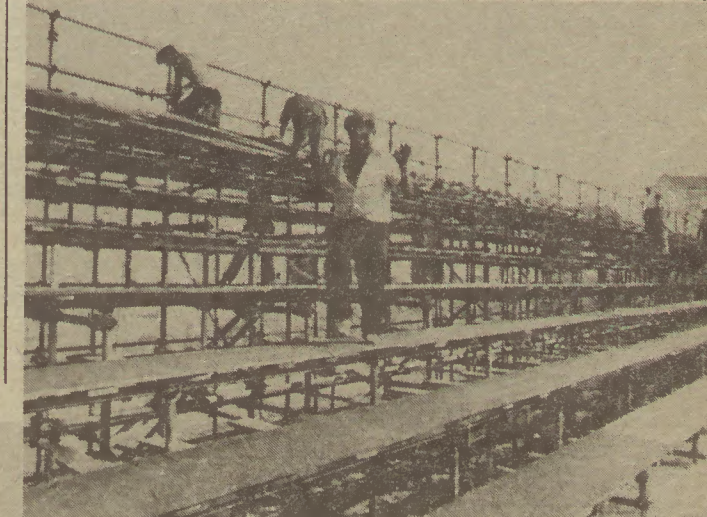
No entanto estamos no bom caminho. Provam-no os números. Mas, acima de tudo, prova-o o trabalho realizado.

Tudo se encaminha portanto, para que este ano possamos construir a melhor e a mais bonita Festa do «Avante!» de sempre.

Mas, para que tal aconteça, é necessário que ninguém descanse sob o esforço dos outros. É necessário que cada vez mais gente participe nas jornadas de trabalho. É fundamental que todos nós contribuamos para que a Festa cresça. No terreno. Mas não só.

Bolseiros

Os estudantes bolseiros na União Soviética, RDA e Checoslováquia organizaram uma jornada de trabalho no terreno da Festa. Nesta jornada, que se realiza domingo, dia 3, estarão presentes estudantes — neste momento em férias — vindos de todo o país. O ponto de encontro é às 10 horas na porta do Casalinho da Ajuda.



«Blues Duo»

O jazz polaco nos palcos da Ajuda

Uma das características da Festa do «Avante!» é o proporcionar do reencontro ou do encontro entre artistas das mais variadas artes e das mais diversas correntes com um público que, de outra forma, não os conheceria.

É a de proporcionar a um público exigente, mas desconhecedor, um primeiro contacto com formas artísticas que geralmente são propriedade de elites, dada a falta de divulgação cultural e os altos preços que normalmente acompanham muitas das manifestações culturais que ocorrem no nosso país, como sejam as exposições de pintura, de gravura, de fotografia, os espectáculos ao vivo, etcetera.

Finalmente, e por um preço que se poderá considerar simbólico, é a oportunidade da descoberta dos melhores artistas estrangeiros dos mais diversos ramos.

Assim acontece com o Jazz. Assim acontece essencialmente desde a realização, em 1977, do Festival Internacional de Jazz da Festa do «Avante!» que, nesse ano, decorreu no Jamor.

Desde então, o Jazz constituiu-se como um dos intérpretes principais do principal acontecimento

político-cultural do país, não lhe faltando dos mais prestigiados músicos de todo o mundo.

Especial realce merece, neste campo, o Jazz polaco que é unanimemente considerado como um dos expoentes do continente europeu e que conta já com grande tradição na nossa Festa.

Pois este ano, o Jazz que se faz na Polónia socialista estará uma vez mais presente no Alto da Ajuda, por intermédio de um duo composto pelo saxofonista Tomasz Szukalski e pelo pianista Janusz Szprot. Um agrupamento que se chama «Blues Duo».

Tomasz Szukalski — que toca saxofone tenor, soprano e barítono e clarinete baixo — nasceu em 1948. Diplomado pela Academia de Música de Varsóvia, começou a sua actividade profissional em 1971 ao actuar no quinteto de Zbigniew Namysłowski, actuando pela primeira vez no estrangeiro em 1973 quando integrava o quarteto de Tomasz Stanko, que já tivemos oportunidade de escutar em 1978, naquela que foi a quarta Festa do «Avante!».

Começando a sua carreira como grande intérprete do jazz funda o seu próprio quarteto em 1985 e, passados

alguns meses, funda o «Blues Duo».

Tomasz Szukalski tem mais de vinte discos nos mercados polaco, finlandês, sueco, norueguês e alemão-federal.

Por seu lado, **Janusz Szprot** é uma das personagens mais conhecidas no panorama jazzístico da Polónia, sendo um instrumentista que busca constantemente as raízes da sua inspiração nas melhores tradições do Jazz e nos Blues.

Assim, em 1986, na 11.ª Festa do «Avante!», o Jazz vindo da Polónia estará uma vez mais presente, depois de já se ter tornado uma tradição nos nossos palcos. Em 1976, no Jamor, actuou o conjunto «Hagaw». Ainda nos mesmos palcos, mas já em 1977, foi a vez dos «Gold Washboard». Finalmente, já no Alto da Ajuda, actuaram Tomasz Stanko, em 1978, os «Blues Fellows» em 1984 e os «Makeshift Jazz Band» o ano passado.

Uma tradição de qualidade que uma vez mais se renova este ano com a presença, nos palcos da Ajuda, do «Blues Duo». A 5, 6 e 7 de Setembro.



Sorteio da EP domingo em Sines

No recinto da fortaleza, em Sines, realiza-se este fim-de-semana a «Festa da Terra e do Mar». Organizada pela Comissão Concelhia local do PCP, a importância desta iniciativa transcende em muito a área do concelho, podendo-se considerar como sendo um acontecimento nacional, uma vez que no último dos seus três dias, **domingo**, aí se realiza o **primeiro sorteio da Entrada Permanente para a Festa do «Avante!»**.

Um sorteio que habilitará todos os que até à data tenham já comprado a sua EP a dois valiosos prémios. Os dois compostos por uma **aparelhagem de alta-fidelidade Plonner com amplificador/gravador, rádio digital, gira-discos e duas colunas de três altifalantes cada uma**.

Só que havendo dois prémios, é natural que o primeiro seja melhor do que o segundo e, uma vez que as aparelhagens são iguais, a diferença vem, forçosamente, no que as acompanha.

Assim, a aparelhagem do primeiro prémio é acompanhada pelo direito à aquisição de **100 contos em livros e discos** (à escolha)

comprados na livraria CDL, e a do segundo por **50 contos também em livros e discos** e também adquiridos em qualquer loja da CDL. Como se vê, e quando estamos a entrar no último mês antes da Festa, mais um aliciente para todos quantos habitualmente compram a EP (mas que ainda não se habituaram a comprá-la cedo) e para todos os outros que pela primeira vez decidiram desde já marcar o primeiro fim-de-semana de Setembro para calcorream o Casalinho da Ajuda.

A importância da EP

Mas (e permitam-nos pôr duas questões) porque é que se compra a EP?, e porque é que tão cedo ela começa a ser vendida?

A resposta, no primeiro caso, é mais do que óbvia. Constituindo — desde a sua primeira edição — um êxito retumbante, e tendo-se afirmado como o maior acontecimento político-cultural que jamais se realizou no nosso país, a

Festa, desde sempre, marcou lugar cativo na agenda de muitas centenas de milhares de cidadãos que aí acorrem, não só por causa dos (bons) espectáculos, mas ainda para conviverem, para apreciarem a boa gastronomia regional e para conhecerem o PCP e as preocupações e soluções dos comunistas.

Quanto ao segundo caso, a resposta também é simples. Constituindo a Festa do «Avante!» um investimento de dimensões astronómicas, para que tudo corra pelo melhor e para que ela se possa efectivamente realizar com o esplendor de sempre, torna-se necessário encontrar uma forma de a subsidiar, torna-se premente encontrar o seu suporte financeiro.

Por isso, a EP. Por isso a sua venda a mais de dois meses da abertura das portas no Casalinho da Ajuda.

Por isso, a necessidade de desde já se adquirir aquele que é o salvo-conduto para três dias de Festa, de convívio, espectáculo, cultura, aprendizagem. Você já comprou a sua EP? Não? Então está à espera de quê?

